

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	10
DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	11
Demonstração do Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	14
Demonstração do Resultado	16
Demonstração do Resultado Abrangente	17
Demonstração do Fluxo de Caixa	18

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	20
DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	21
Demonstração do Valor Adicionado	22

Comentário do Desempenho	23
Notas Explicativas	28

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	96
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	571.644
Preferenciais	1.119.341
Total	1.690.985
Em Tesouraria	
Ordinárias	2.290
Preferenciais	1
Total	2.291

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	19/02/2016	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,09441
Reunião do Conselho de Administração	19/02/2016	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial		0,10385
Reunião do Conselho de Administração	18/03/2016	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,15908
Reunião do Conselho de Administração	18/03/2016	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial		0,17499
Reunião do Conselho de Administração	18/04/2016	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,10385
Reunião do Conselho de Administração	18/04/2016	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial		0,11424
Reunião do Conselho de Administração	17/06/2016	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,07600
Reunião do Conselho de Administração	17/06/2016	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial		0,08360

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	101.259.856	97.572.695
1.01	Ativo Circulante	17.576.182	15.185.519
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.063.123	4.206.595
1.01.01.01	Caixa e Contas Bancárias	182.545	201.294
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	4.880.578	4.005.301
1.01.03	Contas a Receber	8.201.726	7.000.379
1.01.04	Estoques	438.128	558.264
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.128.408	2.164.544
1.01.07	Despesas Antecipadas	838.045	317.325
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	906.752	938.412
1.01.08.03	Outros	906.752	938.412
1.01.08.03.01	Créditos com Partes Relacionadas	312.437	283.955
1.01.08.03.02	Operações com Derivativos	78.750	81.306
1.01.08.03.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	263.895	235.343
1.01.08.03.04	Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	18.156	18.645
1.01.08.03.05	Outros Ativos	233.514	319.163
1.02	Ativo Não Circulante	83.683.674	82.387.176
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	7.247.381	6.027.868
1.02.01.03	Contas a Receber	164.173	217.621
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	27.909	28.632
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	3.154	4.747
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	7.052.145	5.776.868
1.02.01.09.03	Tributos a Recuperar	551.605	337.477
1.02.01.09.04	Tributos Diferidos	457.372	0
1.02.01.09.05	Depósitos e Bloqueios Judiciais	5.714.185	4.880.489
1.02.01.09.06	Aplicações Financeiras em Garantia	97.626	90.863
1.02.01.09.07	Operações com Derivativos	179.374	417.558
1.02.01.09.08	Outros Ativos	51.983	50.481
1.02.02	Investimentos	1.374.295	24.342.692
1.02.02.01	Participações Societárias	1.374.295	24.342.692
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.074.557	8.730.749
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	86.593	99.902
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	213.145	15.512.041
1.02.03	Imobilizado	30.248.885	22.019.076
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	28.276.983	20.247.308
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.971.902	1.771.768
1.02.04	Intangível	44.813.113	29.997.540

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	101.259.856	97.572.695
2.01	Passivo Circulante	18.706.671	15.948.843
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	765.811	520.023
2.01.01.01	Obrigações Sociais	450.170	265.100
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	315.641	254.923
2.01.02	Fornecedores	7.405.874	7.496.947
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.505.615	1.175.293
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	455.818	269.877
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	1.025.097	871.271
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	24.700	34.145
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.643.669	1.931.961
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.482.040	1.778.746
2.01.04.02	Debêntures	122.343	120.924
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	39.286	32.291
2.01.05	Outras Obrigações	6.376.988	3.930.550
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	143.099	144.770
2.01.05.02	Outros	6.233.889	3.785.780
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	4.214.731	2.209.362
2.01.05.02.04	Operações com Derivativos	184.992	151.686
2.01.05.02.05	Receita Diferida	454.075	562.601
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	1.380.091	862.131
2.01.06	Provisões	1.008.714	894.069
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.008.714	894.069
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	130.133	121.562
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	878.581	772.507
2.02	Passivo Não Circulante	14.233.419	13.056.610
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	6.983.663	6.565.777
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.273.257	2.902.748
2.02.01.02	Debêntures	3.430.209	3.423.790
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	280.197	239.239
2.02.02	Outras Obrigações	488.156	821.464
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	43.788	36.567
2.02.02.02	Outros	444.368	784.897
2.02.02.02.03	Operações com Derivativos	61.417	82.421
2.02.02.02.04	Impostos, Taxas e Contribuições	58.695	57.416
2.02.02.02.05	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	27.562	19.808
2.02.02.02.06	Fornecedores	67.742	0
2.02.02.02.07	Outras Obrigações	228.952	625.252
2.02.03	Tributos Diferidos	0	155.951
2.02.04	Provisões	6.323.047	5.154.455
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.028.770	4.568.721
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	2.864.160	2.684.924
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.128.828	1.018.930
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	80.465	76.616
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	955.317	788.251
2.02.04.02	Outras Provisões	1.294.277	585.734

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.02.04.02.04	Provisão da Desmantelamento	425.021	298.751
2.02.04.02.05	Passivo Contingente	869.256	286.983
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	438.553	358.963
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	438.553	358.963
2.03	Patrimônio Líquido	68.319.766	68.567.242
2.03.01	Capital Social Realizado	63.571.416	63.571.416
2.03.02	Reservas de Capital	1.272.564	1.272.564
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	1.435.757	1.435.757
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-87.805	-87.805
2.03.02.07	Prêmio na Aquisição de Participação Societária	-75.388	-75.388
2.03.04	Reservas de Lucros	2.415.453	3.697.794
2.03.04.01	Reserva Legal	1.703.643	1.703.643
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	11.810	6.928
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	1.287.223
2.03.04.10	Retenção de Lucros Para Expansão e Modernização	700.000	700.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	1.060.904	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-571	25.468

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	9.912.641	18.270.754	8.414.876	16.836.157
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-5.007.150	-9.164.401	-4.303.895	-8.592.857
3.03	Resultado Bruto	4.905.491	9.106.353	4.110.981	8.243.300
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.737.192	-6.205.888	-3.146.173	-6.190.107
3.04.01	Despesas com Vendas	-3.092.816	-5.675.176	-2.686.978	-5.369.141
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-680.228	-1.218.879	-456.692	-877.733
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	89.265	721.937	130.938	243.712
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-247.782	-484.150	-256.443	-514.397
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	194.369	450.380	123.002	327.452
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.168.299	2.900.465	964.808	2.053.193
3.06	Resultado Financeiro	-328.259	-624.706	55.405	-192.551
3.06.01	Receitas Financeiras	699.109	1.446.710	1.568.219	2.181.793
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.027.368	-2.071.416	-1.512.814	-2.374.344
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	840.040	2.275.759	1.020.213	1.860.642
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-140.544	-358.033	-150.397	-411.107
3.08.01	Corrente	6.149	-260.057	-42.670	-341.041
3.08.02	Diferido	-146.693	-97.976	-107.727	-70.066
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	699.496	1.917.726	869.816	1.449.535
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	699.496	1.917.726	869.816	1.449.535
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,38847	1,06503	0,56053	1,05375
3.99.01.02	PN	0,42732	1,17153	0,61658	1,15912

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	699.496	1.917.726	869.816	1.449.535
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-6.215	-26.039	-622.208	-218.422
4.02.01	Ganhos (Perdas) não Realizadas em investimentos Disponíveis Para Venda	66	-172	206	-783
4.02.02	Tributos sobre Ganhos (Perdas) não Realizadas em investimentos Disponíveis Para Venda	-23	58	-70	266
4.02.03	Ganhos (Perdas) com Operações de Derivativos	6.141	-17.277	-942.708	-337.175
4.02.04	Tributos sobre Ganhos (Perdas) com Operações de Derivativos	-2.088	5.874	320.521	114.640
4.02.05	Ganhos (Perdas) nos Ajustes Acumulados de Conversão de Operações em Moeda Estrangeira	-10.311	-14.522	423	5.210
4.02.06	Perdas na Participação no Resultado Abrangente das Subsidiárias	0	0	-580	-580
4.03	Resultado Abrangente do Período	693.281	1.891.687	247.608	1.231.113

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	4.070.188	2.721.001
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	6.859.295	6.117.360
6.01.01.01	Lucro Antes dos Tributos	2.275.759	1.860.642
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	3.389.592	2.810.898
6.01.01.03	Variações Cambiais de Empréstimos	13.739	-141.854
6.01.01.04	Variações Monetárias	239.156	163.103
6.01.01.05	Resultado de Equivalência Patrimonial	-450.380	-327.452
6.01.01.06	Perdas (Ganhos) na Baixa/Alienação de Bens	-452.157	21.415
6.01.01.07	Perdas Estimadas Para a Redução ao Valor Recuperável das Contas a Receber	577.628	543.545
6.01.01.08	Provisão de Fornecedores	318.334	321.637
6.01.01.09	Baixas e Reversões de Perdas Etimadas para a Redução ao Valor Realizável dos Estoques e Obsolescência	-19.774	-15.061
6.01.01.10	Planos de Previdência e Outros Benefícios Pós-Emprego	-4.788	21.594
6.01.01.11	Provisões Para Demandas Tributárias, Trabalhistas, Cíveis e Regulatórias	496.186	413.793
6.01.01.12	Despesas de Juros	507.652	415.468
6.01.01.13	Outros	-31.652	29.632
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.789.107	-3.396.359
6.01.02.01	Contas a Receber	-608.191	-664.268
6.01.02.02	Estoques	139.910	-156.409
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	2.918	-100.492
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	-381.424	-446.092
6.01.02.05	Outros Ativos Circulantes	31.723	6.998
6.01.02.06	Outros Ativos Não Circulantes	30.565	-131.989
6.01.02.07	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	67.253	-141.562
6.01.02.08	Fornecedores	-655.123	-277.052
6.01.02.09	Impostos, Taxas e Contribuições	-118.816	-186.651
6.01.02.10	Juros Pagos	-446.340	-402.210
6.01.02.11	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-157.831	0
6.01.02.12	Outros Passivos Circulantes	-302.811	-655.362
6.01.02.13	Outros Passivos Não Circulantes	-390.940	-241.270
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.684.428	-13.433.265
6.02.01	Aquisição de Imobilizado e Intangível	-3.097.358	-3.083.486
6.02.02	Caixa Recebido na Venda de Ativo Imobilizado	765.208	6.224
6.02.03	Resgate (Aplicações) de Depósitos Judiciais	-100.252	-66.953
6.02.04	Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Recebidos	389.395	698.903
6.02.05	Aquisição de Sociedade, Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa Adquiridos de R\$399.241	0	-8.903.954
6.02.06	Aumento de Capital em Controlada	0	-2.766.694
6.02.07	Recebimento Líquido dos Contratos de Derivativos na Aquisição de Sociedade	0	682.695
6.02.08	Caixa e Equivalentes de Caixa por Incorporação	358.579	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.529.232	13.268.187
6.03.01	Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-1.461.168	-1.266.125
6.03.02	Captação de Empréstimos e Debêntures	0	12.580

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
6.03.03	Recebimento (Pagamento) Líquido dos Contratos de Derivativos	-66.983	337.002
6.03.04	Pagamentos Referentes a Grupamento de Ações	-164	-103
6.03.05	Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Pagos	-917	-1.841.617
6.03.06	Aumento de Capital	0	16.107.285
6.03.07	Custos Diretos em Aumento de Capital	0	-80.835
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	856.528	2.555.923
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4.206.595	3.835.304
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5.063.123	6.391.227

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	63.571.416	1.272.564	3.697.794	0	25.468	68.567.242
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	63.571.416	1.272.564	3.697.794	0	25.468	68.567.242
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-1.287.223	-851.940	0	-2.139.163
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-918.000	0	-918.000
5.04.08	Dividendo Adicional Proposto do Exercício de 2015	0	0	-1.287.223	0	0	-1.287.223
5.04.09	Instrumentos Patrimoniais Prescritos	0	0	0	66.060	0	66.060
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.917.726	-26.039	1.891.687
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.917.726	0	1.917.726
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-26.039	-26.039
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	4.882	-4.882	0	0
5.06.04	Ajuste DIPJ - Incentivos Fiscais	0	0	4.882	-4.882	0	0
5.07	Saldos Finais	63.571.416	1.272.564	2.415.453	1.060.904	-571	68.319.766

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	37.798.110	2.616.449	4.303.071	0	232.465	44.950.095
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	37.798.110	2.616.449	4.303.071	0	232.465	44.950.095
5.04	Transações de Capital com os Sócios	25.773.306	-1.341.318	-2.768.592	-726.377	0	20.937.019
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-270.000	0	-270.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-515.000	0	-515.000
5.04.08	Dividendo Adicional Proposto do Exercício de 2014	0	0	-2.768.592	0	0	-2.768.592
5.04.09	Instrumentos Patrimoniais Prescritos	0	0	0	58.623	0	58.623
5.04.10	Aumento de Capital - AGE 28/04/15	15.812.000	0	0	0	0	15.812.000
5.04.11	Custos Diretos sobre os Aumentos de Capital (Líquido de Tributos) conforme AGE 28/04/15	0	-62.812	0	0	0	-62.812
5.04.12	Aumento de Capital - AGE 30/04/15	295.285	0	0	0	0	295.285
5.04.13	Custos Diretos sobre os Aumentos de Capital (Líquido de Tributos) conforme AGE 30/04/15	0	-3.776	0	0	0	-3.776
5.04.14	Aumento de Capital - Incorporação de Ações da GVTPart - AGE 28/05/15	9.666.021	-1.188.707	0	0	0	8.477.314
5.04.15	Exercício do Direito de Recurso - Aquisição GVTPart.	0	-86.023	0	0	0	-86.023
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.449.535	-218.422	1.231.113
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.449.535	0	1.449.535
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-218.422	-218.422
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.220	-1.220	0	0
5.06.04	Ajuste DIPJ - Incentivos Fiscais	0	0	1.220	-1.220	0	0
5.07	Saldos Finais	63.571.416	1.275.131	1.535.699	721.938	14.043	67.118.227

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
7.01	Receitas	25.196.800	22.895.400
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	25.291.571	23.113.873
7.01.02	Outras Receitas	482.857	325.072
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-577.628	-543.545
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-8.785.611	-8.942.918
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-4.926.792	-4.782.952
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.331.613	-4.142.841
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	472.794	-17.125
7.03	Valor Adicionado Bruto	16.411.189	13.952.482
7.04	Retenções	-3.389.592	-2.810.898
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.389.592	-2.810.898
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	13.021.597	11.141.584
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.897.090	2.509.245
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	450.380	327.452
7.06.02	Receitas Financeiras	1.446.710	2.181.793
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	14.918.687	13.650.829
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	14.918.687	13.650.829
7.08.01	Pessoal	1.834.805	1.381.041
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.293.080	988.852
7.08.01.02	Benefícios	454.460	327.772
7.08.01.03	F.G.T.S.	87.265	64.417
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	7.942.995	7.480.692
7.08.02.01	Federais	2.300.095	2.467.159
7.08.02.02	Estaduais	5.603.086	4.981.565
7.08.02.03	Municipais	39.814	31.968
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.223.161	3.339.561
7.08.03.01	Juros	2.044.709	2.339.969
7.08.03.02	Aluguéis	1.178.452	999.592
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.917.726	1.449.535
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.917.726	1.449.535

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	101.547.561	101.685.064
1.01	Ativo Circulante	18.541.442	17.909.303
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.675.712	5.336.845
1.01.01.01	Caixa e Contas Bancárias	190.635	233.742
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	5.485.077	5.103.103
1.01.03	Contas a Receber	8.586.366	8.285.319
1.01.04	Estoques	478.512	603.631
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.172.151	2.521.292
1.01.07	Despesas Antecipadas	853.030	356.446
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	775.671	805.770
1.01.08.03	Outros	775.671	805.770
1.01.08.03.01	Créditos com Partes Relacionadas	224.726	157.389
1.01.08.03.02	Operações com Derivativos	78.750	81.306
1.01.08.03.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	263.928	235.343
1.01.08.03.04	Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	0	489
1.01.08.03.05	Outros Ativos	208.267	331.243
1.02	Ativo Não Circulante	83.006.119	83.775.761
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	7.578.278	7.590.644
1.02.01.03	Contas a Receber	267.490	330.451
1.02.01.06	Tributos Diferidos	609.588	711.590
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	29.697	30.609
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	3.294	4.919
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	6.668.209	6.513.075
1.02.01.09.03	Tributos a Recuperar	552.807	409.653
1.02.01.09.04	Depósitos e Bloqueios Judiciais	5.785.751	5.518.120
1.02.01.09.05	Aplicações Financeiras em Garantia	97.636	109.864
1.02.01.09.06	Operações com Derivativos	179.374	417.558
1.02.01.09.07	Outros Ativos	52.641	57.880
1.02.02	Investimentos	87.680	101.161
1.02.02.01	Participações Societárias	87.680	101.161
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	87.680	101.161
1.02.03	Imobilizado	30.313.493	30.476.765
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	28.304.460	28.626.031
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	2.009.033	1.850.734
1.02.04	Intangível	45.026.668	45.607.191

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	101.547.561	101.685.064
2.01	Passivo Circulante	18.952.498	17.981.713
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	781.899	698.846
2.01.01.01	Obrigações Sociais	461.391	383.834
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	320.508	315.012
2.01.02	Fornecedores	7.564.743	8.373.235
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.581.106	1.716.002
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	490.968	507.415
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	1.059.624	1.152.155
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	30.514	56.432
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.643.669	2.342.991
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.482.040	2.185.978
2.01.04.02	Debêntures	122.343	120.924
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	39.286	36.089
2.01.05	Outras Obrigações	6.372.367	3.936.262
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	126.127	118.214
2.01.05.02	Outros	6.246.240	3.818.048
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	4.214.731	2.209.362
2.01.05.02.04	Operações com Derivativos	184.992	151.686
2.01.05.02.05	Receita Diferida	457.127	564.557
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	1.389.390	892.443
2.01.06	Provisões	1.008.714	914.377
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.008.714	914.377
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	130.133	128.652
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	878.581	785.725
2.02	Passivo Não Circulante	14.275.297	15.136.109
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	6.983.663	7.878.299
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.273.257	4.193.914
2.02.01.02	Debêntures	3.430.209	3.423.790
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	280.197	260.595
2.02.02	Outras Obrigações	502.202	922.911
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.796	3.772
2.02.02.02	Outros	499.406	919.139
2.02.02.02.03	Operações com Derivativos	61.417	82.421
2.02.02.02.04	Impostos, Taxas e Contribuições	86.033	87.018
2.02.02.02.05	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	27.647	19.808
2.02.02.02.06	Fornecedores	67.742	67.742
2.02.02.02.07	Outras Obrigações	256.567	662.150
2.02.04	Provisões	6.350.843	5.975.662
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.051.810	4.726.359
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	2.883.769	2.736.191
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.131.376	1.037.499
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	80.465	85.343
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	956.200	867.326
2.02.04.02	Outras Provisões	1.299.033	1.249.303
2.02.04.02.04	Provisão Para Desmantelamento	429.777	405.421

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.02.04.02.05	Passivo Contingente	869.256	843.882
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	438.589	359.237
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	438.589	359.237
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	68.319.766	68.567.242
2.03.01	Capital Social Realizado	63.571.416	63.571.416
2.03.02	Reservas de Capital	1.272.564	1.272.564
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	1.435.757	1.435.757
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-87.805	-87.805
2.03.02.07	Prêmio na Aquisição de Participação Societária	-75.388	-75.388
2.03.04	Reservas de Lucros	2.415.453	3.697.794
2.03.04.01	Reserva Legal	1.703.643	1.703.643
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	11.810	6.928
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	1.287.223
2.03.04.10	Retenção de Lucros Para Expansão e Modernização	700.000	700.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	1.060.904	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-571	25.468

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	10.510.049	20.941.445	9.962.125	18.945.203
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-5.300.261	-10.656.903	-5.068.448	-9.605.288
3.03	Resultado Bruto	5.209.788	10.284.542	4.893.677	9.339.915
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.962.302	-7.161.575	-3.639.069	-6.921.441
3.04.01	Despesas com Vendas	-3.105.136	-6.090.665	-2.973.591	-5.682.237
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-699.367	-1.314.454	-531.434	-961.254
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	90.473	754.770	146.631	260.457
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-248.748	-511.950	-281.115	-539.079
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	476	724	440	672
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.247.486	3.122.967	1.254.608	2.418.474
3.06	Resultado Financeiro	-306.059	-622.852	-171.527	-389.379
3.06.01	Receitas Financeiras	722.433	1.520.633	1.633.509	2.280.064
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.028.492	-2.143.485	-1.805.036	-2.669.443
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	941.427	2.500.115	1.083.081	2.029.095
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-241.931	-582.389	-213.265	-579.560
3.08.01	Corrente	-61.359	-474.455	-170.589	-561.189
3.08.02	Diferido	-180.572	-107.934	-42.676	-18.371
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	699.496	1.917.726	869.816	1.449.535
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	699.496	1.917.726	869.816	1.449.535
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	699.496	1.917.726	869.816	1.449.535
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	699.496	1.917.726	869.816	1.449.535
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-6.215	-26.039	-622.208	-218.422
4.02.01	Ganhos (Perdas) não Realizadas em investimentos Disponíveis Para Venda	66	-172	206	-783
4.02.02	Tributos sobre Ganhos (Perdas) não Realizadas em investimentos Disponíveis Para Venda	-23	58	-70	266
4.02.03	Ganhos (Perdas) com Operações de Derivativos	6.141	-17.277	-942.593	-337.060
4.02.04	Tributos sobre Ganhos (Perdas) com Operações de Derivativos	-2.088	5.874	320.521	114.640
4.02.05	Ganhos (Perdas) nos Ajustes Acumulados de Conversão de Operações em Moeda Estrangeira	-10.311	-14.522	423	5.210
4.02.06	Perdas com Outros Resultados Abrangentes	0	0	-695	-695
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	693.281	1.891.687	247.608	1.231.113
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	693.281	1.891.687	247.608	1.231.113

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	5.040.548	3.323.699
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	8.151.367	7.297.753
6.01.01.01	Lucro Antes dos Tributos	2.500.115	2.029.095
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	3.866.606	3.099.990
6.01.01.03	Variações Cambiais de Empréstimos	13.739	81.307
6.01.01.04	Variações Monetárias	229.000	171.137
6.01.01.05	Resultado de Equivalência Patrimonial	-724	-672
6.01.01.06	Perdas (Ganhos) na Baixa/Alienação de Bens	-457.619	27.987
6.01.01.07	Perdas Estimadas Para Redução ao Valor Recuperável das Contas a Receber	661.433	609.212
6.01.01.08	Provisão de Fornecedores	332.457	370.073
6.01.01.09	Baixas e Reversões de Perdas Estimadas p/ Redução ao Valor Recuperável dos Estoques e Obsolescência	-20.020	-16.034
6.01.01.10	Planos de Previdência e Outros Benefícios Pós-Emprego	-5.544	21.586
6.01.01.11	Provisões Para Demandas Tributárias, Trabalhistas, Cíveis e Regulatórias	528.127	427.796
6.01.01.12	Despesas de Juros	548.145	446.644
6.01.01.13	Outros	-44.348	29.632
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-3.110.819	-3.974.054
6.01.02.01	Contas a Receber	-899.519	-757.292
6.01.02.02	Estoques	145.139	-179.920
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	-53.673	-104.794
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	-397.099	-441.228
6.01.02.05	Outros Ativos Circulantes	18.875	-47.732
6.01.02.06	Outros Ativos Não Circulantes	7.530	-131.961
6.01.02.07	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	90.892	-133.789
6.01.02.08	Fornecedores	-486.108	-398.411
6.01.02.09	Impostos, Taxas e Contribuições	30.031	-187.484
6.01.02.10	Juros Pagos	-486.407	-441.248
6.01.02.11	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-370.109	-186.372
6.01.02.12	Outros Passivos Circulantes	-303.100	-711.380
6.01.02.13	Outros Passivos Não Circulantes	-407.271	-252.443
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-3.003.212	-11.329.302
6.02.01	Aquisições de Imobilizado e Intangível	-3.649.959	-3.446.278
6.02.02	Caixa Recebido na Venda de Ativo Imobilizado	765.480	6.438
6.02.03	Resgate (Aplicações) de Depósitos Judiciais	-118.733	-67.444
6.02.04	Aquisição de Sociedade, Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa Adquiridos de R\$399.241	0	-8.504.713
6.02.05	Recebimento Líquido dos Contratos de Derivativos na Aquisição de Sociedade	0	682.695
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.698.469	10.407.581
6.03.01	Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-1.630.405	-4.120.130
6.03.02	Captações de Empréstimos e Debêntures	0	12.580
6.03.03	Recebimento (Pagamento) Líquido dos Contratos de Derivativos	-66.983	330.401
6.03.04	Pagamento Referentes a Grupamento de Ações	-164	-103
6.03.05	Pagamentos de dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	-917	-1.841.617

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
6.03.06	Aumento de Capital	0	16.107.285
6.03.07	Custos Diretos em Aumento de Capital	0	-80.835
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	338.867	2.401.978
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5.336.845	4.692.689
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5.675.712	7.094.667

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	63.571.416	1.272.564	3.697.794	0	25.468	68.567.242	0	68.567.242
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	63.571.416	1.272.564	3.697.794	0	25.468	68.567.242	0	68.567.242
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-1.287.223	-851.940	0	-2.139.163	0	-2.139.163
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-918.000	0	-918.000	0	-918.000
5.04.08	Dividendo Adicional Proposto do Exercício de 2015	0	0	-1.287.223	0	0	-1.287.223	0	-1.287.223
5.04.09	Instrumentos Patrimoniais Prescritos	0	0	0	66.060	0	66.060	0	66.060
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.917.726	-26.039	1.891.687	0	1.891.687
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.917.726	0	1.917.726	0	1.917.726
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-26.039	-26.039	0	-26.039
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	4.882	-4.882	0	0	0	0
5.06.04	Ajuste DIPJ - Incentivos Fiscais	0	0	4.882	-4.882	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	63.571.416	1.272.564	2.415.453	1.060.904	-571	68.319.766	0	68.319.766

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	37.798.110	2.616.449	4.303.071	0	232.465	44.950.095	0	44.950.095
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	37.798.110	2.616.449	4.303.071	0	232.465	44.950.095	0	44.950.095
5.04	Transações de Capital com os Sócios	25.773.306	-1.341.318	-2.768.592	-726.377	0	20.937.019	0	20.937.019
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-270.000	0	-270.000	0	-270.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-515.000	0	-515.000	0	-515.000
5.04.08	Dividendo Adicional Proposto do Exercício de 2014	0	0	-2.768.592	0	0	-2.768.592	0	-2.768.592
5.04.09	Instrumentos Patrimoniais Prescritos	0	0	0	58.623	0	58.623	0	58.623
5.04.10	Aumento de Capital - AGE 28/04/15	15.812.000	0	0	0	0	15.812.000	0	15.812.000
5.04.11	Custos Diretos sobre os Aumentos de Capital (Líquido de Tributos) conforme AGE 28/04/15	0	-62.812	0	0	0	-62.812	0	-62.812
5.04.12	Aumento de Capital - AGE 30/04/15	295.285	0	0	0	0	295.285	0	295.285
5.04.13	Custos Diretos sobre os Aumentos de Capital (Líquido de Tributos) conforme AGE 30/04/15	0	-3.776	0	0	0	-3.776	0	-3.776
5.04.14	Aumento de Capital - Incorporação de Ações da GVTPart - AGE 28/05/15	9.666.021	-1.188.707	0	0	0	8.477.314	0	8.477.314
5.04.15	Exercício do Direito de Recesso - Aquisição GVTPart.	0	-86.023	0	0	0	-86.023	0	-86.023
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.449.535	-218.422	1.231.113	0	1.231.113
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.449.535	0	1.449.535	0	1.449.535
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-218.422	-218.422	0	-218.422
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.220	-1.220	0	0	0	0
5.06.04	Ajuste DIPJ - Incentivos Fiscais	0	0	1.220	-1.220	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	63.571.416	1.275.131	1.535.699	721.938	14.043	67.118.227	0	67.118.227

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
7.01	Receitas	28.548.619	25.570.351
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	28.601.572	25.717.327
7.01.02	Outras Receitas	608.480	462.236
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-661.433	-609.212
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-10.006.992	-9.941.188
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-5.925.740	-5.585.999
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.559.399	-4.337.047
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	478.147	-18.142
7.03	Valor Adicionado Bruto	18.541.627	15.629.163
7.04	Retenções	-3.866.606	-3.099.990
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.866.606	-3.099.990
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	14.675.021	12.529.173
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.521.357	2.280.736
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	724	672
7.06.02	Receitas Financeiras	1.520.633	2.280.064
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	16.196.378	14.809.909
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	16.196.378	14.809.909
7.08.01	Pessoal	2.144.764	1.584.065
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.510.710	1.139.503
7.08.01.02	Benefícios	532.573	371.755
7.08.01.03	F.G.T.S.	101.481	72.807
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	8.722.082	8.075.850
7.08.02.01	Federais	2.682.492	2.784.088
7.08.02.02	Estaduais	5.966.447	5.201.917
7.08.02.03	Municipais	73.143	89.845
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.411.806	3.700.459
7.08.03.01	Juros	2.112.815	2.635.259
7.08.03.02	Aluguéis	1.298.991	1.065.200
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.917.726	1.449.535
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.917.726	1.449.535

Comentário do Desempenho

NEGÓCIO MÓVEL

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Consolidado em R\$ milhões	2T16	2T15	Δ%	1T16	Δ%	6M16	6M15	Δ%
Receita Líquida Móvel	6.293,7	6.213,6	1,3	6.212,9	1,3	12.506,6	12.442,5	0,5
Receita de serviço móvel	5.984,1	5.830,2	2,6	5.911,2	1,2	11.895,2	11.720,4	1,5
Voz sainte	2.219,3	2.685,9	(17,4)	2.451,9	(9,5)	4.671,3	5.556,7	(15,9)
Interconexão	330,0	385,3	(14,3)	357,1	(7,6)	687,1	857,2	(19,9)
Dados e SVA	3.331,2	2.686,5	24,0	3.049,9	9,2	6.381,1	5.165,2	23,5
Mensagem P2P	411,1	428,6	(4,1)	405,7	1,3	816,7	842,2	(3,0)
Internet	2.450,5	1.776,6	37,9	2.167,5	13,1	4.618,0	3.374,4	36,9
SVA	469,7	481,3	(2,4)	476,7	(1,5)	946,4	948,6	(0,2)
Outros serviços	103,5	72,6	42,7	52,3	97,9	155,9	141,3	10,3
Receita Líquida de Aparelhos	309,7	383,4	(19,2)	301,7	2,6	611,4	722,1	(15,3)

A receita líquida móvel apresentou incremento de 1,3% y-o-y no 2T16, em função da maior receita de serviço móvel, que apresentou variação positiva de 2,6% y-o-y no trimestre. Esta evolução foi impulsionada pela crescente receita de dados, parcialmente compensada pela menor receita de venda de aparelhos (-19,2% y-o-y) e de voz, esta última afetada pelo efeito da redução de VU-M ocorrida em fevereiro de 2016. Excluindo o efeito regulatório, o crescimento da receita de serviço móvel do 2T16 seria de 4,7% y-o-y.

A receita de **voz sainte** reduziu 17,4% em relação ao 2T15, refletindo a crescente substituição por internet móvel, que mais do que compensa essa redução. O pré-pago também é impactado pelo menor volume de recargas efetuadas no período (-11,5% y-o-y), principalmente em função das condições macroeconômicas. Apesar disso, no comparativo trimestral as recargas já apresentam sinais de recuperação (-3,6% q-o-q no 2T16 vs. -5,1% q-o-q no 1T16).

A receita de **interconexão** foi 14,3% menor em comparação ao 2T15, principalmente em função da redução da tarifa de VU-M ocorrida em fevereiro de 2016 (-33,8%). Ao normalizar este efeito, a variação nas receitas de interconexão seria de +16,4% y-o-y no 2T16, impactada também pelo maior tráfego entrante, efeito *off-net* no período.

A receita de **dados e SVA** apresentou crescimento de 24,0% y-o-y e mantém-se como a principal fonte de crescimento de receita da Companhia, reflexo da estratégia centrada em dados e da convergência dos serviços de voz para dados. Contribuíram para esse crescimento o *upselling* de *bundles* de dados, tanto nas ofertas pós-pagas quanto nas pré-pagas, combinado à maior penetração de *smartphones* e *webphones* em nossa base de clientes. No trimestre, a representatividade da receita de dados e SVA sobre a receita líquida de serviço móvel aumentou para 55,7%, evoluindo 9,6 p.p. y-o-y.

A receita com **SMS** registrou redução de 4,1% y-o-y, em função do menor volume de SMS no segmento empresas no período.

A receita de **internet móvel** registrou crescimento de 37,9% na comparação anual, acelerando em relação ao 1T16 e já representando 73,6% da receita de dados no 2T16. Esse desempenho está diretamente relacionado ao crescimento nos acessos de dados pós-pagos, principalmente em planos 4G, ao aumento da venda de pacotes avulsos de dados e ao crescente parque de *smartphones*. Ao final do 2T16, 76,4% da base de clientes já possuía *smartphones* ou *webphones*, uma evolução de 4,6 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

Receitas de SVA apresentaram redução 2,4% no 2T16 quando comparadas ao mesmo trimestre do ano anterior. Esse desempenho está relacionado ao menor uso de SVAs no período, principalmente por clientes pré-pagos que priorizavam o uso de serviços de dados. Apesar disso, a venda de SVA *premium* em lojas próprias, como o Vivo Música e o Nuvem do Jornaleiro e os serviços das plataformas de educação, como o Kantoo, e de segurança, como o Vivo Sync e o Vivo Segurança online, apresentaram desempenho positivo com o contínuo interesse dos clientes por esses produtos.

Comentário do Desempenho

A **receita de outros serviços** atingiu R\$ 103,5 milhões, um aumento de 42,7% em relação ao 2T15. Esta variação reflete o crescimento em receita de serviços digitais como *e-health*, produtos financeiros e segurança, entre outros.

A **receita de aparelho móvel** apresentou redução de 19,2% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, em função da estratégia comercial mais seletiva e orientada à geração de valor adotada pela Companhia, com foco na venda de aparelhos apenas como alavanca para clientes de alto valor.

NEGÓCIO FIXO

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Consolidado em R\$ milhões	2T16	2T15	Δ%	1T16	Δ%	6M16	6M15	Δ%
Receita Líquida Fixa	4.216,3	4.214,0	0,1	4.218,5	(0,1)	8.434,8	8.349,6	1,0
Voz	1.924,2	1.978,1	(2,7)	1.950,5	(1,3)	3.874,7	3.949,2	(1,9)
Interconexão	55,7	128,9	(56,8)	103,8	(46,4)	159,5	255,9	(37,7)
Banda Larga	968,2	875,6	10,6	955,2	1,4	1.923,4	1.732,1	11,0
Dados Corporativos e TI	609,5	620,5	(1,8)	563,6	8,2	1.173,1	1.220,8	(3,9)
TV por assinatura	481,6	422,6	13,9	476,1	1,2	957,6	815,8	17,4
Outros serviços	177,2	188,3	(5,9)	169,3	4,7	346,6	375,8	(7,8)
% Dados / Receita Líquida	37,4%	35,5%	1,9 p.p.	36,0%	1,4 p.p.	36,7%	35,4%	1,3 p.p.

Nota: A Receita Líquida Fixa considera receitas advindas da solução FWT ("Vivo Fixo"). A Receita de Banda Larga inclui clientes residenciais e pequenas e médias empresas.

A receita líquida do negócio fixo permaneceu praticamente estável no 2T16 (+0,1% y-o-y), impactada pelo corte da VC fixo-móvel e pela redução da tarifa de interconexão fixa (TU-RL e TU-RIU), ambas ocorridas em fevereiro de 2016, compensadas pela evolução positiva das receitas de banda larga e TV por assinatura. Excluindo o efeito negativo dos cortes de tarifa, a variação na receita líquida de serviços fixos seria de 2,8% no período.

A receita de **voz** apresentou redução de 2,7% no período em relação ao 2T15. Excluída a redução da VC (-20,6%), haveria evolução de 3,1% da receita de voz no comparativo anual.

A receita de **interconexão** apresenta redução de 56,8% quando comparada ao 2T15, em razão da redução da TU-RL (-65,9%) e TU-RIU (-21,3%) ocorrida em fevereiro de 2016. Excluído esse efeito, a receita de interconexão apresentaria um incremento de 32,6%.

A receita de **banda larga** cresceu 10,6% y-o-y impulsionada pela evolução da receita de ultra banda larga, que já representa cerca de 60% das receitas de banda larga no período e cresce 21,1% no comparativo anual. A Companhia manteve os esforços para aumento da base e migração de clientes para velocidades mais altas, principalmente em FTTx, expandindo os acessos em fibra, que possuem maior ARPU e menor churn.

A receita de **dados corporativos e TI** reduziu 1,8% y-o-y, devido à desaceleração da economia e maior competição nesse mercado.

No 2T16, a receita de **TV por assinatura** registrou crescimento de 13,9% no comparativo anual. Esta evolução ocorre principalmente em resposta ao crescimento da base de assinantes em IPTV, que representa 41,7% do crescimento da receita de TV por assinatura.

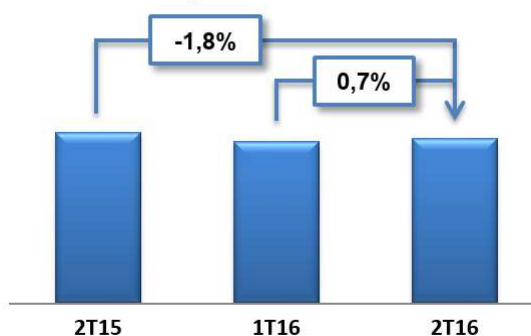
A receita com **outros serviços** reduziu 5,9% no comparativo anual, influenciada principalmente pela menor venda de equipamentos a grandes clientes.

Comentário do Desempenho

CUSTOS OPERACIONAIS CONSOLIDADOS

Consolidado em R\$ milhões	2T16	2T15	Δ%	1T16	Δ%	6M16	6M15	Δ%
Custos Operacionais	(7.309,7)	(7.342,1)	(0,4)	(6.642,9)	10,0	(13.952,6)	(14.645,7)	(4,7)
Pessoal	(1.012,2)	(861,2)	17,5	(920,4)	10,0	(1.932,6)	(1.741,8)	11,0
Custo dos Serviços Prestados	(3.013,1)	(3.079,0)	(2,1)	(3.060,4)	(1,5)	(6.073,5)	(6.179,0)	(1,7)
Interconexão	(451,2)	(644,9)	(30,0)	(556,4)	(18,9)	(1.007,6)	(1.380,6)	(27,0)
Impostos, taxas e contribuições	(478,9)	(468,9)	2,1	(455,2)	5,2	(934,1)	(966,4)	(3,3)
Serviços de terceiros	(1.464,8)	(1.393,9)	5,1	(1.455,9)	0,6	(2.920,7)	(2.714,6)	7,6
Outros	(618,2)	(571,3)	8,2	(592,9)	4,3	(1.211,1)	(1.117,4)	8,4
Custo das Mercadorias Vendidas	(533,6)	(634,4)	(15,9)	(518,0)	3,0	(1.051,6)	(1.215,2)	(13,5)
Despesas de Comercialização dos Serviços	(2.202,5)	(2.283,8)	(3,6)	(2.159,5)	2,0	(4.362,0)	(4.571,5)	(4,6)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(317,0)	(299,9)	5,7	(344,4)	(8,0)	(661,4)	(673,3)	(1,8)
Serviços de terceiros	(1.808,1)	(1.906,4)	(5,2)	(1.722,3)	5,0	(3.530,4)	(3.712,7)	(4,9)
Outros	(77,4)	(77,5)	(0,1)	(92,8)	(16,6)	(170,2)	(185,5)	(8,2)
Despesas Gerais e Administrativas	(390,1)	(342,9)	13,8	(385,6)	1,2	(775,7)	(651,2)	19,1
Serviços de terceiros	(294,5)	(278,4)	5,8	(321,9)	(8,5)	(616,4)	(540,7)	14,0
Outros	(95,6)	(64,5)	48,2	(63,7)	50,1	(159,3)	(110,5)	44,2
Outras Receitas (Despesas) Operacionais, líquidas	(158,2)	(140,8)	12,4	401,0	n.d.	242,8	(287,0)	n.d.

Custos Operacionais Recorrentes



Os custos operacionais da Companhia, excluindo gastos com depreciação e amortização, registraram R\$ 7.309,7 milhões no 2T16, com redução de 0,4% no comparativo anual. Excluindo o efeito da provisão para reestruturação organizacional realizada no trimestre, no montante de R\$ 101,2 milhões, os custos seriam de R\$ 7.208,5 milhões, com uma redução de 1,8% y-o-y, em um período em que a inflação acumulou 8,8% (IPCA). Na comparação com o trimestre anterior, os custos operacionais recorrentes mantiveram-se praticamente estáveis, já excluindo o efeito da venda de torres no 1T16.

O **custo de pessoal** apresentou incremento de 17,5% na comparação anual, principalmente em função da provisão para reestruturação organizacional, que resultou em custos não-recorrentes no montante de R\$ 101,2 milhões. Excluindo esse efeito, os custos com pessoal aumentam 5,8%, mantendo a evolução abaixo da inflação do período.

O **custo dos serviços prestados** no 2T16 apresentou redução de 2,1% em relação ao mesmo período do ano anterior, impactado positivamente pela redução de VU-M e da TU-RL/TU-RIU ocorrida em fevereiro de 2016. Excluindo este efeito, haveria um aumento de 3,2% y-o-y. Esta variação é explicada, principalmente, pelos maiores gastos com serviços de manutenção e conservação da rede, devido à expansão de cobertura 4G e melhoria constante da qualidade do serviço e maiores gastos com aluguel de sites. Quando comparado ao 1T16, as despesas com compra de conteúdo de TV apresentaram redução de 11,9%, como resultado, principalmente, das sinergias relacionadas à renegociação de alguns contratos com provedores de conteúdo no 2T16, e das vendas mais seletivas neste produto.

Comentário do Desempenho

O **custo das mercadorias vendidas** no 2T16 reduziu 15,9% em comparação ao 2T15, refletindo o foco da Companhia em clientes de maior valor e melhor rentabilidade.

As **despesas de comercialização dos serviços** no 2T16 reduziram em 3,6% y-o-y, refletindo a racionalidade comercial e a captura de sinergias, revertendo o impacto negativo do ambiente macroeconômico.

A **provisão para devedores duvidosos (PDD)** no 2T16 fechou em R\$ 317,0 milhões (+5,7% y-o-y), com o nível de inadimplência representando 3,0% da receita operacional líquida, praticamente estável no comparativo anual, mesmo com a deterioração macroeconômica. A Companhia continua com rígidos critérios de concessão de crédito, melhorando a identificação do perfil de risco do cliente e realizando ações mais efetivas de cobrança. Quando comparada com o trimestre anterior, a PDD apresenta redução de 8,0%, principalmente em função da sazonalidade inerente ao 1T16.

Os **serviços de terceiros** registraram redução anual de 5,2% no trimestre, resultado da redução de custos com comissionamento e promotores de venda em lojas de varejo, em função da seletividade comercial, e menores despesas com propaganda e publicidade em função da sinergia gerada com a unificação da marca a partir de abril/16, que permitiu eliminar as sobreposições na comunicação, reduzir agências de publicidade e renegociar contratos de veiculação.

As **despesas gerais e administrativas** no 2T16 registraram aumento de 13,8% y-o-y, principalmente em função de maiores despesas com energia elétrica, além da recuperação de impostos no 2T15, influenciando na base de comparação.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas totalizaram despesa de R\$ 158,2 milhões no trimestre, um aumento de 12,4% quando comparada ao 2T15.

DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO

O item **Depreciação e Amortizações** apresentou aumento de 8,2% na comparação anual, justificado principalmente pelo aumento do imobilizado, reflexo do maior nível de investimentos feitos pela Companhia nos últimos anos.

Resultado Financeiro

No 2T16, as **despesas financeiras líquidas** aumentaram R\$ 184,8 milhões quando comparadas ao 2T15, principalmente pela maior receita financeira registrada no 2T15 em função do maior saldo médio de caixa no período entre o aumento de capital realizado em maio/15 para compra da GVT e seu efetivo pagamento.

No acumulado do ano, as despesas financeiras líquidas diminuíram 4,2% (R\$ 27,0 milhões) quando comparadas ao 1S15 em decorrência, principalmente, das perdas relacionadas à variação cambial dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira (Euro) da GVT em 2015, cujo resultado foi impactado negativamente pela valorização do Euro em relação ao Real, parcialmente compensadas pela maior receita financeira registrada no 1S15, conforme mencionado acima.

Capex

Consolidado em R\$ milhões	2T16	2T15	1T16	6M16	6M15
Rede	1.490,7	1.795,0	1.328,5	2.819,2	3.337,7
Tecnologia/Sist. Informação	224,5	185,4	126,4	350,9	321,4
Produtos e Serviços, Canais, Administrativo e outros	55,5	82,8	36,9	92,4	164,8
Total	1.770,6	2.063,2	1.491,9	3.262,5	3.824,0
Capex ex. licenças / Receita operacional líquida	16,8%	19,8%	14,3%	15,6%	18,4%

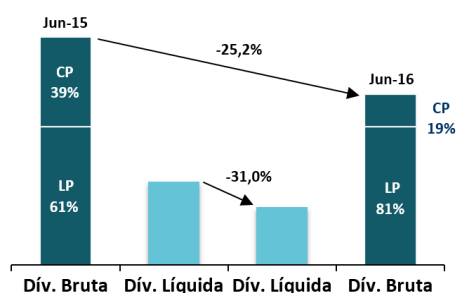
Comentário do Desempenho

O **Capex** do 2T16 atingiu R\$ 1.770,6 milhões, representando 16,8% da receita operacional líquida do período, inferior ao resultado do ano anterior em função da maior eficiência na alocação do capital com foco em valor, além das iniciativas de eficiência e sinergia. Nesse trimestre, a Companhia direcionou seus investimentos, em sua maioria, na ampliação da capacidade da rede em grandes centros de forma a atender a maior demanda e garantir a qualidade superior na prestação de serviços e ao aumento da infraestrutura de transmissão. No segundo semestre de 2016, os investimentos serão direcionados principalmente à ampliação da cobertura 4G e ao aumento da penetração do FTTx.

ENDIVIDAMENTO

A Companhia encerrou o 2T16 com uma **dívida bruta** de R\$ 8.627,3 milhões, 25,2% menor que a apresentada ao final do 2T15, sendo 15,5% denominada em moeda estrangeira. A diminuição da dívida bruta está relacionada à liquidação de empréstimos e financiamentos no período. Atualmente, a exposição cambial da dívida está 100% coberta por operações de proteção cambial (hedge).

A **dívida líquida** atingiu R\$ 2.898,5 milhões ao final do 2T16. Em relação ao 2T15, a dívida líquida registra uma diminuição de 31,0% (R\$ 1.301,6 milhões), explicado principalmente pelo recebimento da venda de torres e por uma maior geração de caixa operacional no período.



Os dados não financeiros, tais como: base de clientes, ativações brutas, volume médio de recargas, *market share*, cumprimento de metas de qualidade determinadas pela ANATEL, premiações recebidas e cotações, entre outros, não foram objeto de revisão por nossos auditores independentes.

Notas Explicativas

1) A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES

a) Informações Gerais

A Telefônica Brasil S.A. (“Companhia” ou “Telefônica Brasil”) é uma sociedade por ações de capital aberto, tendo como objeto social a exploração de serviços de telecomunicações e o desenvolvimento das atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, em conformidade com as concessões, autorizações e permissões que lhes foram outorgadas. A Companhia tem sua sede à Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1376, na capital do Estado de São Paulo, Brasil e pertence ao Grupo Telefônica (“Grupo”), líder no setor de telecomunicações na Espanha e presente em vários países da Europa e América Latina.

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Telefónica S.A. (“Telefónica”), empresa *holding* do Grupo e localizada na Espanha, possuía uma participação total direta e indireta no capital social da Companhia, incluindo ações em tesouraria de 73,58% (nota 22).

A Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (“BM&FBovespa”). A Companhia também é registrada na *Securities and Exchange Commission* (“SEC”), dos Estados Unidos da América, sendo suas *American Depositary Shares* (“ADSs”) classificadas no nível II, lastreadas apenas em ações preferenciais e negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (“*New York Stock Exchange*” – “NYSE”).

b) Operações

A Companhia atua na prestação de serviços de telefonia fixa e de serviços de dados no Estado de São Paulo, por intermédio da concessão e autorização para a exploração do Serviço Telefônico Fixo Comutado (“STFC”) e autorização para a exploração do Serviço de Comunicação Multimídia (“SCM”, comunicação de dados, inclusive *internet* em banda larga), respectivamente.

Para a prestação do STFC, a Companhia possui também concessão para chamadas telefônicas originadas no setor 31 da Região III (exceto os municípios que compõem o setor 33) e autorização para chamadas telefônicas originadas nas Regiões I e II, conforme estabelecido no Plano Geral de Outorgas (“PGO”).

A Companhia também possui autorizações para a prestação de outros serviços de telecomunicações, tais como o Serviço Móvel Pessoal (“SMP”) e Serviço de Acesso Condicionado (“SEAC”), especialmente por intermédio das tecnologias DTH e cabo.

Com a incorporação da GVTPart. (nota 1c), a Companhia passou a atuar na prestação do STFC, SCM e TV por assinatura (“SEAC”) em todo o território brasileiro.

De acordo com o contrato de concessão do STFC, a cada biênio, durante os 20 anos do contrato, a Companhia deverá pagar ônus equivalente a 2% da receita do STFC do ano anterior ao pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais incidentes (nota 21). O atual contrato de concessão do STFC da Companhia tem validade até 31 de dezembro de 2025.

De acordo com os contratos de autorização para o SMP, a cada biênio, após a primeira renovação, a Companhia deverá pagar ônus equivalente a 2% de sua receita do ano anterior ao do pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais, relativa à aplicação dos Planos de Serviços Básicos e Alternativos (nota 21). Estes contratos são renováveis, uma única vez, pelo prazo de 15 anos.

As concessões e autorizações são outorgadas pela Agência Nacional de Telecomunicações (“ANATEL”), órgão responsável pela regulação do setor de telecomunicações no Brasil, nos termos da Lei Geral das Telecomunicações (“LGT”), Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que foi alterada pelas leis nº 9.986, de 18 de julho de 2000 e nº 12.485, de 12 de setembro de 2011. Sua atuação ocorre através da edição de regulamentos e planos complementares.

Notas Explicativas

No leilão para venda das sobras de radiofrequência nas faixas de 1.800 MHz, 1.900 MHz e 2.500 MHz, realizado pela ANATEL em 17 de dezembro de 2015, a Companhia foi vencedora em sete lotes na frequência de 2.500MHz, tendo ofertado o montante de R\$185.450, sendo: lote E2 DDD11 Grande São Paulo R\$110.250; lote E18 DDD21 Grande Rio R\$55.000; lote E39 DDD48 Florianópolis e região R\$500; lote E43 DDD51 Grande Porto Alegre R\$16.690; lote E46 DDD54 Caxias do Sul e região R\$2.085; lote E51 DDD63 Palmas e região R\$400; e lote E58 DDD67 Dourados e região R\$525. Até a elaboração destas ITRs, o contrato destas radiofrequências ainda não havia sido assinado entre a Companhia e a ANATEL.

As informações sobre as áreas de operação (regiões) e vencimentos das autorizações das radiofrequências para o SMP são as mesmas da nota explicativa 1b) Operações, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

c) Reestruturação Societária

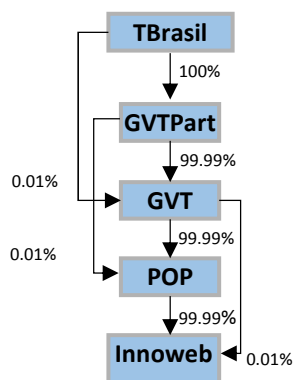
Em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) realizada em 1º de abril de 2016, foi aprovada a Reestruturação Societária de acordo com os termos e condições propostos em 14 de março de 2016, conforme descrita a seguir.

A GVT Participações S.A. (“GVTPart.”) era a controladora da Global Village Telecom S.A. (“GVT”), sociedades que foram controladas pela Companhia de 28 de maio de 2015 até 1º de abril de 2016 (nota 3). A GVT era a controladora direta da POP Internet Ltda. (“POP”) e indireta da Innoweb Ltda. (“Innoweb”), sociedades com sede no Brasil.

A POP fornece serviços como provedor gratuito de acesso e conteúdo de *internet*. A Innoweb (controlada da POP) fornece serviços telefônicos com base na tecnologia VoIP, que possibilita a realização de chamadas via *internet* a custos mais baixos do que a telefonia convencional, utilizando circuitos dedicados.

A Reestruturação Societária envolveu a Companhia e sua subsidiária integral GVTPart. (sociedade *holding* que tinha por objeto a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista), antecedida de reestruturação envolvendo as sociedades controladas destas, a GVT (tinha como objeto principal a prestação de serviços fixos de telecomunicações, incluindo televisão por assinatura, em todo o Brasil) e a POP.

Em 31 de março de 2016, a estrutura societária, considerando apenas as sociedades envolvidas na Reestruturação Societária era a seguinte:



A Reestruturação Societária visou a padronização dos serviços desenvolvidos pelas sociedades envolvidas neste processo, com: (i) concentração da prestação dos serviços de telecomunicações em uma única sociedade, a Companhia; e (ii) migração das atividades que eram prestadas pela GVT, especificamente aquelas que não eram relativas aos serviços de telecomunicações para a POP.

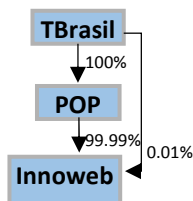
Desta forma, a simplificação da estrutura societária e a concentração da prestação de serviços de telecomunicações na Companhia, favorecerá um ambiente de convergência, facilitando a consolidação e confluência na oferta de serviços de telecomunicações e a simplificação da oferta de pacotes de serviços, bem como a otimização de custos administrativos e operacionais, e a padronização das operações das sociedades envolvidas na Reestruturação Societária.

Notas Explicativas

A referida Reestruturação Societária foi aprovada pela ANATEL nos termos do Ato nº 50.169, de 22 de janeiro de 2016, publicado no Diário Oficial da União (“DOU”) de 28 de janeiro de 2016, com as condicionantes nele previstas.

A Reestruturação Societária ocorreu na mesma data da AGE, da seguinte forma: (i) a GVT foi cindida e o seu acervo líquido concernente aos bens, direitos e obrigações relacionados às atividades de telecomunicações foi absorvido pela GVTPart. e a parcela restante, concernente aos bens, direitos e obrigações relacionados às demais atividades que não de telecomunicações, foi absorvida pela POP; e (ii) o acervo líquido da GVTPart. (após a incorporação do acervo líquido da GVT, item (i)) foi absorvido pela Companhia.

Após a Reestruturação Societária, a estrutura societária considerando apenas as sociedades envolvidas na Reestruturação Societária, passou a ser a seguinte:



Dado que a incorporação da GVTPart. pela Companhia não acarretou aumento de capital ou alteração nas participações dos acionistas da Companhia, uma vez que a GVTPart. era subsidiária integral da Companhia, não há que se falar em relação de substituição de ações dos acionistas da GVTPart. por ações da Companhia, também não havendo, por consequência, interesses de acionistas minoritários a serem tutelados e, portanto, segundo entendimento da CVM em casos precedentes semelhantes e nos termos do disposto na Deliberação CVM nº 559/08, também não se aplica o disposto no artigo 264 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada.

Adicionalmente, no que tange à operação que antecede à incorporação da GVTPart. pela Companhia, também não há que se falar em relação de substituição, dado que a GVT era controlada pela GVTPart. e pela própria Companhia, inexistindo acionistas minoritários.

Nos termos do disposto no artigo 137 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, a Reestruturação Societária não confere aos acionistas da Companhia o direito de recesso. Ainda, considerando que não há acionistas minoritários da GVTPart., em razão de ser esta subsidiária integral da Companhia, não há que se falar em direito de dissidência e exercício de direito de recesso de acionistas não controladores da GVTPart. de que tratam os artigos 136, inciso iv e 137 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada.

2) BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

2.1) Declaração de Conformidade

As informações trimestrais (“ITRs”) individuais (Controladora) e consolidadas (Consolidado) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de forma condizente com as normas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”). Todas as informações relevantes próprias das ITRs, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

As ITRs foram elaboradas segundo os princípios, práticas e critérios contábeis consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 (nota explicativa 3 – “Resumo das Principais Práticas Contábeis”) e devem ser analisadas em conjunto com essas demonstrações financeiras.

As ITRs consolidadas (Consolidado) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 21 (R1) Demonstrações Intermediárias e IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitido pelo IASB e também conforme deliberação nº 739 da CVM.

Notas Explicativas

As normas contábeis adotadas no Brasil requerem a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"), individual e consolidado, enquanto que as normas IFRS não requerem sua apresentação. Como consequência, pelas normas IFRS, a DVA está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto destas ITRs.

2.2) Bases de Preparação e Apresentação

As ITRs são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma), que é a moeda funcional da Companhia, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e comparam os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2016 e 2015, exceto em relação aos balanços patrimoniais que comparam as posições em 30 de junho de 2016 com 31 de dezembro de 2015.

As ITRs individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 25 de julho de 2016.

Para a comparabilidade das ITRs consolidadas (demonstrações dos resultados, demonstrações dos resultados abrangentes, demonstrações do valor adicionado e demonstrações dos fluxos de caixa) para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2016 e 2015, deve-se levar em conta os efeitos da consolidação da GVTPart. a partir de 1º de maio de 2015.

A Companhia, visando atender o disposto na Instrução CVM nº 565, de 15 de junho de 2015, apresenta na nota 35 as demonstrações dos resultados consolidados pró-forma (não auditadas ou revisadas) para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2015 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Algumas rubricas dos quadros que compõem as notas explicativas foram reclassificadas para permitir a comparabilidade entre as informações para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2016 e 2015, quando aplicável.

As ITRs foram elaboradas segundo os princípios, práticas e critérios contábeis consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, além dos novos pronunciamentos, interpretações e alterações, que entraram em vigor a partir de 2016, descritos a seguir:

IFRS 5 Non-current Assets Held for Sale and Discontinued Operations (Ativos Não Correntes Destinados a Venda e Operações Descontinuadas), revisão: As alterações desta norma orientam a Companhia sobre o tratamento contábil a ser utilizado quando da reclassificação de um ativo (ou grupo de ativos) da categoria de mantidos para venda para a distribuição a acionistas (ou vice-versa). Esta norma é aplicável a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2016. A Companhia não possui planos de vendas de ativos ou de distribuição a acionistas e não espera impactos em sua posição financeira.

IFRS 7 Financial Instruments: Disclosures (Instrumentos Financeiros: Divulgações), revisão: As alterações desta norma orientam a Companhia sobre as divulgações de suas políticas contábeis que compõem a base de mensuração (ou bases) utilizadas na preparação das demonstrações financeiras e as outras políticas contábeis utilizadas que sejam relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras. Esta norma é aplicável a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2016. A Companhia já divulga as políticas contábeis mais significativas em suas demonstrações financeiras.

IFRS 11 Accounting for Acquisitions of Interests in Joint Operations (Contabilizações de Aquisições de Acordos Conjuntos), revisão: As alterações desta norma exigem que um investidor conjunto, que esteja contabilizando a aquisição de participação societária em uma operação conjunta na qual a atividade da operação conjunta constitua um negócio, aplique os princípios pertinentes da IFRS 3 para contabilização de combinações de negócios. As alterações também esclarecem que uma participação societária previamente mantida em uma operação conjunta não é remensurada sobre a aquisição de participação adicional na mesma operação conjunta enquanto o controle conjunto for retido. Adicionalmente, uma exclusão de escopo foi adicionada à IFRS 11 para especificar que as alterações não se aplicam quando as partes que compartilham controle conjunto, inclusive a entidade de reporte, estiverem sob controle comum da parte controladora principal. As alterações se aplicam tanto à aquisição da participação final em uma operação conjunta quanto à aquisição de quaisquer participações adicionais na mesma operação conjunta e são prospectivamente vigentes para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adquiriu participação em acordos conjuntos enquadrados desta forma.

Notas Explicativas

IFRS 14 Regulatory Deferral Accounts (Contas de Diferimento Regulatórias), emissão: Esta norma é opcional e permite à uma sociedade cujas atividades estão sujeitas a regulação de tarifas continuarem aplicando a maior parte de suas políticas contábeis para saldos de contas regulatórias diferidas no momento da primeira adoção das IFRS. As sociedades que adotam a IFRS 14 devem apresentar contas regulatórias diferidas como rubricas em separado no balanço patrimonial e outros resultados abrangentes. A norma exige divulgações sobre a natureza e os riscos associados com a regulação de tarifas da sociedade e os efeitos dessa regulação sobre as demonstrações financeiras. Esta norma é aplicável a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2016. A Companhia não espera impactos em sua posição financeira, visto que já elabora suas demonstrações financeiras com base nas IFRS vigentes.

IAS 1 Disclosure Initiative (Iniciativas de Divulgação), revisão: Esta norma aborda alterações no conjunto de informações das demonstrações financeiras de uma sociedade. Esta norma é aplicável a partir dos exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016. O modelo de divulgação das informações financeiras da Companhia está aderente à norma e a Companhia não espera impactos em suas divulgações financeiras.

IAS 16 and IAS 38 Clarification of Acceptable Methods of Depreciation and Amortization (Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização), revisão: As alterações esclarecem sobre os métodos de depreciação e amortização, observando o alinhamento ao conceito de benefícios econômicos futuros esperados pela utilização do ativo durante sua vida útil econômica. Esta norma é aplicável a partir dos exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016. A Companhia não espera impactos em sua posição financeira.

IAS 19 Employee Benefits (Benefícios a Empregados), revisão: As alterações desta norma exigem que a Companhia divulgue informações sobre a taxa utilizada para descontar as obrigações de benefícios pós-emprego, determinando por referência os rendimentos do mercado no final do período de referência de obrigações de instituições de elevada qualidade. Para as moedas às quais não existe um mercado ativo em tais obrigações de instituições de elevada qualidade, devem ser usados os rendimentos de mercado (no final do período de divulgação) dos títulos do governo denominados nessa moeda. A moeda e o prazo das obrigações das sociedades ou das obrigações governamentais devem ser consistentes com a moeda e o prazo esperado das obrigações de benefícios pós-emprego. No Brasil, não existe um mercado de títulos privados de alta qualidade, razão pela qual há vários anos a Companhia e seus atuários tem utilizado os títulos do Governo Brasileiro, notadamente as NTN-B com prazos equivalentes ao *duration* médio de cada plano para o desconto a valor presente do passivo atuarial. A moeda utilizada é o Real, tanto para pagamento dos benefícios, quanto para a valoração das NTN-Bs.

Amendments to IAS 27 Equity Method in Separate Financial Statements (Emendas ao IAS 27 Método de Equivalência Patrimonial nas Demonstrações Financeiras Separadas), revisão: As alterações desta norma permitem que a Companhia utilize o método de equivalência patrimonial para investimentos em subsidiárias, *joint ventures* e coligadas em suas demonstrações financeiras separadas (individuais). Esta norma é aplicável a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2016. Esta alteração não apresentou qualquer impacto nas demonstrações financeiras separadas da Companhia, uma vez que as normas contábeis brasileiras equivalentes (CPC 35-R2) já previam a utilização desse método.

IAS 34 Interim Financial Reporting (Relatórios Financeiros Intermediários), revisão: As alterações desta norma exigem que a Companhia divulgue em seus relatórios intermediários diversas informações, tais como: (i) declaração de políticas e métodos de cálculo comparadas com as demonstrações financeiras anuais mais recentes; (ii) comentários sobre sazonalidade; (iii) natureza e quantidades de itens que afetam ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas ou fluxo de caixa incomuns devido à sua natureza, dimensão ou incidência; (iv) natureza e quantidade de alterações nas estimativas de montantes divulgados nos períodos comparativos; (v) questões, recompras e reembolsos de títulos e valores mobiliários; (vi) dividendos pagos (agregados ou por ação), segregados por ações ordinárias e outras ações; (vii) informações completas por segmentos; (viii) acontecimentos após o período atual, que não tenham sido refletidos nos relatórios intermediários; (ix) efeito de alterações na composição da Companhia durante o período do relatório intermediário, entre outras. Esta norma é aplicável a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2016. A Companhia não espera impactos em seu relatório financeiro intermediário, visto que já contempla estas informações na elaboração de seus relatórios financeiros intermediários.

Na data de elaboração destas ITRs, as seguintes emissões e alterações nas IFRS haviam sido publicadas, porém não eram de aplicação obrigatória:

Notas Explicativas

Normas e Emendas a Normas	Vigência a partir de:
<i>IFRS 9 Financial Instruments</i> (Instrumentos Financeiros), emissão da versão final.	1º de janeiro de 2018
<i>IFRS 10, 12 and IAS 28 Investment Entities: Applying the Consolidation Excepcion</i> (Aplicando a Exceção na Consolidação), revisão.	A definir
<i>IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers</i> (Receita de Contratos com Clientes), emissão.	1º de janeiro de 2018
<i>IFRS 16 Leases</i> (Arrendamentos), emissão.	1º de janeiro de 2019
<i>IAS 7 Cash Flow</i> (Fluxo de Caixa), revisão.	1º de janeiro de 2017
<i>IAS 12 Income Taxes</i> (Imposto de Renda), revisão.	1º de janeiro de 2017

A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento, interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória. Com base nas análises realizadas, a Companhia estima que a adoção da maioria destas normas não terá um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas no período de aplicação inicial. O Grupo Telefônica está atualmente avaliando o impacto da aplicação da IFRS 15. Além disso, as alterações introduzidas pelo IFRS 9 afetarão os instrumentos financeiros e operações com instrumentos financeiros realizadas em ou após 1º de janeiro de 2018. Além disso, o IFRS 16 requer que a Companhia informe os ativos e passivos sujeitos a arrendamentos (exceto arrendamento de curto prazo e arrendamentos de baixo valor). Assim, as alterações introduzidas pelo IFRS 16 são susceptíveis de ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia, a partir da data de vigência da referida alteração.

2.3) Bases de consolidação

A Companhia detinha as seguintes participações societárias nas respectivas datas bases:

Investidas	Tipo de investimento	% de participação direta			País (Sede)	Atividade principal
		Em 30.06.16	Em 31.12.15	Em 30.06.15		
Telefônica Data S.A. ("TData")	Controlada integral	100,00%	100,00%	100,00%	Brasil	Telecomunicações
GVT Participações S.A. ("GVTPart.") (nota 3)	Controlada integral	-	100,00%	100,00%	Brasil	Telecomunicações
POP Internet Ltda ("POP") (nota 1c)	Controlada integral	100,00%	-	-	Brasil	Internet
Aliança Atlântica Holding B.V. ("Aliança")	Controlada em conjunto	50,00%	50,00%	50,00%	Holanda	Holding, atuando no setor de telecomunicações
Companhia AIX de Participações ("AIX")	Controlada em conjunto	50,00%	50,00%	50,00%	Brasil	Exploração de rede subterrâneas de telecomunicações
Companhia ACT de Participações ("ACT")	Controlada em conjunto	50,00%	50,00%	50,00%	Brasil	Assessoria técnica em redes de telecomunicações

As participações societárias em sociedades controladas ou de controle conjunto estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas ITRs individuais. Nas ITRs consolidadas o investimento e todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações e participação do patrimônio líquido nas controladas integrais são eliminados. Os investimentos em sociedades de controle conjunto são mantidos pela equivalência patrimonial nas ITRs consolidadas.

3) AQUISIÇÃO DA GVT PARTICIPAÇÕES S.A. ("GVTPart.")

Conforme divulgado nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 (nota explicativa 4 – "Aquisição da GVT Participações S.A."), em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 28 de maio de 2015, foi aprovada a aquisição da totalidade das ações de emissão da GVTPart. e de 675.571 ações da GVT, bem como a incorporação de ações da GVTPart. pela Companhia. Em decorrência destes atos, a Companhia tornou-se a única acionista da GVTPart. e controladora indireta da GVT, POP e Innoweb.

Em 28 de maio de 2015, a AGE da Companhia ratificou o Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças (*Stock Purchase Agreement and Other Covenants*) celebrado entre a Companhia e a Vivendi e suas subsidiárias (*Société d'Investissements et de Gestion 108 SAS - "FrHolding108"* e *Société d'Investissements et de Gestion 72 S.A.*), por meio do qual a totalidade das ações de emissão da GVTPart. foi adquirida pela Companhia.

Notas Explicativas

Esta operação estava sujeita à obtenção das autorizações societárias e regulatórias aplicáveis, incluindo o Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") e a ANATEL, além de outras condições que se classificam dentre as usualmente aplicáveis a esse tipo de operação. A ANATEL aprovou nos termos do Ato 448, de 22 de janeiro de 2015, publicado no DOU de 26 de janeiro de 2015 e o CADE aprovou na 61ª sessão ordinária de julgamento do Tribunal do CADE, realizada em 25 de março de 2015 e publicada no DOU de 31 de março de 2015.

De acordo com o IFRS 3 (R) / CPC 15 (R1) – Combinações de Negócios, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos assumidos na data de aquisição junto aos antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida.

O preço de aquisição está demonstrado a seguir:

Contraprestação bruta em dinheiro (Euros 4,663 bilhões)	15.964.853
(-) Ajustes do Contrato (Dívida Líquida)	(7.060.899)
Montante da contraprestação líquida em dinheiro	8.903.954
(+) Contraprestação Contingente	344.217
(+) Contraprestação em Ações a Valor Justo	8.477.314
(-) Ganhos com <i>Cash Flow Hedge</i> sobre a Operação, líquidos de tributos (1)	(377.373)
(-) Reembolso conforme cláusulas 2.2.4 e 2.2.5 do SPA	(84.598)
Contraprestação total, líquida de <i>Cash Flow Hedge</i>	17.263.514

(1) Operações com derivativos, referem-se a *hedges* de fluxo de caixa para proteger o montante exposto a variação cambial em euros devido à Vivendi, referente a aquisição da GVTPart.

Demonstramos a seguir, a composição do valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos no montante de R\$4.426.373, bem como o ágio gerado na data da aquisição.

Ativo circulante	1.557.651	Passivo circulante	5.299.662
Caixa e equivalentes de caixa	390.255	Pessoal, encargos e benefícios sociais	170.989
Contas a receber, líquidas	947.378	Fornecedores	611.425
Estoques	4.641	Impostos, taxas e contribuições	346.569
Tributos a recuperar	147.057	Empréstimos e financiamentos	3.968.615
Outros ativos	68.320	Provisões	17.866
		Outras obrigações	184.198
Ativo não circulante	12.026.239		
Aplicações financeiras em garantia	17.871	Passivo não circulante	3.857.855
Tributos a recuperar	65.798	Fornecedores	67.742
Tributos diferidos (4)	610.873	Impostos, taxas e contribuições	1.342
Depósitos e bloqueios judiciais	551.275	Empréstimos e financiamentos	3.088.414
Outros ativos	7.052	Provisões (3)	679.294
Imobilizado, líquido (1)	7.970.117	Outras obrigações	21.063
Intangível, líquido (2)	2.803.253		
		Valor justo dos passivos assumidos	9.157.517
		Valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos	4.426.373
		Ágio (5)	12.837.141
Valor justo dos ativos adquiridos	13.583.890	Contraprestação total, líquido de <i>Cash Flow Hedge</i>	17.263.514

- (1) Inclui a alocação do valor da mais valia de itens do imobilizado (R\$409.601).
- (2) Inclui a alocação do valor justo atribuído a marca (no montante de R\$59.000, avaliada pelo método *relief-from-royalty*, com amortização pelo prazo de 1,5 anos) e a carteira de clientes (no montante de R\$2.523.000, avaliada pelo método *multi-period excess earnings method*, com amortização pelo prazo médio de 7,77 anos) e a mais valia e outros intangíveis (R\$20.394).
- (3) Inclui a alocação do valor justo atribuído ao passivo contingente (R\$512.648).
- (4) Inclui a alocação do valor dos tributos diferidos incidentes sobre o passivo contingente (R\$174.300).
- (5) Refere-se ao valor do ágio apurado na aquisição da GVTPart, com a expectativa de sinergias futuras da combinação dos negócios da adquirida, que poderá vir a ser utilizado para fins fiscais.

Notas Explicativas

Como parte do Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças assinado entre a Companhia e a Vivendi, foi acordada uma contraprestação contingente relativa ao depósito judicial efetuado pela GVT pelas parcelas mensais do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a amortização do ágio, decorrente do processo de reestruturação societária concluído pela GVT em 2013. Em setembro de 2014, a GVT solicitou o cancelamento do recurso judicial e a devolução do montante depositado.

Caso ocorra êxito em levantar (reembolsar, restituir, compensar) este recurso, o mesmo será devolvido à Vivendi, desde que seja decorrente de uma decisão não apelável (trânsito em julgado). O prazo para essa devolução é de até 15 anos. O valor justo da contraprestação contingente na data de aquisição é de R\$344.217, registrado no passivo não circulante da Companhia no grupo “Empréstimos, financiamentos, arrendamentos financeiros e contraprestação contingente” (nota 20), o qual está sujeito à atualização monetária mensalmente, utilizando o índice SELIC.

O saldo de caixa e equivalentes de caixa na aquisição foi de R\$390.255 (R\$376.479, líquido dos custos de transação).

Na data de elaboração destas ITRs, a Companhia já havia concluído as revisões e ajustes da determinação do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos da GVTPart.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30.06.16	31.12.15	30.06.16	31.12.15
Caixa e contas bancárias	182.545	201.294	190.635	233.742
Aplicações financeiras	4.880.578	4.005.301	5.485.077	5.103.103
Total	5.063.123	4.206.595	5.675.712	5.336.845

As aplicações financeiras de curto prazo correspondem basicamente a Certificados de Depósitos Bancários (“CDBs”), baseados na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (“CDI”) com liquidez imediata, e são mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha. As receitas geradas por estas aplicações são registradas como receitas financeiras.

5) CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	30.06.16	31.12.15	30.06.16	31.12.15
Valores faturados	6.641.628	5.605.057	7.281.692	6.959.513
Valores a faturar	2.000.225	1.490.470	2.268.595	2.111.746
Valores de interconexão	1.490.193	1.531.352	1.505.915	1.555.480
Valores com partes relacionadas (nota 29)	161.389	241.233	169.260	206.957
Contas a receber bruto	10.293.435	8.868.112	11.225.462	10.833.696
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(1.927.536)	(1.650.112)	(2.371.606)	(2.217.926)
Total	8.365.899	7.218.000	8.853.856	8.615.770
Circulante	8.201.726	7.000.379	8.586.366	8.285.319
Não circulante	164.173	217.621	267.490	330.451

Os saldos consolidados das contas a receber não circulante incluem:

- Em 30 de junho de 2016, R\$164.173 (R\$217.621 em 31 de dezembro de 2015), referente ao modelo de negócios de revenda de mercadorias para pessoa jurídica, com prazo de recebimento até 24 meses. Em 30 de junho de 2016, o impacto do ajuste a valor presente era de R\$44.321 (R\$59.378 em 31 de dezembro de 2015).
- Em 30 de junho de 2016, R\$103.317 (R\$112.830 em 31 de dezembro de 2015), corresponde ao produto “Soluciona TI”, comercializado pela TData, que consiste na locação de equipamentos de informática ao segmento de pequenas e médias empresas e o recebimento de parcelas fixas pelo prazo contratual. Considerando os termos contratuais, esse produto foi classificado como arrendamento mercantil financeiro. Em 30 de junho de 2016, o impacto do ajuste a valor presente era de R\$882 (R\$3.671 em 31 de dezembro de 2015).

Notas Explicativas

Os saldos das contas a receber, circulante e não circulante referente ao arrendamento mercantil financeiro do produto "Soluciona TI", contemplam os seguintes efeitos:

	Consolidado	
	30.06.16	31.12.15
Valor presente a receber	573.607	574.534
Receita financeira não realizada	882	3.671
Valor nominal a receber	574.489	578.205
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(321.064)	(306.443)
Valor líquido a receber	253.425	271.762
Circulante	150.108	158.932
Não circulante	103.317	112.830

O cronograma de vencimentos das contas a receber brutas do produto "Soluciona TI" em 30 de junho de 2016 era:

	Consolidado	
	Valor nominal a receber	Valor presente a receber
A vencer até um ano	315.142	315.142
A vencer acima de um ano e até cinco anos	259.347	258.465
Total	574.489	573.607

Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita durante o exercício.

A seguir, apresentamos os valores a receber, líquidos das perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber, por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.16	31.12.15	30.06.16	31.12.15
A vencer	5.982.392	5.186.776	6.376.366	6.158.130
Vencidas – 1 a 30 dias	1.099.170	949.131	1.118.682	1.082.139
Vencidas – 31 a 60 dias	389.660	323.882	392.245	375.908
Vencidas – 61 a 90 dias	258.165	214.337	259.790	324.985
Vencidas – 91 a 120 dias	162.368	93.826	174.940	103.876
Vencidas – mais de 120 dias	474.144	450.048	531.833	570.732
Total	8.365.899	7.218.000	8.853.856	8.615.770

Não havia cliente que representasse mais de 10% das contas a receber líquidas em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

A seguir, demonstramos as movimentações das perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.14	(1.313.956)	(1.619.316)
Complemento líquido das perdas estimadas (nota 24)	(543.545)	(609.212)
Baixa pela utilização	297.697	325.691
Combinação de negócios (nota 3)	-	(323.936)
Saldo em 30.06.15	(1.559.804)	(2.226.773)
Complemento líquido das perdas estimadas	(473.271)	(621.463)
Baixa pela utilização	382.963	630.310
Saldo em 31.12.15	(1.650.112)	(2.217.926)
Complemento líquido das perdas estimadas (nota 24)	(577.628)	(661.433)
Baixa pela utilização	460.924	507.753
Incorporação (nota 1c)	(160.720)	-
Saldo em 30.06.16	(1.927.536)	(2.371.606)

Notas Explicativas

6) ESTOQUES, LÍQUIDOS

	Controladora		Consolidado	
	30.06.16	31.12.15	30.06.16	31.12.15
Materiais para revenda (1)	406.645	550.283	446.940	594.888
Materiais para consumo	63.913	48.562	68.684	53.275
Outros estoques	7.757	7.809	7.757	7.809
Total bruto	478.315	606.654	523.381	655.972
Perdas estimadas para redução ao valor realizável e obsolescência	(40.187)	(48.390)	(44.869)	(52.341)
Total	438.128	558.264	478.512	603.631

(1) Inclui estoque de aparelhos celulares, *simcards* e equipamentos de informática, entre outros.

A seguir, demonstramos a movimentação das perdas estimadas para redução ao valor realizável e para obsolescência dos estoques:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.14	(45.901)	(48.486)
Ingresso (reversão) líquido das perdas estimadas	(8.346)	(7.374)
Saldo em 30.06.15	(54.247)	(55.860)
Ingresso (reversão) líquido das perdas estimadas	5.857	3.519
Saldo em 31.12.15	(48.390)	(52.341)
Ingresso (reversão) líquido das perdas estimadas	8.203	7.472
Saldo em 30.06.16	(40.187)	(44.869)

Os valores das adições e reversões das perdas estimadas para redução ao valor realizável e obsolescência dos estoques estão incluídos nos custos das mercadorias vendidas (nota 24).

7) TRIBUTOS DIFERIDOS E A RECUPERAR

7.1) Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30.06.16	31.12.15	30.06.16	31.12.15
ICMS (1)	2.091.275	1.866.777	2.097.979	2.063.159
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (2)	344.382	267.238	351.856	301.714
Impostos e contribuições retidos na fonte (3)	75.289	132.442	95.066	293.065
PIS e COFINS	83.932	108.758	85.256	133.925
Fistel, INSS, ISS e outros tributos	85.135	126.806	94.801	139.082
Total	2.680.013	2.502.021	2.724.958	2.930.945
Circulante	2.128.408	2.164.544	2.172.151	2.521.292
Não circulante	551.605	337.477	552.807	409.653

(1) Refere-se aos créditos gerados na aquisição de bens do ativo imobilizado (cuja compensação ocorre em 48 meses); em pedidos de ressarcimento do ICMS pago para faturas que foram posteriormente canceladas; pela prestação de serviços; por substituição tributária; por diferencial de alíquota, entre outros.

(2) Refere-se aos créditos por antecipações de imposto de renda e contribuição social, as quais serão compensadas com tributos federais a serem apurados futuramente.

(3) Refere-se a créditos de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, juros sobre o capital próprio e outros, que são utilizados como dedução nas operações do período e contribuição social retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.

7.2) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são constituídos, considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, os quais foram fundamentados em estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração.

Notas Explicativas

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos são demonstrados a seguir:

	Controladora												
	Saldos em 31.12.14	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Outros	Saldos em 30.06.15	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Outros	Saldos em 31.12.15	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Incorporação (nota 1c)	Saldos em 30.06.16
Ativo diferido													
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa (1)	70.164	(70.164)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IR e CS sobre diferenças temporárias (3)													
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias	1.454.349	117.308	-	-	1.571.657	109.359	-	-	1.681.016	127.109	-	249.333	2.057.458
Fornecedores e outras provisões	436.799	94.406	-	-	531.205	3.796	-	-	535.001	42.170	-	66.455	643.626
Carteira de clientes e marcas	311.141	-	-	-	311.141	-	-	-	311.141	(9.813)	-	119.695	421.023
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	303.932	59.600	-	-	363.532	5.642	-	-	369.174	60.691	-	54.645	484.510
Perdas estimadas de modens e outros ativos imobilizados	167.693	619	-	-	168.312	(2.495)	-	-	165.817	(5.572)	-	112.865	273.110
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	156.226	7.616	-	-	163.842	(118.976)	-	-	44.866	3.788	-	-	48.654
Participação nos resultados	145.059	(67.272)	-	-	77.787	11.157	-	-	88.944	18.160	-	3.963	111.067
Provisão para programa de fidelização	31.508	151	-	-	31.659	945	-	-	32.604	(14.204)	-	-	18.400
Depreciação acelerada contábil	15.375	(540)	-	-	14.835	(3.970)	-	-	10.865	(1.875)	-	-	8.990
Perdas estimadas para redução ao valor realizável dos estoques	10.014	(824)	-	-	9.190	1/4	-	-	9.364	(14.051)	-	13.620	8.933
IR e CS sobre outras diferenças temporárias (5)	155.824	40.118	-	6.714	202.656	(28.391)	117.804	(5.190)	286.879	62.283	5.932	107.629	462.723
Total do ativo diferido	3.258.084	181.018	-	6.714	3.445.816	(22.759)	117.804	(5.190)	3.535.671	268.686	5.932	728.205	4.538.494
Passivo diferido													
Crédito fiscal incorporado (2)	(337.535)	-	-	-	(337.535)	-	-	-	(337.535)	-	-	-	(337.535)
IR e CS sobre diferenças temporárias (3)													
Licença	(987.896)	(108.165)	-	-	(1.096.061)	(108.165)	-	-	(1.204.226)	(108.165)	-	-	(1.312.391)
Efeitos dos ágios gerados na incorporação da Vivo Part	(715.538)	(60.909)	-	-	(776.447)	(33.153)	-	-	(809.600)	(30.484)	-	-	(840.084)
Ágios da Vivo Part	(689.077)	(101.963)	-	-	(791.040)	(101.963)	-	-	(893.003)	(101.963)	-	-	(994.966)
Ágio GVTPart	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(174.076)	-	-	(174.076)
Lei da Inovação tecnológica	(256.454)	27.309	-	-	(229.145)	35.999	-	-	(193.146)	30.097	-	-	(163.049)
IR e CS sobre outras diferenças temporárias (5)	(230.880)	(7.356)	114.906	-	(123.330)	123.057	(253.839)	-	(254.112)	17.929	-	(22.838)	(259.021)
Total do passivo diferido	(3.217.380)	(251.084)	114.906	-	(3.353.558)	(84.225)	(253.839)	-	(3.691.622)	(366.662)	-	(22.838)	(4.081.122)
Total do ativo (passivo) líquido, não circulante	40.704	(70.066)	114.906	6.714	92.258	(106.984)	(136.035)	(5.190)	(155.951)	(97.976)	5.932	705.367	457.372
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	40.704				92.258				-				457.372
Ativo diferido líquido, não circulante									(155.951)				-
Passivo diferido líquido, não circulante													-

	Consolidado													
	Saldos em 31.12.14	Demonstração dos resultados	Combinação de Negócios (4)	Resultados Abrangentes	Outros	Saldos em 30.06.15	Demonstração dos resultados	Combinação de Negócios (4)	Resultados Abrangentes	Outros	Saldos em 31.12.15	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Saldos em 30.06.16
Ativo diferido														
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa (1)	93.546	(217.720)	152.314	-	-	28.140	150.693	(152.314)	-	-	26.519	(12.019)	-	14.500
IR e CS sobre diferenças temporárias (3)														
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias	1.459.838	116.813	33.643	-	-	1.610.294	127.846	174.678	-	-	1.912.818	152.469	-	2.065.287
Fornecedores e outras provisões	501.957	108.543	44.699	-	-	655.199	26.183	5.742	-	-	687.124	30.877	-	718.001
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	315.072	62.360	110.138	-	-	487.570	(41.246)	694	-	-	447.018	65.456	-	512.474
Carteira de clientes e marcas	311.141	20.807	-	-	-	331.948	66.244	-	-	-	398.192	22.831	-	421.023
Perdas estimadas de modens e outros ativos imobilizados	169.706	(28.733)	31.158	-	-	172.131	29.311	89.188	-	-	290.630	(14.993)	-	275.637
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	156.225	7.616	-	-	-	163.841	(118.854)	-	-	-	44.987	3.680	-	48.667
Participação nos resultados	145.829	(71.066)	22.870	-	-	97.633	8.565	-	-	-	106.198	5.950	-	112.148
Provisão para programa de fidelização	31.508	151	-	-	-	31.659	945	-	-	-	32.604	(14.204)	-	18.400
Depreciação acelerada contábil	15.375	(540)	-	-	-	14.835	(3.970)	-	-	-	10.865	(1.875)	-	8.990
Perdas estimadas para redução ao valor realizável dos estoques	10.893	(824)	-	-	-	10.069	638	-	-	-	10.707	(182)	-	10.525
IR e CS sobre outras diferenças temporárias (5)	155.514	240.314	119.650	-	6.714	522.192	(457.454)	6.040	117.804	(5.190)	185.392	34.734	5.932	226.058
Total do ativo diferido	3.366.604	237.721	514.472	-	6.714	4.125.511	(211.099)	126.028	117.804	(5.190)	4.153.054	272.724	5.932	4.431.710
Passivo diferido														
Crédito fiscal incorporado (2)	(337.535)	-	-	-	-	(337.535)	-	-	-	-	(337.535)	-	-	(337.535)
IR e CS sobre diferenças temporárias (3)														
Licença	(987.896)	(108.165)	-	-	-	(1.096.061)	(108.165)	-	-	-	(1.204.226)	(108.165)	-	(1.312.391)
Efeitos dos ágios gerados na incorporação da Vivo Part	(715.538)	(60.909)	-	-	-	(776.447)	(33.153)	-	-	-	(809.600)	(30.484)	-	(840.084)
Ágios da Vivo Part	(689.077)	(101.963)	-	-	-	(791.040)	(101.963)	-	-	-	(893.003)	(101.963)	-	(994.966)
Ágio GVTPart	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(174.076)	-	(174.076)
Lei da Inovação tecnológica	(256.454)	27.309	-	-	-	(229.145)	35.999	-	-	-	(193.146)	30.097	-	(163.049)
IR e CS sobre outras diferenças temporárias (5)	(235.287)	(12.364)	(257.052)	114.906	-	(389.797)	403.045	234.214	(251.416)	-	(3.954)	3.933	-	(21)
Total do passivo diferido	(3.221.787)	(256.092)	(257.052)	114.906	-	(3.620.025)	195.763	234.214	(251.416)	-	(3.441.464)	(380.658)	-	(3.822.122)
Total do ativo (passivo) líquido, não circulante	144.817	(18.371)	257.420	114.906	6.714	505.486	(15.336)	360.242	(133.612)	(5.190)	711.590	(107.934)	5.932	609.588
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	144.817					505.486					711.590			609.588
Ativo diferido líquido, não circulante														609.588
Passivo diferido líquido, não circulante														-

(1) Refere-se aos montantes registrados, que conforme a legislação tributária brasileira, poderão ser compensados no limite de 30% das bases apuradas nos próximos exercícios sem prazo de prescrição.

(2) Refere-se aos benefícios fiscais oriundos de reestruturações societárias de ágios por expectativa de rentabilidade futura, cujo aproveitamento fiscal obedece ao limite previsto na legislação tributária.

Notas Explicativas

- (3) A realização ocorrerá por ocasião do pagamento das provisões, da efetiva perda estimada para redução ao valor recuperável das contas a receber ou da realização dos estoques, bem como pela reversão de outras provisões.
- (4) Referem-se a tributos diferidos decorrentes de combinações de negócios, sendo R\$610.873 da GVTPart. (nota 3) e R\$6.789 da TGLog.
- (5) Referem-se a tributos diferidos decorrentes de outras diferenças temporárias, tais como: receitas diferidas, operações com derivativos, ônus de renovação de licenças, subsídio na venda de aparelhos celulares, entre outras.

Em 30 de junho de 2016, não foram reconhecidos tributos diferidos ativos (IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa) nos livros contábeis de controladas diretas e indiretas no montante de R\$3.170 (R\$481.203 em 31 de dezembro de 2015), pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que tais controladas possam utilizar os benefícios destes.

A seguir, apresentamos os montantes do imposto de renda diferido e da contribuição social diferida relativos a itens debitados ou creditados diretamente no patrimônio líquido em 30 de junho de 2016 e 2015.

	Controladora		Consolidado	
	30.06.16	30.06.15	30.06.16	30.06.15
Ganhos não realizados em investimentos disponíveis para venda	58	266	58	266
Ganhos com operações de derivativos	5.874	114.640	5.874	114.640
Total	5.932	114.906	5.932	114.906

8) DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou por apresentação de garantias são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi analisada pela Companhia e controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos como provável, possível ou remota.

	Controladora		Consolidado	
	30.06.16	31.12.15	30.06.16	31.12.15
Depósitos judiciais				
Tributário	3.529.321	2.900.671	3.586.169	3.374.764
Trabalhista	1.093.837	1.062.118	1.104.805	1.128.935
Cível e regulatório	1.200.386	1.030.130	1.201.411	1.114.770
Total	5.823.544	4.992.919	5.892.385	5.618.469
Bloqueios judiciais	154.536	122.913	157.294	134.994
Total	5.978.080	5.115.832	6.049.679	5.753.463
Circulante	263.895	235.343	263.928	235.343
Não circulante	5.714.185	4.880.489	5.785.751	5.518.120

Em 30 de junho de 2016, a Companhia e suas controladas mantinham diversos depósitos judiciais tributários, perfazendo o montante consolidado de R\$3.586.169 (R\$3.374.764 em 31 de dezembro de 2015). Na nota 18, apresentamos maiores detalhes sobre os assuntos que originaram os principais depósitos judiciais.

A seguir, apresentamos uma breve descrição dos principais depósitos judiciais tributários:

- Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")

A Companhia e a TData possuem discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) ação realizada com créditos decorrentes de pagamentos a maior, não reconhecidos pelo fisco; (ii) débito fiscal em face do recolhimento a menor, em virtude de divergências nas declarações acessórias ("DCTF"); e (iii) discussões referentes às alterações de alíquotas e aumento das bases de cálculo promovidas pela Lei nº 9.718/98.

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2016, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$35.853 (R\$35.272 em 31 de dezembro de 2015).

- Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico ("CIDE")

A Companhia está envolvida em discussões judiciais cujo objeto visa afastar a incidência da CIDE sobre remessas de recursos efetuadas para o exterior, oriundas de contratos de transferência de tecnologia, licenciamento de marcas e *softwares* etc.

Em 30 de junho de 2016, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$170.602 (R\$164.482 em 31 de dezembro de 2015).

- Fundo de Fiscalização das Telecomunicações ("FISTEL")

A ANATEL realiza a cobrança da Taxa de Fiscalização de Instalação ("TFI") sobre a prorrogação das licenças concedidas e sobre as estações rádio base, estações móveis e radio enlaces. Por entender que a prorrogação seria fato gerador da TFI e que as estações móveis, ainda que de titularidade de terceiros, também estão sujeitas à TFI. A Companhia e a TData questionam em âmbito judicial a referida taxa.

Em 30 de junho de 2016, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$1.050.646 (R\$1.008.771 em 31 de dezembro de 2015).

- Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF")

A Companhia possui discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) não retenção de IRRF sobre remessas ao exterior a título de tráfego sainte; (ii) não retenção de IRRF sobre recebimento de juros sobre o capital próprio; e (iii) IRRF incidente sobre rendimento com aluguéis e *royalties*, trabalho assalariado e aplicações financeiras de renda fixa.

Em 30 de junho de 2016, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$71.291 (R\$67.996 em 31 de dezembro de 2015).

- Imposto de Renda de Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL")

A Companhia possui discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) débitos referentes a compensações de pagamento a maior de IRPJ não homologadas pela Receita Federal do Brasil; (ii) exigência de estimativas de IRPJ e ausência de recolhimento de débitos no Sistema Integrado de Informações Econômico-Fiscais ("SIEF"); (iii) recolhimento a menor do IRPJ; e (iv) direito de amortizar mensalmente a despesa relativa ao ágio oriundo da aquisição da GVTPart. pela Vivendi, sobre valores de IRPJ e CSLL deduzidos (nota 3).

Em 30 de junho de 2016, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$417.551 (R\$410.412 em 31 de dezembro de 2015).

- Contribuição à Empresa Brasil de Comunicação ("EBC")

O Sindicato das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal ("Sinditelebrasil") discute judicialmente, em nome das associadas, a Contribuição ao Fomento da Radiodifusão Pública à EBC, criada pela Lei nº 11.652/08. A Companhia e controladas, como associadas ao sindicato, efetuaram depósitos judiciais dos valores relativos à referida contribuição.

Em 30 de junho de 2016, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$991.216 (R\$858.630 em 31 de dezembro de 2015).

Notas Explicativas

- Contribuição Previdenciária, Seguro Acidente de Trabalho (“SAT”) e Verbas para Terceiros (“INSS”)

A Companhia possui discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) SAT e verbas destinadas a terceiros (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE); (ii) responsabilidade solidária por cessão de mão de obra; (iii) diferencial de alíquota de SAT (alíquotas de 1% para 3%); (iv) premiações; e (v) cobrança de contribuição previdenciária (cota patronal), SAT e verbas para terceiros sobre os seguintes eventos: auxílio maternidade, terço constitucional de férias e 15 primeiros dias de afastamento por doença ou acidente.

Em 30 de junho de 2016, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$123.387 (R\$118.425 em 31 de dezembro de 2015).

- Imposto sobre o Lucro Líquido (“ILL”)

A Companhia possui discussão judicial cujo objeto é a declaração de compensação dos valores indevidamente recolhidos a título de ILL, com parcelas vincendas de IRPJ.

Em 19 de dezembro de 2013, a Companhia liquidou o débito objeto da discussão via inclusão no Programa de Anistia Federal (“REFIS”), com a utilização do depósito judicial ora vinculado. Atualmente, aguarda-se conversão em renda pela União Federal.

Em 30 de junho de 2016, o montante de R\$45.843 do depósito judicial ora vinculado foi convertido em renda pela União e o montante de R\$14.244 foi levantado pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$58.446.

- Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (“FUST”)

A Companhia e a TData ingressaram com mandados de segurança com o objetivo de ter declarado seu direito de não inclusão das despesas de interconexão e de exploração industrial de linha dedicada na base de cálculo do FUST, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do artigo 6º da Lei nº 9.998/00.

Em 30 de junho de 2016, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$440.041 (R\$425.737 em 31 de dezembro de 2015).

- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (“ICMS”)

A Companhia possui discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) ICMS declarado e não pago; (ii) não incidência do ICMS sobre comunicação inadimplida; (iii) exigência de multa por atraso no recolhimento do imposto, pago espontaneamente; (iv) ICMS supostamente incidente sobre acesso, adesão, habilitação, disponibilidade e utilização de serviços, bem como aqueles relativos a serviços suplementares e facilidades adicionais; (v) direito ao crédito de aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado e também de energia elétrica; (vi) cartões de ativação para o serviço pré-pago; (vii) glosa de crédito de ICMS referente ao convênio 39; e (viii) consignação em pagamento dos valores de ICMS referentes a parte das operações de TV por assinatura, bem como sobre operações de telefonia na modalidade pré-pago.

Em 30 de junho de 2016, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$174.527 (R\$161.815 em 31 de dezembro de 2015).

- Outros impostos, taxas e contribuições

A Companhia possui discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (“ISS”) sobre serviços meios; (ii) Imposto Predial Territorial Urbano (“IPTU”) não abarcado por isenção; (iii) taxas municipais de fiscalização, funcionamento e publicidade; (iv) taxa de uso do solo; (v) contribuições previdenciárias referentes à suposta falta de retenção dos 11% sobre o valor de várias notas fiscais, faturas e recibos de prestadoras de serviços contratados mediante cessão de mão de obra; e (vi) Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração (“PPNUM”) pela ANATEL.

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2016, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$111.055 (R\$64.778 em 31 de dezembro de 2015).

9) DESPESAS ANTECIPADAS

	Controladora		Consolidado	
	30.06.16	31.12.15	30.06.16	31.12.15
Taxa fistel (1)	536.155	-	536.155	-
Propaganda e publicidade	128.741	228.672	128.741	228.672
Seguros	21.273	24.035	22.274	28.367
Alugueis	16.259	43.022	16.259	43.022
Encargos financeiros	2.720	11.120	2.720	11.120
Manutenção de <i>software</i> e redes	77.231	7.196	85.505	26.478
Tributos e outras despesas antecipadas	83.575	31.912	91.073	49.396
Total	865.954	345.957	882.727	387.055
Circulante	838.045	317.325	853.030	356.446
Não circulante	27.909	28.632	29.697	30.609

(1) Refere-se aos valores de Taxa de Fiscalização e Funcionamento tendo como base o exercício de 2015, pagos em março de 2016 e que serão amortizados para o resultado até o final do exercício.

10) OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	30.06.16	31.12.15	30.06.16	31.12.15
Adiantamentos a empregados e fornecedores	139.765	72.635	134.555	81.615
Créditos com partes relacionadas (nota 29)	310.576	288.702	228.020	162.308
Crédito com fornecedores	73.588	118.153	76.689	120.091
Subsídio na venda de aparelhos celulares	7.392	42.896	7.392	42.896
<i>Superávit</i> de planos de benefícios pós-emprego (nota 32)	9.028	8.391	9.390	8.724
Reembolso Vivendi cláusulas 2.2.4 e 2.2.5 do SPA (nota 3)	10.103	84.598	10.103	84.598
Outros valores a realizar	50.636	42.971	22.779	51.199
Total	601.088	658.346	488.928	551.431
Circulante	545.951	603.118	432.993	488.632
Não circulante	55.137	55.228	55.935	62.799

11) INVESTIMENTOS

a) Informações das Investidas

A seguir, demonstramos um sumário dos dados financeiros relevantes das investidas nas quais a Companhia possui participação.

	Em 30.06.16					Em 31.12.15				
	Controlada integral		Controladas em Conjunto			Controladas integrais		Controladas em Conjunto		
	TData	POP	Cia ACT	Cia AIX	Aliança	TData	GVTPart.	Cia ACT	Cia AIX	Aliança
Participação no patrimônio líquido	100,00%	100,00%	50,00%	50,00%	50,00%	100,00%	100,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Resumo do Balanço Patrimonial:										
Ativo circulante	1.344.642	22.359	13	20.756	150.628	1.411.043	1.910.323	9	17.851	179.698
Ativo não circulante	361.472	50.480	-	11.524	-	409.595	9.329.733	-	11.824	-
Total do ativo	1.706.114	72.839	13	32.280	150.628	1.820.638	11.240.056	9	29.675	179.698
Passivo circulante	601.748	45.681	3	4.197	120	707.352	1.924.230	1	4.394	100
Passivo não circulante	56.956	11	-	5.415	-	56.981	1.641.382	-	5.083	-
Patrimônio líquido	1.047.410	27.147	10	22.668	150.508	1.056.305	7.674.444	8	20.198	179.598
Total do passivo e patrimônio líquido	1.706.114	72.839	13	32.280	150.628	1.820.638	11.240.056	9	29.675	179.698
Valor contábil do investimento	1.047.410	27.147	5	11.334	75.254	1.056.305	7.674.444	4	10.099	89.799

Notas Explicativas

Resumo da Demonstração de Resultados:	Em 30.06.16						Em 30.06.15				
	Controlada integral			Controladas em Conjunto			Controladas integrais		Controladas em Conjunto		
	TData	POP	GVTPart.	Cia ACT	Cia AIX	Aliança	TData	GVTPart.	Cia ACT	Cia AIX	Aliança
Receita operacional líquida	1.253.426	14.642	1.531.692	39	20.617	-	1.229.866	977.786	31	19.307	-
Custos e despesas operacionais	(716.734)	(7.663)	(1.300.347)	(36)	(19.716)	(78)	(646.915)	(798.581)	(33)	(18.247)	(53)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	41.888	740	(41.146)	-	857	32	59.943	(254.516)	-	533	57
Imposto de renda e contribuição social	(198.080)	(3.163)	(57.958)	(1)	(266)	-	(217.530)	24.477	-	(251)	-
Lucro líquido (prejuízo) do período	380.500	4.556	132.241	2	1.492	(46)	425.364	(50.834)	(2)	1.342	4
Valor contábil da equivalência patrimonial, conforme participação acionária	380.500	4.556	132.241	1	746	(23)	425.364	(50.834)	(1)	671	2

b) Movimentação dos Investimentos

	TData (1)	POP (1)	GVTPart. (1)	Aliança (2)	AIX (2)	ACT (2)	Ágios (3)	Mais valia dos ativos líquidos adquiridos atribuída à controladora	Outros investimentos (4)	Total de investimentos na controladora	Eliminações	Total de investimentos no consolidado
								controladora		controladora		consolidado
Saldo em 31.12.14	1.153.151	-	-	68.129	8.542	5	212.058	-	3.129	1.445.014	(1.365.209)	79.805
Adições	-	-	2.629.649	-	-	-	12.033.863	2.684.600	-	17.348.112	(17.348.112)	-
Aumento de capital	-	-	2.766.694	-	-	-	-	-	-	2.766.694	(2.766.694)	-
Resultado de equivalência patrimonial	425.364	-	(50.834)	2	671	(1)	-	(47.750)	-	327.452	(326.780)	672
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(524.177)	-	-	-	-	-	-	-	-	(524.177)	524.177	-
Outros resultados abrangentes	-	-	(580)	5.210	-	-	-	-	(783)	3.847	580	4.427
Saldo em 30.06.15	1.054.338	-	5.344.929	73.341	9.213	4	12.245.921	2.636.850	2.346	21.366.942	(21.282.038)	84.904
Adições (reversões)	-	-	(876.925)	-	-	-	803.278	(10.953)	-	(84.600)	84.600	-
Aumento de capital	-	-	3.060.370	-	-	-	-	-	-	3.060.370	(3.060.370)	-
Resultado de equivalência patrimonial	432.160	-	151.864	(11)	1.375	-	-	(164.314)	-	421.074	(419.710)	1.364
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(425.360)	-	-	-	(489)	-	-	-	-	(425.849)	425.360	(489)
Outros resultados abrangentes	107	-	(4.812)	-	-	-	-	-	-	(4.705)	4.705	-
Outros movimentos	(4.940)	-	(982)	16.469	-	-	-	-	(1.087)	9.460	5.922	15.382
Saldo em 31.12.15	1.056.305	-	7.674.444	89.799	10.099	4	13.049.199	2.461.583	1.259	24.342.692	(24.241.531)	101.161
Resultado de equivalência patrimonial	380.500	4.556	132.241	(23)	746	1	-	(67.641)	-	450.380	(449.656)	724
Incorporação (nota 1c)	-	22.591	(7.806.685)	-	-	-	(12.837.141)	(2.393.942)	-	(23.015.177)	23.015.177	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(389.395)	-	-	-	489	-	-	-	-	(388.906)	389.395	489
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(14.522)	-	-	-	-	(172)	(14.694)	-	(14.694)
Saldo em 30.06.16	1.047.410	27.147	-	75.254	11.334	5	212.058	-	1.087	1.374.295	(1.286.615)	87.680

(1) Controladas integrais.

(2) Controladas em conjunto.

(3) Ágios: (i) R\$212.058 oriundo da cisão parcial da empresa Spanish e Figueira que foi vertido para a Companhia em virtude da incorporação da Telefônica Data Brasil Holding S.A. (TDBH) em 2006; e (ii) R\$12.837.141 da aquisição da GVTPart. (nota 3).

(4) Os valores de outros investimentos (incentivos fiscais e participações acionárias) estão avaliados pelo valor justo.

Notas Explicativas

12) IMOBILIZADO, LÍQUIDO

a) Composição, Movimentação e Taxas de Depreciação

	Controladora								Total
	Equipamentos de comutação	Equipamentos e meios de transmissão	Equipamentos terminais / modems	Infraestrutura	Terrenos	Outros ativos imobilizados	Perdas estimadas (1)	Bens e instalações em andamento	
Taxa anual de depreciação (%)	10,00 a 14,29	5,00 a 14,29	10,00 a 66,67	2,50 a 66,67	-	10,00 a 25,00	-	-	-
Saldos e movimentações:									
Saldo em 31.12.14	2.541.676	10.208.577	1.610.687	3.485.191	314.350	671.304	(156.592)	1.706.538	20.381.731
Adições	6.546	67.753	59.409	23.165	-	93.723	-	2.137.297	2.387.893
Baixas líquidas	(893)	(15.305)	(1.788)	(583)	(52)	(1.155)	5.589	(10.666)	(24.853)
Transferências líquidas	546.719	1.369.233	356.425	199.300	(1.386)	51.026	-	(2.521.996)	(679)
Depreciação (nota 24)	(243.465)	(711.939)	(456.144)	(280.787)	-	(110.555)	-	-	(1.802.890)
Saldo em 30.06.15	2.850.583	10.918.319	1.568.589	3.426.286	312.912	704.343	(151.003)	1.311.173	20.941.202
Adições	278	110.932	51.279	24.793	215	97.195	-	2.691.838	2.976.530
Baixas líquidas	(2.989)	(9.395)	(1.041)	(1.629)	(22)	(627)	(4.274)	(9.258)	(29.235)
Transferências líquidas	202.689	1.433.391	381.262	168.000	-	27.046	-	(2.221.985)	(9.597)
Depreciação	(254.520)	(773.218)	(469.296)	(245.918)	-	(116.872)	-	-	(1.859.824)
Saldo em 31.12.15	2.796.041	11.680.029	1.530.793	3.371.532	313.105	711.085	(155.277)	1.771.768	22.019.076
Adições	1.364	109.376	47.429	24.299	-	106.193	(6.285)	2.009.507	2.291.883
Baixas líquidas (3)	(1.159)	(11.105)	(70)	(98.702)	(201)	(339)	-	(11.897)	(123.473)
Transferências líquidas	277.728	1.171.427	361.749	197.711	-	(51.219)	-	(2.018.633)	(61.237)
Depreciação (nota 24)	(302.642)	(981.717)	(570.924)	(250.582)	-	(132.562)	-	-	(2.238.427)
Incorporação (nota 1c)	1.039.161	5.269.872	1.572.567	428.622	2.601	159.039	(331.956)	221.157	8.361.063
Saldo em 30.06.16	3.810.493	17.237.882	2.941.544	3.672.880	315.505	792.197	(493.518)	1.971.902	30.248.885
Em 30.06.16									
Custo	19.711.317	48.745.646	14.962.447	14.652.786	315.505	3.975.324	(493.518)	1.971.902	103.841.409
Depreciação acumulada	(15.900.824)	(31.507.764)	(12.020.903)	(10.979.906)	-	(3.183.127)	-	-	(73.592.524)
Total	3.810.493	17.237.882	2.941.544	3.672.880	315.505	792.197	(493.518)	1.971.902	30.248.885
Em 31.12.15									
Custo	17.688.862	39.825.516	11.530.512	13.870.397	313.105	3.591.962	(155.277)	1.771.768	88.436.845
Depreciação acumulada	(14.892.821)	(28.145.487)	(9.999.719)	(10.498.865)	-	(2.880.877)	-	-	(66.417.769)
Total	2.796.041	11.680.029	1.530.793	3.371.532	313.105	711.085	(155.277)	1.771.768	22.019.076

	Consolidado								Total
	Equipamentos de comutação	Equipamentos e meios de transmissão	Equipamentos terminais / modems	Infraestrutura	Terrenos	Outros ativos imobilizados	Perdas estimadas (1)	Bens e instalações em andamento	
Taxa anual de depreciação (%)	8,33 a 20,00	2,50 a 25,00	10,00 a 66,67	2,50 a 66,67	-	10,00 a 66,67	-	-	-
Saldos e movimentações:									
Saldo em 31.12.14	2.541.917	10.208.762	1.628.337	3.486.935	314.350	715.553	(156.728)	1.714.738	20.453.864
Adições	71.185	251.254	155.381	28.582	-	103.082	2.392	2.139.423	2.751.299
Baixas líquidas	(893)	(14.774)	(1.788)	(823)	(52)	(1.155)	5.589	(17.742)	(31.638)
Transferências líquidas	659.592	1.291.223	364.446	84.019	(1.386)	153.065	-	(2.536.838)	14.121
Depreciação (nota 24)	(306.015)	(786.601)	(484.563)	(288.183)	-	(152.541)	-	-	(2.017.903)
Combinação de negócios (2)	1.283.626	5.098.723	1.793.114	421.255	2.601	249.807	(64.350)	119.276	8.904.052
Saldo em 30.06.15	4.249.412	16.048.587	3.454.927	3.731.785	315.513	1.067.811	(213.097)	1.418.857	30.073.795
Adições	116.852	634.611	253.869	35.546	215	147.067	(14.503)	2.708.695	3.882.352
Baixas líquidas	(3.569)	(2.772)	(12.044)	(3.689)	(22)	(11.395)	(4.233)	(5.403)	(43.127)
Transferências líquidas	232.256	1.451.242	389.139	154.902	-	31.304	-	(2.271.415)	(12.572)
Depreciação	(324.924)	(1.034.258)	(699.809)	(263.085)	-	(170.889)	-	-	(2.492.965)
Combinação de negócios (2)	(311.068)	(120.406)	(239.973)	492	(1)	2.554	(262.316)	-	(930.718)
Saldo em 31.12.15	3.958.959	16.977.004	3.146.109	3.655.951	315.705	1.066.452	(494.149)	1.850.734	30.476.765
Adições	16.135	373.912	162.396	25.916	-	49.719	(6.369)	2.037.953	2.659.662
Baixas líquidas (3)	(2.792)	(13.261)	(419)	(95.787)	(201)	-	6.821	(12.630)	(118.269)
Transferências líquidas	196.652	1.032.493	345.955	356.754	-	(169.532)	-	(1.867.024)	(104.702)
Depreciação (nota 24)	(358.312)	(1.132.146)	(702.789)	(258.668)	-	(148.048)	-	-	(2.599.963)
Saldo em 30.06.16	3.810.642	17.238.002	2.951.252	3.684.166	315.504	798.591	(493.697)	2.009.033	30.313.493
Em 30.06.16									
Custo	19.718.546	48.746.326	15.010.596	14.732.751	315.504	4.061.023	(493.697)	2.009.033	104.100.082
Depreciação acumulada	(15.907.904)	(31.508.324)	(12.059.344)	(11.048.585)	-	(3.262.432)	-	-	(73.786.589)
Total	3.810.642	17.238.002	2.951.252	3.684.166	315.504	798.591	(493.697)	2.009.033	30.313.493
Em 31.12.15									
Custo	19.724.438	47.459.383	14.522.080	14.278.557	315.705	4.487.749	(494.149)	1.850.734	102.144.497
Depreciação acumulada	(15.765.479)	(30.482.379)	(11.375.971)	(10.622.606)	-	(3.421.297)	-	-	(71.667.732)
Total	3.958.959	16.977.004	3.146.109	3.655.951	315.705	1.066.452	(494.149)	1.850.734	30.476.765

- (1) A Companhia e controladas reconheceram perdas estimadas para possível obsolescência de materiais utilizados para manutenção do imobilizado fundamentada nos patamares de uso histórico e expectativa de utilização futura.
- (2) Referem-se a montantes de combinações de negócios, sendo R\$7.970.117 da GVTPart. (nota 3) e R\$3.217 da TGLog.

Notas Explicativas

- (3) As baixas líquidas de "Infraestrutura e Bens e Instalações em Andamento" para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, incluem o montante de R\$99.210 referente à transação de alienação de 1.655 torres de propriedade da Companhia para a Towerco Latam do Brasil Ltda, sociedade controlada direta da Telefônica.

b) Bens do imobilizado em garantia

Em 30 de junho de 2016, os montantes consolidados de bens do ativo imobilizado dados em garantia em processos judiciais eram de R\$196.386 (R\$163.802 em 31 de dezembro de 2015).

c) Capitalização de custos de empréstimos

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Companhia e controladas não capitalizaram custos de empréstimos em função de não haver ativos qualificáveis.

d) Bens reversíveis

O contrato de concessão do STFC da Companhia, prevê que todos os bens pertencentes ao patrimônio da Companhia e que sejam indispensáveis à prestação dos serviços descritos no referido contrato são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos automaticamente para a ANATEL ao término do contrato de concessão de acordo com a regulamentação em vigor. Em 30 de junho de 2016, o saldo residual dos bens reversíveis era estimado em R\$7.867.885 (R\$7.855.868 em 31 de dezembro de 2015), composto por equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação.

e) Arrendamento Financeiro

A seguir, demonstramos os montantes relacionados a arrendamentos financeiros nos quais a Companhia atua como arrendatária, segregados por classe do ativo imobilizado.

	Taxas anuais de depreciação (%)	Consolidado					
		30.06.16			31.12.15		
		Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Equipamentos e meios de transmissão	5,00%	219.520	(28.101)	191.419	219.520	(22.613)	196.907
Infraestrutura	5,00%	8.195	(3.193)	5.002	6.674	(2.291)	4.383
Outros ativos	8,33% a 20%	149.657	(90.386)	59.271	149.657	(85.224)	64.433
Total		377.372	(121.680)	255.692	375.851	(110.128)	265.723

Notas Explicativas

13) INTANGÍVEL, LÍQUIDO

a) Composição, Movimentação e Taxas de Amortização

	Controladora							Total
	Vida útil indefinida	Vida útil definida					Softwares em andamento	
		Ágio	Softwares	Carteira de clientes	Marcas	Licenças		
Taxa anual de amortização (%)	-	20,00	11,76	5,13	3,60 a 6,67	20,00	-	-
Saldos e movimentações:								
Saldo em 31.12.14	10.013.222	2.010.057	1.109.876	1.326.246	16.546.598	113	66.675	31.072.787
Adições	-	220.836	-	-	116	-	193.728	414.680
Baixas líquidas	-	(8)	-	-	-	-	-	(8)
Transferências líquidas	-	179.790	-	-	-	-	(179.111)	679
Amortização (nota 24)	-	(390.257)	(124.283)	(42.104)	(451.283)	(81)	-	(1.008.008)
Saldo em 30.06.15	10.013.222	2.020.418	985.593	1.284.142	16.095.431	32	81.292	30.480.130
Adições	-	365.017	-	-	-	10.002	157.367	532.386
Baixas líquidas	-	(23)	-	-	-	-	-	(23)
Transferências líquidas	-	174.893	-	-	-	(3.108)	(162.188)	9.597
Amortização	-	(397.370)	(124.283)	(40.581)	(460.349)	(1.967)	-	(1.024.550)
Saldo em 31.12.15	10.013.222	2.162.935	861.310	1.243.561	15.635.082	4.959	76.471	29.997.540
Adições	-	245.586	-	-	-	7.770	316.460	569.816
Baixas líquidas	-	(2.380)	-	-	-	-	-	(2.380)
Transferências líquidas	-	400.819	-	-	-	(3.909)	(335.155)	61.755
Amortização (nota 24)	-	(434.942)	(210.462)	(51.935)	(457.146)	(2.454)	-	(1.156.939)
Incorporação (nota 1c)	12.837.141	219.856	2.207.012	22.944	-	56.368	-	15.343.321
Saldo em 30.06.16	22.850.363	2.591.874	2.857.860	1.214.570	15.177.936	62.734	57.776	44.813.113
Em 30.06.16								
Custo	22.850.363	13.436.747	4.513.278	1.660.433	20.052.123	275.828	57.776	62.846.548
Amortização acumulada	-	(10.844.873)	(1.655.418)	(445.863)	(4.874.187)	(213.094)	-	(18.033.435)
Total	22.850.363	2.591.874	2.857.860	1.214.570	15.177.936	62.734	57.776	44.813.113
Em 31.12.15								
Custo	10.013.222	12.155.929	1.990.278	1.601.433	20.052.123	158.897	76.471	46.048.353
Amortização acumulada	-	(9.992.994)	(1.128.968)	(357.872)	(4.417.041)	(153.938)	-	(16.050.813)
Total	10.013.222	2.162.935	861.310	1.243.561	15.635.082	4.959	76.471	29.997.540
Consolidado								
	Vida útil indefinida	Vida útil definida					Softwares em andamento	Total
		Ágio	Softwares	Carteira de clientes	Marcas	Licenças		
	Taxa anual de amortização (%)	-	20,00	11,76 a 12,85	5,13 a 66,67	3,60 a 6,67	5,00 a 20,00	
Saldos e movimentações:								
Saldo em 31.12.14	10.225.280	2.012.636	1.109.876	1.326.246	16.546.598	113	66.675	31.287.424
Adições	-	229.935	-	-	116	-	193.728	423.779
Baixas líquidas	-	(9)	-	-	-	-	-	(9)
Transferências líquidas	-	164.990	-	-	-	-	(179.111)	(14.121)
Amortização (nota 24)	-	(401.146)	(179.314)	(48.270)	(451.283)	(2.074)	-	(1.082.087)
Combinação de negócios (1)	12.033.863	209.051	2.414.000	37.000	-	139.977	-	14.833.891
Saldo em 30.06.15	22.259.143	2.215.457	3.344.562	1.314.976	16.095.431	138.016	81.292	45.448.877
Adições	-	421.595	-	-	-	18.976	157.367	597.938
Baixas líquidas	-	(43)	-	-	-	-	-	(43)
Transferências líquidas	-	181.156	-	-	-	(6.396)	(162.188)	12.572
Amortização	-	(433.407)	(299.061)	(60.637)	(460.349)	(6.168)	-	(1.259.622)
Combinação de negócios (1)	803.278	965	109.000	22.000	-	(127.774)	-	807.469
Saldo em 31.12.15	23.062.421	2.385.723	3.154.501	1.276.339	15.635.082	16.654	76.471	45.607.191
Adições	-	264.288	-	-	-	15.751	316.460	596.499
Baixas líquidas	-	(2.383)	-	-	-	(11)	-	(2.394)
Transferências líquidas	-	399.954	-	-	-	32.990	(335.155)	97.789
Amortização (nota 24)	-	(454.213)	(296.641)	(61.769)	(457.146)	(2.648)	-	(1.272.417)
Saldo em 30.06.16	23.062.421	2.593.369	2.857.860	1.214.570	15.177.936	62.736	57.776	45.026.668
Em 30.06.16								
Custo	23.062.421	13.478.574	4.513.278	1.660.433	20.052.123	275.836	57.776	63.100.441
Amortização acumulada	-	(10.885.205)	(1.655.418)	(445.863)	(4.874.187)	(213.100)	-	(18.073.773)
Total	23.062.421	2.593.369	2.857.860	1.214.570	15.177.936	62.736	57.776	45.026.668
Em 31.12.15								
Custo	23.062.421	12.824.884	4.513.278	1.660.433	20.052.123	181.177	76.471	62.370.787
Amortização acumulada	-	(10.439.161)	(1.358.777)	(384.094)	(4.417.041)	(164.523)	-	(16.763.596)
Total	23.062.421	2.385.723	3.154.501	1.276.339	15.635.082	16.654	76.471	45.607.191

Notas Explicativas

(1) Refere-se a montantes de combinações de negócios, sendo R\$15.640.394 da GVTPart., inclui ágio (nota 3) e R\$966 da TGLog.

b) Composição dos ágios em 30 de junho de 2016

	Controladora	Consolidado
Ajato Telecomunicação Ltda.	149	149
Spanish e Figueira (incorporado da TDBH) (1)	-	212.058
Santo Genovese Participações Ltda. (2)	71.892	71.892
Telefônica Televisão Participações S.A. (3)	780.693	780.693
Vivo Participações S. A. (4)	9.160.488	9.160.488
GVT Participações S. A. (5)	12.837.141	12.837.141
Total	22.850.363	23.062.421

(1) Ágio gerado da cisão parcial Spanish e Figueira, vertido para a Companhia pela incorporação da Telefônica Data Brasil Holding S.A. (TDBH) ocorrida em 2006.

(2) Ágio gerado na aquisição da Santo Genovese Participações (controladora da Atrium Telecomunicações Ltda.) ocorrida em 2004.

(3) Ágio gerado na aquisição/incorporação da Telefônica Televisão Participações (anteriormente Navytreet) ocorrida em 2008.

(4) Ágio gerado na aquisição/incorporação da Vivo Participações ocorrida em 2011.

(5) Ágio gerado na aquisição da GVT Participações ocorrida em 2015 (nota 3).

14) PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	30.06.16	31.12.15	30.06.16	31.12.15
Salários e remunerações	42.261	27.512	44.024	58.201
Encargos e benefícios sociais	450.170	265.100	461.391	383.834
Participação de empregados nos resultados	173.727	205.124	176.791	232.404
Planos de remuneração baseados em ações (nota 31)	47.779	39.898	47.904	39.987
Outras indenizações	79.436	2.197	79.436	4.228
Total	793.373	539.831	809.546	718.654
Circulante	765.811	520.023	781.899	698.846
Não circulante	27.562	19.808	27.647	19.808

15) FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30.06.16	31.12.15	30.06.16	31.12.15
Fornecedores diversos	6.348.106	6.374.471	6.590.249	7.438.202
Valores a repassar	277.700	148.793	277.599	165.648
Interconexão / interligação (1)	395.277	421.650	395.277	520.816
Partes relacionadas (nota 29)	452.533	552.033	369.360	316.311
Total	7.473.616	7.496.947	7.632.485	8.440.977
Circulante	7.405.874	7.496.947	7.564.743	8.373.235
Não circulante	67.742	-	67.742	67.742

(1) O montante registrado como não circulante refere-se à demanda judicial movida contra as operadoras de SMP em que a GVT pleiteia a redução do valor de VU-M. Em 15 de outubro de 2007, a GVT obteve liminar para proceder ao depósito judicial da diferença entre R\$0,2899 dos R\$0,3899 por minuto de ligação VC1 e o valor efetivamente cobrado pelas operadoras de SMP. Os valores correspondentes a tais depósitos estão reconhecidos no ativo no grupo de "Depósitos e bloqueios judiciais".

Notas Explicativas**16) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES**

	Controladora		Consolidado	
	30.06.16	31.12.15	30.06.16	31.12.15
Tributos sobre a renda	-	10.094	18.497	58.666
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	10.094	18.497	58.666
Tributos indiretos	1.564.310	1.222.615	1.648.642	1.744.354
ICMS	1.060.909	904.637	1.095.435	1.186.818
PIS e COFINS	343.105	215.235	381.817	382.123
Fust e Funttel	87.695	35.881	87.702	86.317
ISS, CIDE e outros tributos	72.601	66.862	83.688	89.096
Total	1.564.310	1.232.709	1.667.139	1.803.020
Circulante	1.505.615	1.175.293	1.581.106	1.716.002
Não circulante	58.695	57.416	86.033	87.018

17) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO (JSCP)a) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a ReceberComposição:

	Controladora	
	30.06.16	31.12.15
AIX	-	489
TData	18.156	18.156
Total	18.156	18.645

Movimentação:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.15	18.645	489
Dividendos complementares de 2015 da TData	389.395	-
Reversão dos dividendos deliberados pela AIX	(489)	(489)
Recebimentos de dividendos e JSCP	(389.395)	-
Saldo em 30.06.16	18.156	-

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos recebidos de Controlada estão sendo alocados no grupo de "Atividades de Investimentos".

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a PagarComposição:

	Controladora/Consolidado	
	30.06.16	31.12.15
Telefônica Internacional S.A.	964.416	455.371
Telefônica S.A.	1.084.208	471.238
SP Telecomunicações Participações Ltda	732.123	345.689
Telefônica Chile S.A.	2.041	964
Acionistas não controladores	1.431.943	936.100
Total	4.214.731	2.209.362

Notas Explicativas

Movimentação:

	Controladora/ Consolidado
Saldo em 31.12.15	2.209.362
Dividendos complementares de 2015	1.287.223
JSCP intermediários (líquidos de IRRF)	780.300
Prescrição de dividendos	(66.060)
Pagamentos de dividendos e JSCP	(917)
IRRF sobre acionistas isentos/imunes de JSCP	4.823
Saldo em 30.06.16	4.214.731

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de "Atividades de Financiamentos".

Os juros sobre o capital próprio e dividendos não reclamados pelos acionistas prescrevem em 3 anos, contados a partir da data do início do pagamento. Caso ocorra a prescrição de dividendos e juros sobre o capital próprio, os montantes são contabilizados em contrapartida a lucros acumulados, para posterior distribuição.

18) PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS

A Companhia e controladas respondem por processos administrativos e judiciais de naturezas trabalhistas, tributárias e cíveis perante diferentes tribunais. A Administração da Companhia e controladas, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

A seguir, demonstramos os quadros com a composição e movimentação das provisões, cujo desfecho desfavorável é considerado provável, além do passivo contingente e provisão para desmantelamento.

	Controladora						
	Provisões para demandas judiciais					Provisão para desmantelamento (2)	Total
	Trabalhista	Tributária	Cível e Regulatório	Passivo contingente (PPA) (1)			
Saldos em 31.12.14	1.013.126	2.379.898	1.197.471	277.608	246.929	5.115.032	
Ingressos	203.399	122.274	352.722	-	37.332	715.727	
Baixas por pagamento	(141.788)	-	(191.195)	-	-	(332.983)	
Baixas por reversão	(36.855)	(22)	(110.728)	(7.332)	(8.143)	(163.080)	
Atualização monetária	46.127	103.268	87.554	5.512	-	242.461	
Saldos em 30.06.15	1.084.009	2.605.418	1.335.824	275.788	276.118	5.577.157	
Ingressos	156.140	51.511	392.580	-	286.650	886.881	
Baixas por pagamento	(133.863)	(76.471)	(154.520)	-	-	(364.854)	
Baixas por reversão	(24.707)	(33)	(104.238)	(7.401)	(264.017)	(400.396)	
Atualização monetária	58.913	104.499	91.112	18.596	-	273.120	
Saldos em 31.12.15	1.140.492	2.684.924	1.560.758	286.983	298.751	5.971.908	
Ingressos	207.448	177.134	385.354	7.357	11.472	788.765	
Baixas por pagamento	(157.439)	(104.629)	(179.073)	-	-	(441.141)	
Baixas por reversão	(30.303)	(5.244)	(143.350)	(3.637)	(1.348)	(183.882)	
Atualização monetária	63.527	97.378	112.224	23.067	26.605	322.801	
Incorporação (nota 1c)	35.236	14.597	97.985	555.486	89.541	792.845	
Saldos em 30.06.16	1.258.961	2.864.160	1.833.898	869.256	425.021	7.251.296	
Em 30.06.16							
Circulante	130.133	-	878.581	-	-	1.008.714	
Não circulante	1.128.828	2.864.160	955.317	869.256	425.021	6.242.582	
Em 31.12.15							
Circulante	121.562	-	772.507	-	-	894.069	
Não circulante	1.018.930	2.684.924	788.251	286.983	298.751	5.077.839	

Notas Explicativas

	Consolidado					
	Provisões para demandas judiciais					Total
	Trabalhista	Tributária	Cível e Regulatório	Passivo contingente (PPA) (1)	Provisão para desmantelamento (2)	
Saldos em 31.12.14	1.013.126	2.396.041	1.197.471	277.608	251.684	5.135.930
Ingressos	204.242	122.274	362.160	4.550	37.332	730.558
Baixas por pagamento	(143.245)	-	(202.216)	-	-	(345.461)
Baixas por reversão	(37.683)	(22)	(110.728)	(7.332)	(8.143)	(163.908)
Atualização monetária	46.127	104.437	88.040	7.769	13.824	260.197
Combinação de negócios (3)	15.739	2.834	80.377	429.078	85.562	613.590
Saldos em 30.06.15	1.098.306	2.625.564	1.415.104	711.673	380.259	6.230.906
Ingressos	184.064	80.171	425.778	18.761	293.842	1.002.616
Baixas por pagamento	(151.726)	(76.471)	(170.590)	-	-	(398.787)
Baixas por reversão	(25.450)	(33)	(110.179)	(7.401)	(264.018)	(407.081)
Atualização monetária	58.918	106.960	92.938	37.279	(4.662)	291.433
Combinação de negócios (3)	2.039	-	-	83.570	-	85.609
Saldos em 31.12.15	1.166.151	2.736.191	1.653.051	843.882	405.421	6.804.696
Ingressos	225.346	177.134	400.581	12.685	11.472	827.218
Baixas por pagamento	(163.267)	(118.799)	(188.852)	-	-	(470.918)
Baixas por reversão	(30.407)	(5.244)	(143.389)	(10.006)	(14.044)	(203.090)
Atualização monetária	63.686	94.487	113.390	22.695	26.928	321.186
Saldos em 30.06.16	1.261.509	2.883.769	1.834.781	869.256	429.777	7.279.092
Em 30.06.16						
Circulante	130.133	-	878.581	-	-	1.008.714
Não circulante	1.131.376	2.883.769	956.200	869.256	429.777	6.270.378
Em 31.12.15						
Circulante	128.652	-	785.725	-	-	914.377
Não circulante	1.037.499	2.736.191	867.326	843.882	405.421	5.890.319

- (1) Refere-se aos valores do passivo contingente decorrente do *Purchase Price Allocation* (PPA) gerados na aquisição do controle da Vivo Participações em 2011 e da GVTPart. em 2015 (nota 3).
- (2) Referem-se aos custos a serem incorridos na eventual necessidade de devolver aos proprietários os sites (localidades destinadas a instalações de torres, equipamentos e imóveis) nas mesmas condições em que se encontravam quando da assinatura do contrato inicial de locação.
- (3) Referem-se aos montantes decorrentes das combinações de negócios, sendo R\$697.160 da GVTPart. (nota 3) e R\$2.039 da TGLog.

18.1) Provisões e Contingências Trabalhistas

Natureza/Grau de Risco	Valores envolvidos			
	Controladora		Consolidado	
	30.06.16	31.12.15	30.06.16	31.12.15
Provisões prováveis	1.258.961	1.140.492	1.261.509	1.166.151
Contingências possíveis	344.413	226.731	355.923	340.643

As provisões e contingências trabalhistas envolvem diversas reclamações trabalhistas de ex- empregados e de empregados terceirizados (estes alegando responsabilidade subsidiária ou solidária), que reivindicam, entre outros: falta de pagamento de horas extraordinárias, equiparação salarial, complementos salariais de aposentadoria, remuneração por insalubridade, periculosidade e questionamentos referentes à terceirização.

A Companhia também figura no polo passivo de reclamações trabalhistas ajuizadas por ex- empregados aposentados, vinculados ao Plano de Assistência Médica aos Aposentados ("PAMA"), que requerem dentre outros pontos a anulação da alteração ocorrida no plano médico dos aposentados. As ações, em sua maioria, aguardam pronunciamento do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo e do Tribunal Superior do Trabalho. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos e nas recentes prestações jurisdicionais, considera esta ação como sendo de risco possível. Não foi atribuído valor referente a essas ações, pois, neste momento, na hipótese de perda, não há como estimar o prejuízo para a Companhia.

Notas Explicativas

Adicionalmente, a Companhia é parte em Ações Cíveis Públicas promovidas pelo Ministério Público do Trabalho cujos objetos versam essencialmente sobre a determinação à Companhia de deixar de contratar empresa interposta para execução das atividades fim da empresa. Não foram atribuídos valores ao grau de risco possível referente a estas Ações Cíveis Públicas no quadro acima, pois nestas fases processuais, na hipótese de perda, não há condições de estimar o prejuízo para a Companhia.

18.2) Provisões e Contingências Tributárias

Natureza/Grau de Risco	Valores envolvidos			
	Controladora		Consolidado	
	30.06.16	31.12.15	30.06.16	31.12.15
Provisões prováveis	2.864.160	2.684.924	2.883.769	2.736.191
Federais	2.703.173	2.539.050	2.722.782	2.559.770
Estaduais	133.414	127.505	133.414	156.444
Municipais	27.573	18.369	27.573	19.977
Contingências possíveis	29.049.529	23.790.290	29.528.673	26.620.066
Federais	6.598.914	5.164.158	6.612.569	5.908.994
Estaduais	13.918.199	11.317.423	14.281.780	12.921.976
Municipais	846.933	730.030	847.246	769.113
ANATEL	7.685.483	6.578.679	7.787.078	7.019.983

Provisões tributárias prováveis

Tributos Federais

A Companhia e/ou controladas mantêm discussões administrativas e judiciais relativas a: (i) manifestações de inconformidade decorrente de não homologação de pedidos de compensações e pedidos de restituição formulados; (ii) contribuições sociais referentes à suposta falta de retenção dos 11% sobre o valor de notas fiscais e faturas recebidas de prestadoras de serviços contratados mediante cessão de mão de obra; (iii) CIDE incidente sobre a remessa de valores ao exterior relativos a serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como *royalties*; (iv) não inclusão das despesas de interconexão e exploração industrial de linha dedicada na base de cálculo do FUST e FUNTTEL; (v) contribuição à Empresa Brasileira de Comunicação, criada pela Lei nº 11.652/08; (vi) Taxas Fistel (TFI e TFF) sobre estações móveis; (vii) IRRF sobre juros sobre capital próprio; (viii) Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração (PPNUM) pela ANATEL, instituído pela Resolução nº 451/06; (ix) compensação de FINSOCIAL; (x) falta de retenção da contribuição social incidente sobre serviços prestados, de remuneração, salários e outros salários de contribuição; (xi) COFINS, exigência decorrente da adoção de faturamento como base de cálculo sem o cômputo de receitas financeiras; (xii) majoração da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como majoração da alíquota da COFINS, exigidas por meio da Lei nº 9.718/98; (xiii) Imposto sobre o lucro líquido; e (xiv) Contribuição constituída para o fomento da radiodifusão (EBC).

Em 30 de junho de 2016, os montantes consolidados provisionados totalizavam R\$2.722.782 (R\$2.559.770 em 31 de dezembro de 2015).

Tributos Estaduais

A Companhia e/ou controladas mantêm discussões tanto na esfera administrativa como na esfera judicial, relativas a: (i) créditos de ICMS sobre energia elétrica bem como outros créditos de ICMS com ausência de comprovação documental; (ii) serviços de telecomunicações não tributados pelo ICMS; (iii) glosa do ICMS sobre incentivos fiscais relativos a projetos culturais; (iv) multa administrativa ambiental; (v) glosa de crédito de ICMS referente ao Convênio 39; (vi) *cobilling*; (vii) diferencial de alíquota; (viii) estorno de crédito de ICMS sobre ativo imobilizado; e (ix) ICMS sobre locação de infraestrutura necessária aos serviços de *internet* (dados).

Em 30 de junho de 2016, os montantes consolidados provisionados totalizavam R\$133.414 (R\$156.444 em 31 de dezembro de 2015).

Notas Explicativas

Tributos Municipais

A Companhia e/ou controladas mantêm diversas ações tributárias no âmbito municipal, na esfera judicial, relativas a: (i) IPTU; (ii) ISS incidente sobre serviços de locação de bens móveis e atividades-meio e suplementares; (iii) taxa de vigilância, controle e fiscalização ("TVCF"); e (iv) retenção de ISS sobre serviços de empreitada.

Em 30 de junho de 2016, os montantes consolidados provisionados totalizavam R\$27.573 (R\$19.977 em 31 de dezembro de 2015).

Contingências tributárias possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos de âmbito federal, estadual, municipal e com a ANATEL, descritos a seguir:

Tributos Federais

A Companhia e/ou controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais em âmbito federal, as quais aguardam julgamentos nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações, destacam-se: (i) manifestações de inconformidade decorrentes de não homologação de pedidos de compensações formulados pela Companhia; (ii) INSS (contribuição previdenciária) sobre remuneração decorrente da reposição de perdas salariais originadas do "Plano Verão" e "Plano Bresser", SAT, Seguro Social e de valores devidos a terceiros (INCRA e SEBRAE), fornecimento de refeições aos empregados, retenção de 11% (cessão de mão de obra); (iii) IRRF sobre a remessa de valores ao exterior relativos a serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como *royalties*; (iv) PIS incidente sobre *roaming*; (v) CPMF incidente sobre operações decorrentes de convênio de cooperação técnica com a Secretaria do Tesouro Nacional ("STN") (compensação via SIAFI) e sobre contratos de câmbio simbólicos exigidos pelo Banco Central do Brasil; (vi) IRPJ e CSLL relativos a deduções das receitas de reversões de provisões; (vii) IRPJ e CSLL - glosa de custos e despesas diversas não comprovadas; (viii) deduções da COFINS de perda com operações de *swap*; (ix) PIS / COFINS regime de competência versus regime de caixa; (x) IRPJ devido em decorrência do excesso na destinação feita ao FINOR, FINAN ou FUNRES; (xi) IRPJ sobre operações com derivativos; (xii) IRPJ e CSLL, glosa das despesas relacionadas ao ágio pago na aquisição da Celular CRT S.A. e decorrente do processo de privatização e reestruturações societárias da Vivo S.A. e ágio decorrente das operações de incorporação da Navytree e TDBH; (xiii) ágio decorrente da compra da GVTPart. pela Vivendi; (xiv) ex-tarifário, revogação do benefício da Resolução CAMEX nº. 6, aumento da tarifa de importação de 4% para 28%; (xv) IPI na saída do estabelecimento da Companhia dos equipamentos conhecidos como "*Fixed access unit*" (unidade de acesso fixo) para clientes a título de comodato; (xvi) PIS e COFINS sobre serviços de valor agregado e serviço de assinatura mensal; (xvii) INSS - *Stock Options* exigência de contribuições previdenciárias sobre as parcelas pagas pelas empresas do grupo aos seus empregados por meio de plano de compra de ações; (xviii) IOF exigência relativa as operações de mútuo, *intercompanies* e operações de crédito; e (xix) Contribuição constituída para o fomento da radiodifusão (EBC).

Em 30 de junho de 2016, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$6.612.569 (R\$5.908.994 em 31 de dezembro de 2015).

Tributos Estaduais

A Companhia e/ou controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais em âmbito estadual, relacionadas ao ICMS, as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias.

Notas Explicativas

Dentre as ações, destacam-se: (i) sobre prestação de serviços de facilidades, utilidade e comodidade e locação de *modem* Speedy; (ii) ligações internacionais (DDI); (iii) creditamento indevido relativo à obtenção de bens destinados ao ativo fixo e falta de estorno proporcional do crédito referente à aquisição de ativo imobilizado e cobrança de ICMS na transferência interestadual de bens de ativo fixo entre as filiais; (iv) valores apropriados indevidamente a título de créditos extemporâneos de ICMS; (v) prestação de serviço fora de São Paulo com recolhimento do ICMS para o Estado de São Paulo; (vi) *co-billing*; (vii) substituição tributária com base de cálculo fictícia (pauta fiscal); (viii) aproveitamento de créditos provenientes da aquisição de energia elétrica; (ix) atividades meio, serviços de valor adicionado e suplementares (Convênio 69/98); (x) créditos do imposto relativo a impugnações/contestações sobre serviços de telecomunicação não prestados ou equivocadamente cobrados (Convênio 39/01); (xi) saídas de mercadorias com preços inferiores aos de aquisição (descontos incondicionais); (xii) cobrança diferida do ICMS interconexão (Documento de Declaração de Tráfego e de Prestação de Serviços - DETRAF); (xiii) créditos advindos de benefícios fiscais concedidos por outros entes federados; (xiv) glosa de incentivos fiscais relativos a projetos culturais; (xv) transferências de bens do ativo entre estabelecimentos próprios; (xvi) créditos do imposto sobre serviços de comunicação utilizados na prestação de serviços da mesma natureza; (xvii) doação de cartões para ativação no serviço pré-pago; (xviii) estorno de crédito decorrente de operação de comodato, em cessão de redes (consumo próprio e isenção de órgãos públicos); (xix) multa Detraf; (xx) consumo próprio; (xxi) isenção de órgãos públicos; (xxii) emissão de notas fiscais com valor do ICMS negativo pela concessão de descontos condicionais; (xxiii) reescrituração de livro fiscal sem autorização prévia do fisco; (xxiv) sobre assinatura; e (xxv) sobre serviços não medidos.

Em 30 de junho de 2016, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$14.281.780 (R\$12.921.976 em 31 de dezembro de 2015).

Tributos Municipais

A Companhia e/ou controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais em âmbito municipal, as quais aguardam julgamentos nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações, destacam-se: (i) ISS de atividade meio, serviço de valor adicionado e suplementar; (ii) ISS retenção na fonte; (iii) IPTU; (iv) taxa de uso do solo; (v) diversas taxas municipais; (vi) tarifa de uso da rede móvel e locação de infraestrutura; (vii) serviços de publicidade; (viii) serviços prestados por terceiros; (ix) serviços de consultoria em áreas de gestão empresarial prestados pela Telefônica Internacional; (x) ISS incidente sobre prestação de serviço de identificador de chamadas e habilitação de celular; e (xi) ISS sobre prestação de serviços contínuos, provisões, estornos e notas fiscais canceladas.

Em 30 de junho de 2016, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$847.246 (R\$769.113 em 31 de dezembro de 2015).

ANATEL

Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações ("FUST")

Mandados de Segurança impetrados para reconhecimento do direito de não inclusão das despesas de interconexão e exploração industrial de linha dedicada na base de cálculo do FUST, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do artigo 6º da Lei n.º 9.998/00, os quais aguardam julgamento de 2ª instância judicial.

Diversas notificações de lançamento de débito lavradas pela ANATEL em âmbito administrativo para constituição do crédito tributário relativo à interconexão, EILD e demais receitas que não são oriundas da prestação de serviços de telecomunicação.

Em 30 de junho de 2016, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$3.995.234 (R\$3.647.291 em 31 de dezembro de 2015).

Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações ("FUNTTEL")

A Companhia e/ou controladas mantêm discussões administrativas e judiciais, as quais aguardam julgamento de 1ª instância administrativa e 2ª instância judicial. As referidas ações versam sobre a cobrança da contribuição ao FUNTTEL sobre outras receitas (que não são de telecomunicação), bem como receitas e despesas transferidas a outras operadoras (interconexão).

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2016, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$1.066.537 (R\$911.836 em 31 de dezembro de 2015).

Fundo de Fiscalização das Telecomunicações ("FISTEL")

Por ocasião das prorrogações do prazo de vigência das licenças para utilização das centrais telefônicas associadas à exploração do serviço telefônico fixo comutado e das prorrogações do prazo de vigência do direito de uso de radiofrequência associadas à exploração do serviço móvel pessoal, a ANATEL realiza a cobrança da TFI.

Tal cobrança resulta do entendimento da ANATEL de que a prorrogação seria fato gerador da TFI. Por entender que esta cobrança é indevida, a Companhia questiona em âmbito judicial a referida taxa.

Em 30 de junho de 2016, os valores consolidados envolvidos totalizavam R\$2.719.485 (R\$2.455.229 em 31 de dezembro de 2015), sem o respectivo depósito judicial.

Preço Público Relativo à Administração de Recursos de Numeração ("PPNUM")

A Companhia em conjunto com as demais operadoras móveis do Brasil, possui ação judicial questionando a cobrança de PPNUM cobrado pela ANATEL em função da utilização pelas operadoras, os quais têm natureza de taxa. Por ocasião das cobranças, a Companhia efetuou o depósito judicial relativo aos valores devidos. Em 23 de abril de 2009 foi proferida sentença favorável às operadoras e o processo, atualmente, aguarda julgamento de 2ª instância judicial.

Em 30 de junho de 2016, o valor consolidado envolvido totalizava R\$5.822 (R\$5.627 em 31 de dezembro de 2015).

18.3) Provisões e Contingências Cíveis e Regulatórias

	Valores envolvidos			
	Controladora		Consolidado	
<u>Natureza/Grau de Risco</u>	<u>30.06.16</u>	<u>31.12.15</u>	<u>30.06.16</u>	<u>31.12.15</u>
Provisões prováveis	1.833.898	1.560.758	1.834.781	1.653.051
Cíveis	1.098.776	965.730	1.099.659	1.010.356
Regulatórias	735.122	595.028	735.122	642.695
Contingências possíveis	7.276.288	6.020.956	7.277.426	6.297.944
Cíveis	2.874.452	2.488.761	2.875.590	2.581.838
Regulatórias	4.401.836	3.532.195	4.401.836	3.716.106

Provisões cíveis prováveis

- A Companhia e/ou controladas estão envolvidas em ações que versam sobre direitos ao recebimento complementar de ações calculadas em relação aos planos de expansão da rede após 1996 (processos de complementação de ações). Tais processos encontram-se em diversas fases: 1º grau, Tribunal de Justiça e Superior Tribunal de Justiça. Em 30 de junho de 2016 o montante consolidado provisionado era de R\$235.026 (R\$190.004 em 31 de dezembro de 2015).
- A Companhia e/ou controladas são parte em diversas demandas cíveis de natureza consumidor nas esferas administrativa e judicial, que tem como objeto o não cumprimento dos serviços e/ou produtos vendidos. Em 30 de junho de 2016 o montante consolidado provisionado era de R\$441.796 (R\$435.782 em 31 de dezembro de 2015).
- A Companhia e/ou controladas são parte em diversas demandas cíveis de naturezas não consumeristas nas esferas administrativa e judicial, todas relacionadas ao curso normal do negócio. Em 30 de junho de 2016, o montante consolidado provisionado era de R\$422.837 (R\$384.570 em 31 de dezembro de 2015).

Notas Explicativas

Provisões regulatórias prováveis

A Companhia figura como parte em processos administrativos perante a ANATEL, os quais foram instaurados sob o fundamento de alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como em processos judiciais que discutem sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa. Em 30 de junho de 2016, o montante consolidado provisionado era de R\$735.122 (R\$642.695 da Companhia em 31 de dezembro de 2015).

Contingências cíveis possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos cíveis, descritos a seguir:

- Processo de Ação Civil Pública no qual a Companhia está envolvida e que é relacionado ao Plano Comunitário de Telefonia ("PCT"), que versa sobre eventual direito de indenização dos adquirentes de planos de expansão e que não receberam ações em retribuição pelos investimentos financeiros, no município de Mogi das Cruzes com valor total consolidado envolvido de aproximadamente R\$471.756 em 30 de junho de 2016 (R\$421.085 em 31 de dezembro de 2015). O Tribunal de Justiça de São Paulo ("TJSP") reformou a sentença, julgando a ação improcedente. A Associação para Telefonia do Município de Mogi das Cruzes ("parte autora" ou "Associação") interpôs recurso especial para reformar a decisão do TJSP. Em 7 de dezembro de 2015, o recurso da Associação foi desprovido pelo Superior Tribunal de Justiça. A Associação opôs Embargos de Declaração, que não foram conhecidos pelo Superior Tribunal de Justiça em 17 de março de 2016. Em 15 de abril de 2016, a decisão transitou em julgado, não cabendo mais recursos.
- Ação Coletiva movida pela Associação dos Participantes da SISTEL ("ASTEL") no Estado de São Paulo, pela qual os participantes associados da Sistel no Estado de São Paulo questionam as mudanças realizadas no Plano de Assistência Médica dos Aposentados da Companhia ("PAMA") e em apertada síntese, restabelecimento ao "*status quo*" anterior. O processo está ainda em fase recursal, aguardando julgamento de Agravo de Instrumento interposto pela Companhia contra decisão de admissibilidade dos seus Recursos Especial e Extraordinário interpostos em face da decisão de 2º grau, que reformou a sentença de improcedência. O valor é inestimável e os pedidos ilíquidos pela sua inexequibilidade, tendo em vista que envolve retorno as condições do plano anterior.
- Ações Cíveis Públicas propostas pela ASTEL no Estado de São Paulo e pela Federação Nacional das Associações de Aposentados, Pensionistas e Participantes em Fundos de Pensão do Setor de Telecomunicação ("FENAPAS"), ambas as propostas contra a Sistel, a Companhia e outras operadoras, visando à anulação da cisão de plano previdenciário PBS, alegando em apertada síntese o "*desmonte do sistema de previdência complementar da Fundação Sistel*", que originou diversos planos específicos PBS espelhos, e correspondentes alocações de recursos provenientes de *superávit* técnico e contingência fiscal existente à época da cisão. O valor é inestimável e os pedidos ilíquidos pela sua inexequibilidade, tendo em vista que envolve retorno a acervo cindido da Sistel relativo às operadoras de telecomunicações do antigo Sistema Telebrás.
- O Ministério Público do Estado de São Paulo ajuizou uma ação civil pública reivindicando indenização por danos morais e materiais sofridos por todos os consumidores dos serviços de telecomunicações de 2004 a 2009 devido à má qualidade de serviços e falhas do sistema de comunicações. A proposta de condenação formulada pelo Ministério Público foi de R\$1 bilhão. A sentença proferida em 20 de abril de 2010 impõe o pagamento de indenizações pelos danos causados a todos os consumidores que se habilitarem na ação ao seu recebimento. A Companhia interpôs Apelação que no dia 13 de abril de 2015 foi julgada, tendo por votação unânime reformado a sentença de primeiro grau para julgar improcedente a demanda. O Ministério Público recorreu do acórdão da Apelação, interpôs Recurso Especial e Extraordinário. Apresentamos contrarrazões aos Recursos Especial e Extraordinário. Os Recursos Especial e Extraordinário não foram admitidos, aguardamos intimação sobre eventual interposição de recurso pelo Ministério Público.

Notas Explicativas

Alternativamente, caso não se apresentem consumidores em número compatível com a gravidade do dano, depois de decorrido o prazo de 1 ano, foi fixado pelo juiz o valor de R\$60 milhões, para fins de depósito no Fundo Especial de Despesa de Reparação de Interesses Difusos Lesados. Não é possível estimar quantos consumidores poderão se apresentar na habilitação individual, nem tampouco os valores por estes reclamados. As partes apresentaram recurso de apelação. Os efeitos da sentença estão suspensos. Não foi atribuído valor ao grau de risco de perda possível referente a esta ação civil pública no quadro acima, pois neste momento, na hipótese de perda, não há como estimar o prejuízo para a Companhia e, de igual maneira, não há como se atribuir um contingenciamento equivalente ao valor da causa. Em 13 de abril de 2015, o Recurso de Apelação da Companhia foi julgado, tendo por votação unânime, reformada a sentença de 1ª instância que havia condenado a Companhia ao pagamento de danos morais e materiais supostamente carreados a todos os consumidores afetados pelos “problemas” na prestação de serviço. Interpostos Recurso Especial e Extraordinário pelo Ministério Público contra os quais apresentamos contrarrazões.

- A Companhia é parte em ações judiciais cíveis, em diversas esferas que tem por objeto direitos relacionados à prestação dos serviços e são movidas por consumidores individuais, associações civis que representam os direitos dos consumidores ou pelo PROCON, bem como Ministérios Públicos Estadual e Federal, assim como, também é parte em outras ações que têm por objeto discussões de naturezas diversas relacionadas ao curso normal do negócio. Em 30 de junho de 2016, o montante consolidado era de R\$2.388.649 (R\$2.146.850 em 31 de dezembro de 2015).
- A TGLog é parte no processo de ação de execução cível que tramita na 3ª Vara Cível de Barueri – SP pela alegação de não pagamento de duplicatas de prestação de serviços de transportes. A TGLog defende que realizou descontos de forma legítima em razão de descumprimentos contratuais e pelas perdas causadas por sinistros nas mercadorias de seus clientes transportadas pela autora, que também é discutida por outra ação. Em 30 de junho de 2016, o montante era de R\$1.138 (R\$1.022 em 31 de dezembro de 2015).
- A Companhia vem recebendo autuações referentes ao descumprimento do Decreto do Serviço de Atendimento ao Consumidor (“SAC”). Atualmente temos diversas ações (processos administrativos e judiciais). Em 30 de junho de 2016 o montante consolidado era de R\$14.047 (R\$12.881 em 31 de dezembro de 2015).
- Propriedade Intelectual: Lune Projetos Especiais Telecomunicação Comércio e Ind. Ltda (“Lune”), empresa brasileira, propôs ação judicial em 20 de novembro de 2001 contra 23 operadoras de telecomunicações de serviço móvel alegando ser possuidora da patente do identificador de chamadas, bem como ser titular do registro da marca “Bina”. Pretende a interrupção da prestação desse serviço pelas operadoras e indenização equivalente à quantidade paga pelos consumidores pela utilização do serviço.

Houve sentença desfavorável para determinar que a Companhia se abstenha de comercializar telefones celulares com serviço de identificação de chamadas (“Bina”), com multa diária de R\$10.000,00 em caso de descumprimento. Além disso, a sentença condena a Companhia ao pagamento de indenização por *royalties*, a ser apurado em liquidação de sentença. Opostos Embargos de Declaração por todas as partes, sendo acolhidos os embargos de declaração da Lune no sentido de entender cabível a apreciação da tutela antecipada nesta fase processual. Interposto Recurso de Agravo de Instrumento em face da presente decisão, que concedeu efeito suspensivo a tutela antecipada tornando sem efeito a decisão desfavorável até julgamento final do Agravo. Interposto Recurso de Apelação em face da sentença, que foi provido no dia 30 de junho de 2016 pela 4ª Câmara do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, para anular a sentença de primeiro grau e remeter o processo para a primeira instância para realização de uma nova perícia. Não há como determinar neste momento a extensão das responsabilidades potenciais com relação a esta reivindicação.

- A Companhia, em conjunto com outras operadoras de telecomunicações sem fio, são réis em várias ações movidas pelo Ministério Público e associações de defesa do consumidor que contestam a imposição de prazo para utilização de minutos pré-pagos. Os demandantes alegam que os minutos pré-pagos não devem expirar após prazo específico. Decisões conflitantes foram proferidas pelos tribunais sobre a matéria, apesar de acreditarmos que os nossos critérios para a imposição do prazo estão em conformidade com as normas da ANATEL. Com base na opinião de consultores jurídicos, as ações coletivas têm a probabilidade de um resultado desfavorável considerada remota.

Notas Explicativas

Contingências regulatórias possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos envolvendo matéria regulatória, descritos a seguir:

- A Companhia mantém processos administrativos instaurados pela ANATEL com fundamento em alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como processos judiciais que discutem sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa. Em 30 de junho de 2016 no montante consolidado de R\$4.401.836 (R\$3.716.106 da Companhia em 31 de dezembro de 2015).
- Processos administrativos e judiciais que discutem o pagamento do ônus de 2% sobre as receitas de interconexão em decorrência da prorrogação das radiofrequências associadas ao SMP. De acordo com a cláusula 1.7 dos Termos de Autorização que outorgaram o direito de uso de radiofrequências associadas ao SMP, a prorrogação do uso destas radiofrequências implica o pagamento, a cada biênio, durante o período de prorrogação (15 anos), de um ônus correspondente a 2% da receita líquida decorrente da aplicação dos Planos de Serviço, Básico e Alternativos da prestadora, apurada no ano anterior ao do pagamento.

Contudo, a ANATEL determinou que o ônus correspondente a 2% deveria contemplar, além das receitas decorrentes da aplicação dos Planos de Serviço, também as receitas de interconexão e outras receitas operacionais, o que não está previsto na cláusula 1.7 dos referidos Termos de Autorização.

Por considerar, com base no disposto nos Termos de Autorização, que as receitas de interconexão não devem integrar o cálculo da onerosidade de 2% na prorrogação do direito de uso das radiofrequências, a Companhia, no âmbito administrativo e judicial, impugnou todos esses lançamentos, recorrendo do posicionamento da ANATEL.

18.4) Garantias

A Companhia e controladas concederam garantias aos processos de natureza tributária, cível e trabalhista, como segue:

	Consolidado					
	30.06.16			31.12.15		
	Imóveis e equipamentos	Depósitos e bloqueios judiciais	Cartas fiança	Imóveis e equipamentos	Depósitos e bloqueios judiciais	Cartas fiança
Cíveis, trabalhistas e tributárias	196.386	6.049.679	2.555.751	163.802	5.753.463	2.750.864
Total	196.386	6.049.679	2.555.751	163.802	5.753.463	2.750.864

Em 30 de junho de 2016, além das garantias citadas no quadro anterior, a Companhia e controladas possuíam valores de aplicações financeiras bloqueadas judicialmente (exceto as aplicações relacionadas a empréstimos), no montante consolidado de R\$56.251 (R\$71.059 em 31 de dezembro de 2015).

19) RECEITAS DIFERIDAS

	Controladora		Consolidado	
	30.06.16	31.12.15	30.06.16	31.12.15
Serviços e mercadorias (1)	350.519	466.943	350.519	466.943
Alienação de ativos imobilizados (2)	228.041	87.906	228.041	87.906
Receita de habilitação (3)	59.651	70.507	61.104	72.737
Programa de fidelização (4)	54.117	95.893	54.117	95.893
Subvenções governamentais (5)	133.647	133.099	133.647	133.099
Doações de equipamentos (6)	8.135	8.281	8.135	8.281
Outras receitas (7)	58.518	58.935	60.153	58.935
Total	892.628	921.564	895.716	923.794
Circulante	454.075	562.601	457.127	564.557
Não circulante	438.553	358.963	438.589	359.237

- (1) Refere-se aos saldos dos contratos de receitas de recargas de pré-pagos e operações de multielementos, que são apropriados ao resultado à medida que os serviços são prestados aos clientes. Inclui o montante do contrato que a Companhia celebrou para a exploração industrial de rede móvel, de sua propriedade, por outra operadora do SMP nas Regiões I, II e III do plano geral de autorizações, a qual se destina, exclusivamente, à prestação do SMP pela operadora a seus usuários.

Notas Explicativas

- (2) Refere-se aos saldos líquidos dos valores residuais da operação de alienação de torres e *rooftops* não estratégicos, que serão transferidos ao resultado quando do cumprimento das condições para reconhecimento contábil. Para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, inclui o montante de R\$140.844 referente à transação de alienação de torres de propriedade da Companhia para a Towerco Latam Brasil Ltda, sociedade controlada direta pela Telefônica (nota 29).
- (3) Refere-se ao diferimento da receita de habilitação (fixa) reconhecida no resultado ao longo do período estimado de permanência do cliente na base.
- (4) Refere-se ao programa de pontos por fidelidade que a Companhia mantém, que permite aos clientes acumular pontos ao efetuar o pagamento das faturas referentes à utilização dos serviços oferecidos. O saldo representa a estimativa da Companhia para troca por pontos, por parte dos clientes, por mercadorias e/ou serviços no futuro.
- (5) Refere-se aos valores de subvenção governamental decorrentes de recursos obtidos de linha de financiamento junto ao BNDES, utilizados para a aquisição de equipamentos nacionais, com cadastro no BNDES (Finame), aplicação em projetos de ampliação da capacidade de rede e que estão sendo amortizados pelos prazos de vida útil dos equipamentos e subvenções decorrentes de projetos relativos a tributos estaduais, que estão sendo amortizados pelos prazos contratuais.
- (6) Refere-se aos saldos de doações de equipamentos de rede por fornecedores, os quais são amortizados pelos prazos de vida útil dos referidos equipamentos.
- (7) Inclui valores do processo de ressarcimento pelos custos de desocupação das subfaixas de radiofrequência 2.500MHz a 2.690MHz em decorrência da desativação do Serviço de Distribuição Multiponto Multicanal (MMDS).

20) EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES, ARRENDAMENTO FINANCEIRO E CONTRAPRESTAÇÃO CONTINGENTE

20.a) Empréstimos, Financiamentos, Arrendamento Financeiro e Contraprestação Contingente

	Controladora								
	Informações em 30 de junho de 2016			30.06.16			31.12.15		
	Moeda	Taxa de juros anual	Vencimento	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Moeda Local				1.050.924	2.687.204	3.738.128	1.619.342	1.651.714	3.271.056
Empréstimos e Financiamentos - Instituições Financeiras (20.a.1)				762.000	2.013.059	2.775.059	473.807	1.034.754	1.508.561
Financiamento - BNDES FINEM - Contrato 11.2.0814.1	URTJLP (1)	TJLP+ 0 a 4,08%	15/07/19	342.792	749.702	1.092.494	328.768	898.735	1.227.503
Financiamento - BNDES FINEM - Contrato 08.2.1073.1	R\$	IPCA + 2,95% + TR	15/07/16	33.908	-	33.908	-	-	-
Financiamento - BNDES FINEM - Contrato 08.2.1073.1	URTJLP (1)	TJLP+ 2,05% a 2,95%	15/07/17	58.206	-	58.206	-	-	-
Financiamento - BNDES FINEM - Contrato 11.2.0963.1	URTJLP (1)	TJLP+ 0 a 3,38%	15/08/20	181.596	566.531	748.127	-	-	-
Financiamento - BNDES FINEM - Contrato 11.2.0963.1	R\$	5,00%	15/11/19	14.695	35.268	49.963	-	-	-
Financiamento - BNDES FINEM - Contrato 14.2.1192.1	URTJLP (1)	TJLP+ 0 a 3,12%	15/01/23	4.652	261.237	265.889	-	-	-
Financiamento - BNDES FINEM - Contrato 14.2.1192.1	R\$	4,00% a 6,00%	15/01/23	7.190	114.127	121.317	-	-	-
Financiamento - BNDES FINEM - Contrato 14.2.1192.1	R\$	Selic Acum. D-2 + 2,32%	15/01/23	743	156.694	157.437	-	-	-
Financiamento - BNDES PSI	R\$	2,5% a 5,5%	15/01/23	90.047	91.027	181.074	90.779	136.019	226.798
Financiamento - BNDES PSI	R\$	TJLP+ 5,7% a 9,00%	15/04/16	-	-	-	221	-	221
Financiamento - BNB	R\$	7,06% a 10%	18/08/22	28.171	38.473	66.644	54.039	-	54.039
Financiamento - Fornecedores (20.a.2)	R\$	109,8% do CDI	22/10/16	249.638	-	249.638	1.113.244	-	1.113.244
Arrendamento Financeiro (20.a.3)	R\$	IPCA e IGP-M	31/08/33	39.286	280.197	319.483	32.291	239.239	271.530
Contraprestação Contingente (20.a.4)	R\$	Selic		-	393.948	393.948	-	377.721	377.721
Moeda Estrangeira				470.402	866.250	1.336.652	191.695	1.490.273	1.681.968
Empréstimos e Financiamentos - Instituições Financeiras (20.a.1)				470.402	866.250	1.336.652	191.695	1.490.273	1.681.968
Financiamento - BNDES FINEM - Contrato 11.2.0814.1	UMBND (2)	ECM (3) + 2,38%	15/07/19	134.256	293.727	427.983	159.897	434.221	594.118
Resolução 4131 - Scotiabank e Bank of America	US\$	2,05% e Libor + 2,00%	18/12/17	336.146	572.523	908.669	31.798	1.056.052	1.087.850
Total				1.521.326	3.553.454	5.074.780	1.811.037	3.141.987	4.953.024

Notas Explicativas

	Consolidado								
	Informações em 30 de junho de 2016			30.06.16			31.12.15		
	Moeda	Taxa de juros anual	Vencimento	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Moeda Local				1.050.924	2.687.204	3.738.128	2.030.372	2.964.236	4.994.608
Empréstimos e Financiamentos - Instituições Financeiras (20.a.1)				762.000	2.013.059	2.775.059	765.601	2.325.920	3.091.521
Financiamento – BNDES FINEM - Contrato 11.2.0814.1	URTJLP (1)	TJLP+ 0 a 4,08%	15/07/19	342.792	749.702	1.092.494	328.768	898.735	1.227.503
Financiamento – BNDES FINEM - Contrato 08.2.1073.1	R\$	IPCA + 2,95% + TR	15/07/16	33.908	-	33.908	30.722	-	30.722
Financiamento – BNDES FINEM - Contrato 08.2.1073.1	URTJLP (1)	TJLP+ 2,05% a 2,95%	15/07/17	58.206	58.206	116.412	57.916	28.796	86.712
Financiamento – BNDES FINEM - Contrato 11.2.0963.1	URTJLP (1)	TJLP+ 0 a 3,38%	15/08/20	181.596	566.531	748.127	180.206	648.361	828.567
Financiamento – BNDES FINEM - Contrato 11.2.0963.1	R\$	5,00%	15/11/19	14.695	35.268	49.963	14.718	42.564	57.282
Financiamento – BNDES FINEM - Contrato 14.2.1192.1	URTJLP (1)	TJLP+ 0 a 3,12%	15/01/23	4.652	261.237	265.889	4.112	262.383	266.495
Financiamento – BNDES FINEM - Contrato 14.2.1192.1	R\$	4,00% a 6,00%	15/01/23	7.190	114.127	121.317	511	120.051	120.562
Financiamento – BNDES FINEM - Contrato 14.2.1192.1	R\$	Selic Acum. D-2 + 2,32%	15/01/23	743	156.694	157.437	710	146.815	147.525
Financiamento – BNDES PSI	R\$	2,5% a 5,5%	15/01/23	90.047	91.027	181.074	90.779	136.019	226.798
Financiamento – BNDES PSI	R\$	TJLP+ 5,7% a 9,00%	15/04/16	-	-	-	221	-	221
Financiamento – BNB	R\$	7,06% a 10%	18/08/22	28.171	38.473	66.644	56.938	42.196	99.134
Financiamento – Fornecedores (20.a.2)	R\$	109,8% do CDI	22/10/16	249.638	-	249.638	1.228.682	-	1.228.682
Arrendamento Financeiro (20.a.3)	R\$	IPCA e IGP-M	31/08/33	39.286	280.197	319.483	36.089	260.595	296.684
Contraprestação Contingente (20.a.4)	R\$	Selic		-	393.948	393.948	-	377.721	377.721
Moeda Estrangeira				470.402	866.250	1.336.652	191.695	1.490.273	1.681.968
Empréstimos e Financiamentos - Instituições Financeiras (20.a.1)				470.402	866.250	1.336.652	191.695	1.490.273	1.681.968
Financiamento – BNDES FINEM - Contrato 11.2.0814.1	UMBND (2)	ECM (3) + 2,38%	15/07/19	134.256	293.727	427.983	159.897	434.221	594.118
Resolução 4131 - Scotiabank e Bank of America	US\$	2,05% e Libor + 2,00%	18/12/17	336.146	572.523	908.669	31.798	1.056.052	1.087.850
Total				1.521.326	3.553.454	5.074.780	2.222.067	4.454.509	6.676.576

- (1) URTJLP – Unidade de Referência da Taxa de Juros de Longo Prazo, utilizada pelo BNDES como moeda contratual nos contratos de financiamento.
- (2) UMBND – Unidade monetária, baseada em uma cesta de moedas utilizada pelo BNDES como moeda contratual nos contratos de financiamento que tenham como base recursos captados em moeda estrangeira.
- (3) ECM é a taxa divulgada pelo BNDES trimestralmente e refere-se aos encargos de cesta de moedas.

20.a.1) Empréstimos e FinanciamentosBanco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”)BNDES FINEM

- Contrato 11.2.0814.1: Em 14 de outubro de 2011, foi contratada uma linha de financiamento no montante de R\$3.031.110, readequada em 2013 para R\$2.152.098, com taxas de: (i) TJLP + 0 a 4,08% a.a.; e (ii) UMBND + 2,38% a.a., prazo total de 8 anos, com um período de carência vencido em 15 de julho de 2014. Após o período de carência são pagos juros e amortizações do principal em 60 prestações mensais e sucessivas.

A totalidade desta linha de financiamento já foi sacada e os recursos foram destinados a investimentos na expansão e melhoria da rede, implantação de infraestrutura necessária para novas tecnologias, entre os anos de 2011 e 2013, além da construção de um *data center* em Tamboré (SP) e projetos sociais.

- Contrato 08.2.1073.1: Em 12 de dezembro de 2008, foi contratada uma linha de financiamento de R\$615.909 com taxas de: (i) IPCA + 2,95% a.a. + TR, prazo total de 8 anos, com um período de carência vencido em 15 de junho de 2011. Após o período de carência são pagos juros e amortizações do principal em 6 prestações anuais e sucessivas; e (ii) TJLP + 2,05 a 2,95% a.a., prazo total de 9 anos, com um período de carência vencido em 15 de junho de 2011. Após o período de carência são pagos juros e amortizações do principal em 72 prestações mensais e sucessivas.

A totalidade desta linha de financiamento já foi sacada e os recursos foram destinados a investimentos em produtos e serviços de produção nacional. Após autorização do BNDES, em 21 de junho de 2010 houve a liquidação antecipada parcial deste contrato. Os valores apresentados nesta nota consideram a liquidação parcial realizada em 15 de julho de 2010 mais as amortizações contratuais e regulares que se iniciaram em 15 de julho de 2011.

Notas Explicativas

- Contrato 11.2.0963.1: Em 9 de novembro de 2011, foi contratada uma linha de financiamento de R\$1.184.107, com taxas de: (i) TJLP + 0 a 3,38% a.a., prazo total de 9 anos, com um período de carência vencido em 15 de agosto de 2014. Após o período de carência são pagos juros e amortizações do principal em 72 prestações mensais e sucessivas; e (ii) 5% a.a., prazo total de 8 anos, com um período de carência vencido em 15 de agosto de 2014. Após o período de carência são pagos juros e amortizações do principal em 63 prestações mensais e sucessivas.

Esses recursos foram destinados à complementação do plano de investimentos para o triênio 2011-2013, visando a expansão nas áreas de atuação, modernização dos serviços de telecomunicações e *internet*, além do lançamento de novos serviços. A Companhia realizou os saques referentes a este contrato e o valor remanescente de R\$45.490, foi cancelado em 9 de abril de 2014.

- Contrato 14.2.1192.1: Em 30 de dezembro de 2014, foi contratada uma linha de financiamento de R\$1.000.293, com taxas de: (i) TJLP + 0 a 3,12% a.a., (ii) 4% a.a., (iii) Selic + 2,32% a.a., prazo total de 8 anos, com um período de carência a vencer em 15 de janeiro de 2018. Após o período de carência serão pagos juros e amortizações do principal em 60 prestações mensais e sucessivas; e (iv) 6% a.a. prazo total de 7 anos, com um período de carência a vencer em 15 de janeiro de 2017. Após o período de carência, serão pagos juros e amortizações do principal em 60 prestações mensais e sucessivas.

Esses recursos são destinados para o plano de investimentos para o triênio 2014-2016, visando a expansão nas áreas de atuação. Durante o ano de 2015, foram realizados dois saques referentes a este contrato no montante de R\$510.448.

BNDES PSI

- Entre 3 de dezembro de 2009 e 17 de agosto de 2010, foram aprovadas linhas de financiamento no montante de até R\$319.927 (sendo liberados R\$184.489 e o saldo remanescente de R\$135.438 cancelado), com taxas de 4,5% e 5,5% a.a., prazo total de 10 anos, com um período de carência vencido em 15 de fevereiro de 2012. Após o período de carência são pagos juros e amortizações do principal em 96 prestações mensais e sucessivas.
- Entre 24 de novembro de 2010 e 31 de março de 2011, foram aprovadas linhas de financiamento no montante total de R\$29.066, com taxas de (i) 5,5% a.a.; (ii) TJLP + 5,7% a.a.; e (iii) TJLP + 9,0% a.a., prazo total de 5 anos, com um período de carência vencido em 15 de janeiro de 2012. Após o período de carência são pagos juros e amortizações do principal em 48 prestações mensais e sucessivas. Em 30 de junho de 2016, todas as linhas já haviam sido liquidadas, sendo que a última liquidação ocorreu em 15 de abril de 2016.
- Em 28 de dezembro de 2010, foi aprovada linha de financiamento no montante de R\$5.417, readequada posteriormente para R\$2.262, com taxa de 5,5% a.a., prazo total de 10 anos, com um período de carência vencido em 15 de janeiro de 2013. Após o período de carência são pagos juros e amortizações do principal em 96 prestações mensais e sucessivas. A totalidade desta linha de financiamento já foi sacada pela Companhia.
- Em 28 de dezembro de 2012, foram aprovadas linhas de financiamento no montante de R\$353.483, readequadas posteriormente para R\$225.467, com taxa de 2,5% a.a., prazo total de 5 anos, com um período de carência vencido em 15 de janeiro de 2015. Após o período de carência são pagos juros e amortizações do principal em 36 prestações mensais e sucessivas. A totalidade desta linha de financiamento já foi sacada pela Companhia.
- Em 1º de agosto de 2013, foram aprovadas linhas de financiamento no montante de R\$4.030, com taxa de 3,5% a.a., prazo total de 5 anos, com um período de carência vencido em 15 de agosto de 2015. Após o período de carência são pagos juros e amortizações do principal em 36 prestações mensais e sucessivas. A totalidade desta linha de financiamento já foi sacada pela Companhia.

Notas Explicativas

Alguns contratos de financiamento firmados com o BNDES descritos anteriormente, possuem taxas de juros inferiores às taxas praticadas no mercado. Estas operações enquadram-se no escopo do IAS 20/CPC 7 e, dessa forma, as subvenções concedidas pelo BNDES foram ajustadas a valor presente e diferidas de acordo com a vida útil dos ativos financiados, resultando em um saldo até 30 de junho de 2016 de R\$40.499 (R\$47.346 em 31 de dezembro de 2015), nota 19.

Banco do Nordeste ("BNB")

- Em 29 de janeiro de 2007 e 30 de outubro de 2008, foram contratadas linhas de financiamento nos montantes de R\$247.240 e R\$389.000, respectivamente, com taxa de 10% a.a., prazo total de 8 anos, com períodos de carência vencidos em 29 de julho de 2008 e 30 de outubro de 2010, respectivamente. Após os períodos de carência são pagos juros e amortizações do principal em 78 e 72 prestações mensais e sucessivas, respectivamente.

A totalidade destas linhas foi sacada e os recursos destinados a projetos de investimento na implantação e ampliação da capacidade de rede móvel celular dentro da região Nordeste. Em 29 de janeiro de 2015 foi liquidada a primeira linha de financiamento.

O saldo deste contrato em 30 de junho de 2016 era de R\$21.611 (R\$54.039 em 31 de dezembro de 2015).

- Em 18 de agosto de 2014, foram contratadas linhas de financiamento nos montantes de R\$31.619 e R\$115.014, com taxas de 7,06% a.a. e 8,24% a.a., respectivamente, prazo total de 8 anos, com período de carência a vencer em 18 de setembro de 2016. Após o período de carência serão pagos juros e amortizações do principal em 72 parcelas mensais e sucessivas. Em 17 de abril de 2015, foi feita a captação parcial no valor total de R\$5.719 referente à primeira linha e R\$38.959 referente à segunda linha de financiamento.

Estes recursos foram destinados a projetos de investimento e expansão para a região Nordeste.

O saldo deste contrato em 30 de junho de 2016 era de R\$45.033 (R\$45.095 em 31 de dezembro de 2015).

Resolução 4131 – Scotiabank e Bank of America

Entre 10 de novembro e 23 de dezembro de 2015 foram tomados empréstimos em moeda estrangeira (dólar) sob o amparo da Resolução 4131 do Banco Central do Brasil. O montante de US\$285 milhões foi contratado junto às instituições financeiras *Scotiabank* com taxa de 2,05% a.a. e *Bank of America* com taxa de Libor + 2% a.a., ambos com vencimentos de até 2 anos. Para cada uma destas operações, foram contratados derivativos para proteger dos riscos cambiais associados a esta dívida e, por serem *hedges* efetivos, foi adotada a metodologia de *hedge accounting*. Portanto, em 30 de junho de 2016 o risco coberto destes instrumentos foi reconhecido no balanço pelo seu valor justo nesta data.

20.a.2) Financiamento - Fornecedores

A Companhia mediante acordos bilaterais com fornecedores obteve extensão de prazos de pagamento de até 365 dias a um custo baseado na taxa CDI pré-fixada para os respectivos períodos com o custo líquido médio equivalente a 109,8%do CDI.

20.a.3) Arrendamento Financeiro

Arrendamentos mercantis financeiros, nos quais a Companhia e controladas obtêm os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado, são capitalizados no início do arrendamento pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Sobre os custos são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Notas Explicativas

Os contratos classificados como arrendamento mercantil financeiro na condição arrendatária, referem-se a: (i) aluguel de torres e *rooftops*, decorrentes de operações de venda e *leaseback* financeiro; (ii) aluguel de *sites* construídos na modalidade *Built to Suit* ("BTS") para instalação de antenas e outros equipamentos e meios de transmissão; (iii) aluguel de equipamentos de informática e; (iv) aluguel de infraestrutura e meios de transmissão associados à rede de transmissão de energia, interligando cidades nas regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil. O valor residual dos ativos mencionados foi mantido inalterado até momento da venda, sendo reconhecido um passivo correspondente ao valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato.

Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil estimada dos bens e a duração prevista do contrato de arrendamento.

Os saldos dos valores a pagar referente às transações descritas acima, contemplam os seguintes efeitos:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.16	31.12.15	30.06.16	31.12.15
Valor nominal a pagar	786.263	735.643	786.263	761.073
Despesa financeira não realizada	(466.780)	(464.113)	(466.780)	(464.389)
Valor presente a pagar	319.483	271.530	319.483	296.684
Circulante	39.286	32.291	39.286	36.089
Não circulante	280.197	239.239	280.197	260.595

A seguir, apresentamos o cronograma dos valores a pagar do arrendamento mercantil em 30 de junho de 2016:

	Controladora		Consolidado	
	Valor nominal a pagar	Valor presente a pagar	Valor nominal a pagar	Valor presente a pagar
Até um ano	42.617	39.286	42.617	39.286
Mais de um ano até cinco anos	168.549	119.074	168.549	119.074
Mais de cinco anos	575.097	161.123	575.097	161.123
Total	786.263	319.483	786.263	319.483

Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

20.a.4) Contraprestação Contingente

Como parte do Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças assinado entre a Companhia e a Vivendi para a aquisição da totalidade das ações de emissão da GVTPart, foi acordada uma contraprestação contingente relativa ao depósito judicial efetuado pela GVT pelas parcelas mensais do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a amortização do ágio, decorrente do processo de reestruturação societária concluído pela GVT em 2013. Em setembro de 2014, a GVT solicitou o cancelamento do recurso judicial e a devolução do montante depositado.

Caso a GVT tenha êxito em levantar (reembolsar, restituir, compensar) este recurso, o mesmo será devolvido à Vivendi, desde que seja decorrente de uma decisão não apelável (trânsito em julgado). O prazo para essa devolução é de até 15 anos.

O montante apurado na data efetiva da aquisição do controle da GVTPart (nota 3) era de R\$344.217, registrado como "Depósitos Judiciais, não circulante". Este montante está sujeito à atualização monetária mensal, utilizando o índice SELIC.

20.b) Debêntures

A seguir descrevemos algumas informações das debêntures vigentes em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

Notas Explicativas

Emissão	Controladora / Consolidado											
	Informações em 30 de junho de 2016						30.06.15			31.12.15		
	Data de emissão	Data de vencimento	Quantidades		Valor da emissão	Remuneração a.a.	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
4ª emissão – Série 3 (1)	15/10/09	15/10/19	810.000	23.557	810.000	IPCA+4,00%	1.032	35.734	36.766	292	33.172	33.464
1ª emissão – Minas Comunica (2)	17/12/07	05/07/21	5.550	5.550	55.500	IPCA+0,50%	-	95.886	95.886	-	91.608	91.608
3ª emissão (3)	10/09/12	10/09/17	200.000	200.000	2.000.000	100% do CDI + 0,75%	87.182	1.999.145	2.086.327	87.217	1.999.645	2.086.862
4ª emissão (4)	25/04/13	25/04/18	130.000	130.000	1.300.000	100% do CDI + 0,68%	34.129	1.299.444	1.333.573	33.415	1.299.365	1.332.780
Total							122.343	3.430.209	3.552.552	120.924	3.423.790	3.544.714

- (1) Emissão de 3 séries, públicas, simples, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais da espécie quirográfica. A 1ª série (98.000 debêntures) e a 2ª série (640.000 debêntures), foram resgatadas e canceladas em 14 de novembro de 2014 e 13 de novembro de 2015, respectivamente. No processo de repactuação da 3ª série, a Companhia recomprou parcialmente 48.443 debêntures, mantendo-as em tesouraria para posterior cancelamento. Os recursos obtidos foram destinados ao pagamento integral do valor principal da dívida representada pela 6ª emissão de notas promissórias comerciais e para reforço do capital de giro.
- (2) Emissão de 3 séries, públicas, simples, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais da espécie quirográfica. Debêntures subscrita pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais no âmbito do Programa Minas Comunica, visando o atendimento com o SMP a 134 localidades do Estado.
- (3) Série Única, pública, simples, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais da espécie quirográfica. Os recursos obtidos foram destinados para investimentos na telefonia móvel 4G (especificamente para a liquidação das licenças adquiridas no leilão 4G) e para a manutenção da liquidez e prolongamento de outras dívidas contraídas.
- (4) Série Única, pública, simples, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais da espécie quirográfica. Os recursos obtidos foram destinados para a amortização de dívidas, ao Capex de projetos desenvolvidos e reforço de liquidez.

Os custos de transação associados aos itens (3) e (4) descritos acima, cujo montante em 30 de junho de 2016 era de R\$689 (R\$990 em 31 de dezembro de 2015), foram apropriados em conta redutora do passivo como custos a incorrer e estão sendo reconhecidos como despesas financeiras, conforme os prazos contratuais desta emissão.

20.c) Cronograma de Pagamentos

Os montantes não circulantes de empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil, debêntures e contraprestação contingente em 30 de junho de 2016 tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Controladora / Consolidado				
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamento financeiro	Contraprestação contingente	Total
2017	972.763	2.000.000	35.095	-	3.007.858
2018	826.502	1.354.261	32.877	-	2.213.640
2019	622.135	49.609	29.476	-	701.220
2020	237.771	13.875	21.626	-	273.272
2021 em diante	220.138	12.464	161.123	393.948	787.673
Total	2.879.309	3.430.209	280.197	393.948	6.983.663

20.d) Cláusulas Restritivas

Existem empréstimos e financiamentos contratados junto ao BNDES (nota 20.a) e debêntures (todas as descritas na nota 20.b) possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de quebra de contrato. A quebra de contrato prevista nos acordos efetuados com as instituições listadas acima é caracterizada por descumprimento de *covenants* (apurados trimestralmente, semestralmente ou anualmente), descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato.

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 todos os índices econômicos e financeiros previstos nos contratos vigentes foram atingidos.

20.e) Garantias

Em 30 de junho de 2016, foram dadas garantias para parte dos empréstimos e financiamentos, conforme quadro a seguir:

Notas Explicativas

Credores	Saldos	Garantias
BNDES	R\$1.092.494 (URTJLP) R\$427.983 (UMBND) R\$181.074 (PSI) -----	<ul style="list-style-type: none"> • Contrato (2011): Garantia em recebíveis correspondente a 15% do saldo devedor ou quatro vezes o valor da maior prestação, o que for superior. • Contrato PSI (Pré): alienação dos ativos financiados.
	R\$1.072.222 (URTJLP) R\$157.437 (UMSELIC) R\$33.908 (UMIPCA) R\$121.317 (Pré)	
BNB	R\$21.611 -----	<ul style="list-style-type: none"> • Fiança bancária concedida pelo Banco Bradesco no montante equivalente a 100% do saldo devedor do financiamento. • Constituição de um fundo de liquidez representado por aplicações financeiras no montante equivalente a três parcelas de amortização, referenciada pela prestação média pós-carência. Saldos de R\$30.939 e R\$29.010 em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, respectivamente.
	R\$45.033	

20.f) Movimentação

A seguir, apresentamos a movimentação dos empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento financeiro e contraprestação contingente.

Notas Explicativas

	Controladora					Total
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamento financeiro	Financiamento Fornecedores	Contraprestação contingente	
Saldo em 31.12.14	3.402.253	4.166.663	230.344	-	-	7.799.260
Ingressos	12.580	-	40.045	-	-	52.625
Subvenção governamental (nota 19)	(1.606)	-	-	-	-	(1.606)
Encargos financeiros	135.451	254.802	18.881	-	7.692	416.826
Custos de emissão	-	248	-	-	-	248
Variação cambial	149.197	-	-	-	-	149.197
Baixas (pagamentos)	(1.369.243)	(234.978)	(12.860)	-	-	(1.617.081)
Combinação de negócios (nota 3)	-	-	-	-	344.217	344.217
Saldo em 30.06.15	2.328.632	4.186.735	276.410	-	351.909	7.143.686
Ingressos	1.102.630	-	9.585	1.113.267	-	2.225.482
Encargos financeiros	49.075	274.210	2.129	18.911	25.812	370.137
Custos de emissão	-	247	-	-	-	247
Variação cambial	138.476	-	-	-	-	138.476
Baixas (pagamentos)	(428.284)	(916.478)	(16.594)	(18.934)	-	(1.380.290)
Saldo em 31.12.15	3.190.529	3.544.714	271.530	1.113.244	377.721	8.497.738
Ingressos	-	-	2.675	172.933	-	175.608
Encargos financeiros	196.549	239.993	37.892	16.744	16.227	507.405
Custos de emissão	-	247	-	-	-	247
Variação cambial	(289.009)	-	-	-	-	(289.009)
Baixas (pagamentos)	(519.024)	(232.402)	(14.689)	(1.053.283)	-	(1.819.398)
Incorporação (nota 1c)	1.532.666	-	22.075	-	-	1.554.741
Saldo em 30.06.16	4.111.711	3.552.552	319.483	249.638	393.948	8.627.332

	Consolidado					Total
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamento financeiro	Financiamento Fornecedores	Contraprestação contingente	
Saldo em 31.12.14	3.402.253	4.166.663	230.344	-	-	7.799.260
Ingressos	12.580	-	40.045	-	-	52.625
Subvenção governamental (nota 19)	(1.606)	-	-	-	-	(1.606)
Encargos financeiros	167.183	254.802	18.881	1.019	7.692	449.577
Custos de emissão	-	248	-	-	-	248
Variação cambial	343.859	-	-	-	-	343.859
Baixas (pagamentos)	(4.262.842)	(234.978)	(12.860)	-	-	(4.510.680)
Combinação de negócios (nota 3)	6.887.448	-	-	169.581	344.217	7.401.246
Saldo em 30.06.15	6.548.875	4.186.735	276.410	170.600	351.909	11.534.529
Ingressos	1.272.630	-	34.739	1.132.357	-	2.439.726
Encargos financeiros	141.067	274.210	2.129	28.224	25.812	471.442
Custos de emissão	-	247	-	-	-	247
Variação cambial	817.520	-	-	-	-	817.520
Baixas (pagamentos)	(4.006.603)	(916.478)	(16.594)	(102.499)	-	(5.042.174)
Saldo em 31.12.15	4.773.489	3.544.714	296.684	1.228.682	377.721	10.221.290
Ingressos	-	-	2.675	172.933	-	175.608
Encargos financeiros	236.176	239.993	38.653	16.849	16.227	547.898
Custos de emissão	-	247	-	-	-	247
Variação cambial	(289.009)	-	-	-	-	(289.009)
Baixas (pagamentos)	(608.945)	(232.402)	(18.529)	(1.168.826)	-	(2.028.702)
Saldo em 30.06.16	4.111.711	3.552.552	319.483	249.638	393.948	8.627.332

Notas Explicativas

21) OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	30.06.16	31.12.15	30.06.16	31.12.15
Licenças de autorização (1)	1.025.720	952.651	1.025.720	952.651
Grupamento e fracionamento de ações (2)	32.088	32.252	32.088	32.252
Obrigações com partes relacionadas (nota 29)	186.887	181.337	128.923	121.986
Ônus de renovação de licenças (3)	174.496	151.496	174.496	151.496
Retenções de terceiros (4)	136.026	173.154	140.946	196.626
Valores a restituir a assinantes	144.414	110.205	146.555	113.354
Permuta de fibras ópticas e PPDUR (5)	12.598	-	12.598	18.560
Outras obrigações	83.701	67.625	113.554	89.654
Total	1.795.930	1.668.720	1.774.880	1.676.579
Circulante	1.523.190	1.006.901	1.515.517	1.010.657
Não circulante	272.740	661.819	259.363	665.922

- (1) Refere-se à parcela de responsabilidade da Companhia decorrente do contrato assinado junto à ANATEL, onde as operadoras vencedoras deste leilão constituíram a EAD, empresa responsável pela operacionalização de forma isonômica de todos os procedimentos de redistribuição de canais de TV e RTV e das soluções para os problemas de interferência prejudicial nos sistemas de radiocomunicação.
- (2) Refere-se ao crédito disponibilizado para os acionistas beneficiários das sobras de ações (ordinárias e preferencias) decorrentes de processos de grupamento e fracionamento das ações do capital social da Companhia e de sociedades incorporadas.
- (3) Refere-se ao ônus para a renovação das licenças do STFC e SMP.
- (4) Refere-se às retenções sobre folha de pagamento e de tributos retidos na fonte sobre juros sobre o capital próprio e sobre prestação de serviços.
- (5) Permuta de fibra óptica: refere-se ao recebimento de cabo de fibras ópticas, instalados na região sul do Brasil. O montante original desse contrato foi registrado no ativo imobilizado. A realização dessa obrigação ocorre pela prestação de serviços no prazo contratual de 17 anos, desde o ano de 2002, não havendo incidência de juros sobre o saldo remanescente. O saldo total a pagar em 30 de junho de 2016 era de R\$6.367 (R\$7.717 em 31 de dezembro de 2015).

Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (PPDUR): A legislação de telecomunicações previa que o preço pago por uma Licença-Espelho incluía o direito de utilizar as frequências necessárias para cumprir as metas de expansão durante 20 anos, sem custo adicional. Entretanto, a ANATEL incluiu na licitação das Empresas-Espelho da Região II disposição prevendo que, se o preço pago pelo vencedor for menor do que o preço da utilização das frequências, a diferença deveria ser paga pelo vencedor. Em novembro de 2014, após discussões judiciais entre a GVT e ANATEL, foi concedido e deferido o REFIS com desconto de R\$16.217, finalizando um montante a pagar de R\$18.530, sendo quitado 15% do parcelamento (R\$ 2.780) e o saldo remanescente foi acordado em 30 parcelas. O saldo total a pagar em 30 de junho de 2016 era de R\$6.231 (R\$10.843 em 31 de dezembro de 2015).

22) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social realizado em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 era de R\$63.571.416. O capital subscrito e integralizado era representado por ações sem valor nominal, assim distribuído:

Notas Explicativas

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total Geral	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%, inclui ações em tesouraria
Acionistas						
Grupo Controlador	540.033.264	94,47%	704.207.855	62,91%	1.244.241.119	73,58%
Telefônica Internacional S.A.	46.746.635	8,18%	360.532.578	32,21%	407.279.213	24,09%
Telefônica S.A.	198.207.608	34,67%	305.122.195	27,26%	503.329.803	29,76%
SP Telecomunicações Participações Ltda	294.158.155	51,46%	38.537.435	3,44%	332.695.590	19,67%
Telefônica Chile S.A.	920.866	0,16%	15.647	0,00%	936.513	0,06%
Acionistas não controladores	29.320.789	5,13%	415.132.117	37,09%	444.452.906	26,28%
Outros acionistas	29.320.789	5,13%	415.132.117	37,09%	444.452.906	26,28%
Total de ações em circulação	569.354.053	99,60%	1.119.339.972	100,00%	1.688.694.025	99,86%
Ações em tesouraria	2.290.164	0,40%	734	0,00%	2.290.898	0,14%
Total de ações	571.644.217	100,00%	1.119.340.706	100,00%	1.690.984.923	100,00%

Valor Patrimonial por ação em circulação:

Em 30.06.16	R\$	40,46
Em 31.12.15	R\$	40,60

Segundo o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 1.850.000.000 (um bilhão, oitocentos e cinquenta milhões) de ações. O Conselho de Administração é o órgão competente para deliberar sobre o aumento e a consequente emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado.

Não obstante, a Lei das Sociedades Anônimas - Lei nº 6.404/76; artigo 166; IV – estabelece que o capital social possa ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária convocada para decidir sobre a reforma do Estatuto Social, caso a autorização para o aumento esteja esgotada.

Não há obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre o número de ações de cada espécie, observando-se, entretanto, que o número de ações preferenciais, sem direito a voto ou com voto restrito, não poderá ultrapassar 2/3 das ações emitidas.

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto nas hipóteses previstas nos artigos 9 e 10 do Estatuto Social, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital, sem prêmio e no recebimento de dividendo 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária, conforme disposto no artigo 7º do Estatuto Social da Companhia e no inciso II do parágrafo 1º do artigo 17 da Lei nº 6.404/76.

Ainda é concedido às ações preferenciais direito de voto pleno, quando a Companhia deixar de pagar os dividendos mínimos a que fazem jus, por 3 exercícios sociais consecutivos, direito que conservarão até o seu pagamento.

b) Prêmio na Aquisição de Participação Societária

De acordo com as práticas contábeis brasileiras anteriores à adoção do IFRS/CPC, um ágio era registrado quando da aquisição de ações por valores superiores aos valores contábeis, gerado pela diferença entre o valor contábil das ações adquiridas e o valor justo da transação. Com a adoção do IAS 27R (IFRS 10 a partir de 2013)/CPCs 35 e 36, os efeitos de todas as transações de aquisição de ações de acionistas não controladores passaram a ser registrados no patrimônio líquido quando não houver alteração no controle acionário. Consequentemente, tais transações deixaram de gerar ágio ou resultados e os ágios previamente gerados nas aquisições de acionistas não controladores, foram ajustados em contrapartida ao patrimônio líquido da Companhia.

O saldo desta rubrica em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 era de R\$75.388.

c) Reservas de Capital

c.1) Outras Reservas de Capital

Esta rubrica inclui o montante de R\$63.074, referente ao benefício fiscal gerado pela incorporação da Telefônica Data do Brasil Ltda. que será capitalizado em favor do acionista controlador após a realização do crédito fiscal, nos termos da Instrução CVM 319/99.

Notas Explicativas

Inclui também, o montante de R\$1.372.683, referente ao excesso do valor na emissão ou capitalização, em relação ao valor básico da ação na data de emissão e os custos diretos (líquidos de tributos) relacionados a aumentos de capital ocorridos durante o exercício de 2015.

O saldo desta rubrica em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 era de R\$1.435.757.

c.2) Ações em Tesouraria

Representam as ações da Companhia mantidas em tesouraria, provenientes do processo de aquisição e incorporação de ações da GVTPart., encerrado em 30 de junho de 2015. Os acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia que manifestaram a sua dissidência com relação à aquisição da GVTPart. (nota 3), bem como a incorporação de ações da GVTPart. pela Companhia e consequente conversão da GVTPart. em subsidiária integral da Companhia, tiveram o direito de se retirar da Companhia, mediante o reembolso do valor das ações de que comprovadamente eram titulares em 19 de setembro de 2014 (inclusive).

Em decorrência deste processo, a Companhia efetuou o pagamento de R\$87.805 aos acionistas que exerceram o direito de recesso, incluindo no caso de acionistas que solicitaram o levantamento de balanço especial, representando 2.290.989 ações, sendo 2.290.164 ações ordinárias e 734 ações preferenciais.

O saldo desta rubrica em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 era de R\$87.805.

d) Reservas de Lucro

d.1) Reserva Legal

Esta reserva é constituída obrigatoriamente pela Companhia à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A Reserva Legal somente poderá ser utilizada para aumento do capital social e para compensar prejuízos acumulados.

O saldo desta rubrica em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 era de R\$1.703.643.

d.2) Reserva Especial para Expansão e Modernização

Em conformidade com o artigo nº 196 da Lei nº 6.404/76 e, baseado em orçamento de capital, submetido e aprovado pela Assembleia Geral dos Acionistas, em 28 de abril de 2016, a Companhia constituiu a reserva especial para expansão e modernização no montante de R\$700.000, a qual será utilizada para o custeio parcial do orçamento de capital para o exercício de 2016.

O saldo desta rubrica em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 era de R\$700.000.

d.3) Reserva para Incentivos Fiscais

A Companhia possui benefícios fiscais relativos ao ICMS nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, referente a créditos outorgados junto aos órgãos competentes dos referidos estados, vinculados a investimentos na instalação de equipamentos de suporte ao SMP, em pleno funcionamento e operação, de acordo com as normas em vigor, que assegurem que as localidades relacionadas no edital, sejam inseridas na área de cobertura do SMP.

A parcela destes benefícios fiscais foi excluída do cálculo dos dividendos, podendo vir a ser utilizada somente nos casos de aumento de capital ou de absorção de prejuízos.

O saldo desta rubrica em 30 de junho de 2016 era de R\$11.810 (R\$6.928 em 31 de dezembro de 2015).

Notas Explicativas

e) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

e.1) Dividendo Adicional Proposto do Exercício de 2015

Em 28 de abril de 2016, a Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) da Companhia aprovou a destinação de dividendos adicionais propostos do exercício de 2015, ainda não distribuídos, no montante de R\$1.287.223, equivalente a R\$0,71487468232 e R\$0,78636215055 para as ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se achavam inscritos nos registros da Companhia ao final do dia da AGO. O montante será pago até o final do exercício de 2016, em data a ser definida pela Diretoria.

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2015 era de R\$1.287.223.

e.2) Juros sobre o Capital Próprio Intermediários

Em reuniões do Conselho de Administração da Companhia foram aprovadas as destinações de juros sobre o capital próprio intermediários que, conforme previsto no artigo 27, parágrafo único do Estatuto Social da Companhia, serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social de 2016, conforme segue:

Natureza	Datas			Valor Bruto			Valor Líquido			Valor por Ação (1)	
	Aprovação	Crédito	Início do Pagamento	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais
JSCP	19/02/2016	29/02/2016	Até 31/12/17	63.239	136.761	200.000	53.753	116.247	170.000	0,094411	0,103853
JSCP	18/03/2016	31/03/2016	Até 31/12/17	106.559	230.441	337.000	90.575	195.875	286.450	0,159083	0,174992
JSCP	18/04/2016	29/04/2016	Até 31/12/17	69.563	150.437	220.000	59.129	127.871	187.000	0,103853	0,114238
JSCP	17/06/2016	30/06/2016	Até 31/12/17	50.908	110.092	161.000	43.272	93.578	136.850	0,076001	0,083601
Total		Total		290.269	627.731	918.000	246.729	533.571	780.300		

(1) Valores calculados e apresentados líquidos de imposto de renda retido na fonte.

e.3) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Prescritos

Conforme o artigo nº 287, inciso II, item “a” da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados pelos acionistas prescrevem em 3 anos, contados a partir da data do início de pagamento. A Companhia reverte o valor de dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição.

Durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, a Companhia reverteu o valor de dividendos prescritos no montante de R\$66.060.

f) Outros Resultados Abrangentes

Instrumentos financeiros disponíveis para venda: Refere-se às variações de valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda.

Operações com derivativos: Refere-se à parte efetiva dos *hedges* de fluxo de caixa até a data do balanço.

Diferença de conversão de investimentos no exterior: Refere-se às diferenças cambiais oriundas da conversão das demonstrações financeiras da Aliança (controlada em conjunto).

A seguir, apresentamos a movimentação de outros resultados abrangentes líquida dos tributos:

Notas Explicativas

	Consolidado				
	Instrumentos financeiros disponíveis para venda	Operações com derivativos	Diferença de conversão de investimentos no exterior	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 31.12.14	(7.702)	227.821	12.346	-	232.465
Variação cambial	-	-	5.210	-	5.210
Ganhos de contratos futuros	-	154.953	-	-	154.953
Reclassificação dos ganhos com <i>Cash Flow Hedge</i> para ágio	-	(377.373)	-	-	(377.373)
Perdas em ativos financeiros disponíveis para venda	(517)	-	-	(695)	(1.212)
Saldos em 30.06.15	(8.219)	5.401	17.556	(695)	14.043
Variação cambial	-	-	16.469	-	16.469
Perdas de contratos futuros	-	(5.022)	-	-	(5.022)
Ganhos (perdas) em ativos financeiros disponíveis para venda	(717)	-	-	695	(22)
Saldos em 31.12.15	(8.936)	379	34.025	-	25.468
Variação cambial	-	-	(14.522)	-	(14.522)
Perdas de contratos futuros	-	(11.403)	-	-	(11.403)
Perdas em ativos financeiros disponíveis para venda	(114)	-	-	-	(114)
Saldos em 30.06.16	(9.050)	(11.024)	19.503	-	(571)

g) Programa de Recompra de Ações da Companhia

Em reunião realizada em 9 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia, em conformidade com o artigo nº 17, inciso XV do Estatuto Social, aprovou o programa de recompra de ações ordinárias e preferenciais de emissão da própria Companhia, nos termos da instrução CVM nº 567, de 17 de setembro de 2015, que tem como objetivo a aquisição de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia para posterior cancelamento, alienação ou manutenção em tesouraria, sem redução do capital social.

Até 30 de junho de 2016 não ocorreu aquisições de ações dentro do programa de recompra de ações da Companhia para permanência em tesouraria, para posterior alienação e/ou cancelamento.

23) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	30.06.16	30.06.15	30.06.16	30.06.15
Receita operacional bruta	15.373.234	12.778.716	28.046.982	25.543.813
Serviços de Telecomunicações (1)	14.589.133	11.839.213	26.497.196	23.739.730
Venda de mercadorias e aparelhos	784.101	939.503	1.549.786	1.804.083
Deduções da receita operacional bruta	(5.460.593)	(4.363.840)	(9.776.228)	(8.707.656)
Serviços de Telecomunicações	(4.986.191)	(3.807.934)	(8.838.052)	(7.626.255)
Tributos	(3.616.190)	(3.011.242)	(6.741.724)	(6.012.862)
Descontos concedidos	(1.370.001)	(796.692)	(2.096.328)	(1.613.393)
Venda de mercadorias e aparelhos	(474.402)	(555.906)	(938.176)	(1.081.401)
Tributos	(140.958)	(138.123)	(279.093)	(264.402)
Descontos concedidos e devoluções	(333.444)	(417.783)	(659.083)	(816.999)
Receita operacional líquida	9.912.641	8.414.876	18.270.754	16.836.157

Notas Explicativas

	Consolidado			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	30.06.16	30.06.15	30.06.16	30.06.15
Receita operacional bruta	16.036.408	15.185.920	32.035.053	28.621.851
Serviços de Telecomunicações (1)	15.207.458	14.182.864	30.404.858	26.697.566
Venda de mercadorias e aparelhos	828.950	1.003.056	1.630.195	1.924.285
Deduções da receita operacional bruta	(5.526.359)	(5.223.795)	(11.093.608)	(9.676.648)
Serviços de Telecomunicações	(5.048.229)	(4.660.491)	(10.148.955)	(8.582.412)
Tributos	(3.678.290)	(3.389.976)	(7.374.285)	(6.493.846)
Descontos concedidos	(1.369.939)	(1.270.515)	(2.774.670)	(2.088.566)
Venda de mercadorias e aparelhos	(478.130)	(563.304)	(944.653)	(1.094.236)
Tributos	(144.686)	(145.521)	(285.570)	(277.237)
Descontos concedidos e devoluções	(333.444)	(417.783)	(659.083)	(816.999)
Receita operacional líquida	10.510.049	9.962.125	20.941.445	18.945.203

(1) Os montantes de contratos de *swap* de infraestrutura, enquadrados no conceito de agente e principal (CPC 30 e IAS 18), que não estão sendo divulgados como custos e receitas para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2016 e 2015 foram de R\$163.854 e R\$91.555, respectivamente (nota 24). Incluem serviços de telefonia, uso de rede e interconexão, serviços de dados e SVAs, TV por assinatura e outros serviços.

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2016 e 2015.

Todos os valores que compõem as receitas líquidas integram a base para o cálculo de imposto de renda e contribuição social.

24) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora							
	Períodos de seis meses findos em							
	30.06.16				30.06.15			
	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total
Pessoal	(260.587)	(535.083)	(194.371)	(990.041)	(122.887)	(403.959)	(93.843)	(620.689)
Serviços de terceiros	(1.234.947)	(1.528.849)	(282.430)	(3.046.226)	(966.698)	(1.488.222)	(218.110)	(2.673.030)
Interconexão e uso de rede	(446.048)	-	-	(446.048)	(614.547)	-	-	(614.547)
Publicidade e propaganda	-	(290.610)	-	(290.610)	-	(258.836)	-	(258.836)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão (1)	(582.074)	(29.020)	(54.765)	(665.859)	(442.801)	(33.208)	(45.100)	(521.109)
Impostos, taxas e contribuições	(474.483)	(1.556)	(17.924)	(493.963)	(437.187)	(1.144)	(10.830)	(449.161)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	-	(300.963)	-	(300.963)	-	(238.883)	-	(238.883)
Depreciação e amortização (2)	(1.475.397)	(360.586)	(111.161)	(1.947.144)	(1.093.290)	(234.409)	(84.201)	(1.411.900)
Custo das mercadorias vendidas	(505.068)	-	-	(505.068)	(596.130)	-	-	(596.130)
Materiais e outros custos e despesas operacionais	(28.546)	(46.149)	(19.577)	(94.272)	(30.355)	(28.317)	(4.608)	(63.280)
Total	(5.007.150)	(3.092.816)	(680.228)	(8.780.194)	(4.303.895)	(2.686.978)	(456.692)	(7.447.565)

	Controladora							
	Períodos de seis meses findos em							
	30.06.16				30.06.15			
	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total
Pessoal	(395.002)	(958.434)	(305.903)	(1.659.339)	(239.855)	(821.211)	(193.595)	(1.254.661)
Serviços de terceiros	(2.210.812)	(2.938.365)	(564.918)	(5.714.095)	(1.889.301)	(2.924.618)	(412.730)	(5.226.649)
Interconexão e uso de rede	(976.514)	-	-	(976.514)	(1.308.567)	-	-	(1.308.567)
Publicidade e propaganda	-	(459.554)	-	(459.554)	-	(461.902)	-	(461.902)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão (1)	(1.053.846)	(69.413)	(92.140)	(1.215.399)	(875.415)	(69.490)	(89.219)	(1.034.124)
Impostos, taxas e contribuições	(892.887)	(2.691)	(31.731)	(927.309)	(904.741)	(2.072)	(7.467)	(914.280)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	-	(577.628)	-	(577.628)	-	(543.545)	-	(543.545)
Depreciação e amortização (2)	(2.596.780)	(588.970)	(203.842)	(3.389.592)	(2.179.125)	(462.026)	(169.747)	(2.810.898)
Custo das mercadorias vendidas	(999.666)	-	-	(999.666)	(1.146.086)	-	-	(1.146.086)
Materiais e outros custos e despesas operacionais	(38.894)	(80.121)	(20.345)	(139.360)	(49.767)	(84.277)	(4.975)	(139.019)
Total	(9.164.401)	(5.675.176)	(1.218.879)	(16.058.456)	(8.592.857)	(5.369.141)	(877.733)	(14.839.731)

Notas Explicativas

Consolidado								
Períodos de três meses findos em								
	30.06.16				30.06.15			
	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total
Pessoal	(271.761)	(542.089)	(198.312)	(1.012.162)	(187.811)	(460.687)	(124.554)	(773.052)
Serviços de terceiros	(1.464.710)	(1.517.469)	(294.542)	(3.276.721)	(1.312.079)	(1.563.870)	(251.060)	(3.127.009)
Interconexão e uso de rede	(451.247)	-	-	(451.247)	(634.112)	-	-	(634.112)
Publicidade e propaganda	-	(290.610)	-	(290.610)	-	(296.196)	-	(296.196)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão (1)	(584.769)	(29.243)	(54.970)	(668.982)	(498.653)	(36.498)	(45.734)	(580.885)
Impostos, taxas e contribuições	(478.897)	(1.556)	(20.386)	(500.839)	(460.611)	(1.540)	(10.872)	(473.023)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	-	(317.043)	-	(317.043)	-	(284.797)	-	(284.797)
Depreciação e amortização (2)	(1.481.798)	(360.597)	(110.956)	(1.953.351)	(1.306.365)	(295.611)	(92.886)	(1.694.862)
Custo das mercadorias vendidas	(533.602)	-	-	(533.602)	(634.441)	-	-	(634.441)
Materiais e outros custos e despesas operacionais	(33.477)	(46.529)	(20.201)	(100.207)	(34.376)	(34.392)	(6.328)	(75.096)
Total	(5.300.261)	(3.105.136)	(699.367)	(9.104.764)	(5.068.448)	(2.973.591)	(531.434)	(8.573.473)

Consolidado								
Períodos de seis meses findos em								
	30.06.16				30.06.15			
	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total
Pessoal	(554.031)	(1.043.661)	(334.935)	(1.932.627)	(310.033)	(878.933)	(224.719)	(1.413.685)
Serviços de terceiros	(2.920.646)	(3.019.056)	(616.417)	(6.556.119)	(2.431.164)	(3.005.962)	(453.311)	(5.890.437)
Interconexão e uso de rede	(1.007.628)	-	-	(1.007.628)	(1.329.522)	-	-	(1.329.522)
Publicidade e propaganda	-	(511.316)	-	(511.316)	-	(499.262)	-	(499.262)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão (1)	(1.155.610)	(78.883)	(92.911)	(1.327.404)	(932.811)	(72.780)	(89.849)	(1.095.440)
Impostos, taxas e contribuições	(934.111)	(3.924)	(36.379)	(974.414)	(933.265)	(2.468)	(8.196)	(943.929)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	-	(661.433)	-	(661.433)	-	(609.212)	-	(609.212)
Depreciação e amortização (2)	(2.977.826)	(685.000)	(203.780)	(3.866.606)	(2.398.278)	(523.228)	(178.484)	(3.099.990)
Custo das mercadorias vendidas	(1.051.568)	-	-	(1.051.568)	(1.215.233)	-	-	(1.215.233)
Materiais e outros custos e despesas operacionais	(55.483)	(87.392)	(30.032)	(172.907)	(54.982)	(90.392)	(6.695)	(152.069)
Total	(10.656.903)	(6.090.665)	(1.314.454)	(18.062.022)	(9.605.288)	(5.682.237)	(961.254)	(16.248.779)

(1) Os montantes de contratos de swap de infraestrutura, enquadrados no conceito de agente e principal (CPC 30 e IAS 18), que não estão sendo divulgados como custos e receitas para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2016 e 2015 foram de R\$163.854 e R\$91.555, respectivamente (nota 23).

(2) Os montantes de 2016 incluem R\$5.774 referente a créditos de PIS e COFINS não cumulativos.

25) OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	Controladora			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	30.06.16	30.06.15	30.06.16	30.06.15
Multas e despesas recuperadas	110.861	110.336	239.266	196.097
Provisões trabalhistas, tributárias e cíveis	(247.782)	(230.478)	(484.150)	(445.953)
Resultado líquido na alienação/perdas de ativos (1)	(14.289)	6.587	465.647	(6.353)
Outras receitas (despesas) operacionais (2)	(7.307)	(11.950)	17.024	(14.476)
Total	(158.517)	(125.505)	237.787	(270.685)
Outras receitas operacionais	89.265	130.938	721.937	243.712
Outras despesas operacionais	(247.782)	(256.443)	(484.150)	(514.397)
Total	(158.517)	(125.505)	237.787	(270.685)

Notas Explicativas

	Consolidado			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	30.06.16	30.06.15	30.06.16	30.06.15
Multas e despesas recuperadas	111.190	123.015	259.853	209.134
Provisões trabalhistas, tributárias e cíveis	(248.748)	(251.885)	(511.950)	(467.361)
Resultado líquido na alienação/perdas de ativos (1)	(13.831)	4.601	471.271	(7.370)
Outras receitas (despesas) operacionais (2)	(6.886)	(10.215)	23.646	(13.025)
Total	(158.275)	(134.484)	242.820	(278.622)
Outras receitas operacionais	90.473	146.631	754.770	260.457
Outras despesas operacionais	(248.748)	(281.115)	(511.950)	(539.079)
Total	(158.275)	(134.484)	242.820	(278.622)

(1) O montante do 1º trimestre de 2016, inclui R\$476.371 (líquidos dos valores residuais) referente à alienação de 1.655 torres de transmissão da Companhia para a Towerco Latam Brasil Ltda (nota 29). Após a transação de venda dos ativos, foi efetuado um contrato de aluguel de parte das torres alienados para dar continuidade às transmissões de dados necessárias para a prestação dos serviços de telefonia móvel.

A transação de venda e aluguel foi considerada como uma operação de *sale and leaseback* conforme previsto no IAS 17. O *leaseback* de cada um dos ativos alienados foi analisado pela Administração e classificado como *leasing* operacional ou financeiro, considerando os requisitos qualitativos e quantitativos previstos no IAS 17.

Os riscos e benefícios de tais torres foram repassados aos compradores, com exceção de torres cuja transferência de riscos e benefícios dependem do aceite técnico do comprador. Para tais itens o valor de venda foi reconhecido como receita diferida, líquido dos valores residuais (nota 19).

(2) Nesta mesma transação, descrita no item (1), a Companhia alienou a cessão de contratos vigentes de locação de terrenos e dos contratos de compartilhamento (carteira de clientes) pelo montante de R\$40.899 (nota 29).

26) RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	30.06.16	30.06.15	30.06.16	30.06.15
Receitas Financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	143.255	259.894	257.414	352.239
Juros ativos (clientes, tributos e outros)	17.648	15.377	35.007	34.854
Ganho com operações com derivativos	273.505	1.109.136	618.697	1.486.440
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos	203.383	66.052	403.915	66.648
Outras receitas com variações cambiais e monetárias	60.739	97.181	124.020	198.880
Outras receitas financeiras	579	20.579	7.657	42.732
Total	699.109	1.568.219	1.446.710	2.181.793
Despesas Financeiras				
Encargos de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro	(253.956)	(202.931)	(507.405)	(416.826)
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos	(54.619)	(42.864)	(114.906)	(215.845)
Perdas com operações com derivativos	(468.319)	(975.786)	(921.442)	(1.195.390)
Juros passivos (instituições financeiras, provisões, fornecedores, tributos e outros)	(54.951)	(56.945)	(164.214)	(97.114)
Outras despesas com variações cambiais e monetárias	(152.880)	(151.580)	(296.546)	(302.740)
IOF, Pis, Cofins e outras despesas financeiras	(42.643)	(82.708)	(66.903)	(146.429)
Total	(1.027.368)	(1.512.814)	(2.071.416)	(2.374.344)

Notas Explicativas

	Consolidado			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	30.06.16	30.06.15	30.06.16	30.06.15
Receitas Financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	157.745	290.531	297.630	408.122
Juros ativos (clientes, tributos e outros)	18.711	18.889	57.099	39.375
Ganho com operações com derivativos	273.505	1.109.747	618.697	1.487.051
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos	203.383	79.772	403.915	80.368
Outras receitas com variações cambiais e monetárias	63.193	106.719	122.463	209.409
Outras receitas financeiras	5.896	27.851	20.829	55.739
Total	722.433	1.633.509	1.520.633	2.280.064
Despesas Financeiras				
Encargos de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro	(253.955)	(235.682)	(547.898)	(449.577)
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos	(54.619)	(251.247)	(114.906)	(424.227)
Perdas com operações com derivativos	(468.319)	(1.005.224)	(921.442)	(1.224.828)
Juros passivos (instituições financeiras, provisões, fornecedores, tributos e outros)	(54.877)	(57.194)	(169.690)	(97.948)
Outras despesas com variações cambiais e monetárias	(152.649)	(156.754)	(294.854)	(310.170)
IOF, Pis, Cofins e outras despesas financeiras	(44.073)	(98.935)	(94.695)	(162.693)
Total	(1.028.492)	(1.805.036)	(2.143.485)	(2.669.443)

27) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia e controladas provisionam as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro mensalmente, obedecendo ao regime de competência, recolhendo os tributos por estimativa, com base em balancete de suspensão ou redução. As parcelas dos tributos calculadas sobre o lucro até o mês das ITRs são registradas no passivo ou no ativo, conforme o caso.

Conciliação da despesa tributária com a alíquota padrão

O quadro a seguir é uma reconciliação da despesa tributária apresentada no resultado e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária nominal de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social sobre o lucro) para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2016 e 2015.

	Controladora			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	30.06.16	30.06.15	30.06.16	30.06.15
Lucro antes dos tributos	840.040	1.020.213	2.275.759	1.860.642
Despesa referente ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a alíquota de 34%	(285.614)	(346.872)	(773.758)	(632.618)
Diferenças permanentes e temporárias				
Equivalência patrimonial, líquida dos efeitos dos juros sobre o capital próprio recebidos e da mais valia dos ativos líquidos adquiridos atribuídos à Companhia (nota 11)	43.087	41.821	153.129	111.334
Dividendos prescritos	-	(6.552)	-	(6.552)
Despesas indedutíveis, brindes e incentivos	(29.111)	(20.924)	(59.682)	(71.914)
Benefício fiscal relacionado aos juros sobre o capital próprio destinados	129.540	175.100	312.120	175.100
Outras (adições) exclusões	1.554	7.030	10.158	13.543
Débito tributário	(140.544)	(150.397)	(358.033)	(411.107)
Taxa efetiva	16,7%	14,7%	15,7%	22,1%
IRPJ e CSLL corrente	6.149	(42.670)	(260.057)	(341.041)
IRPJ e CSLL diferido	(146.693)	(107.727)	(97.976)	(70.066)

Notas Explicativas

	Consolidado			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	30.06.16	30.06.15	30.06.16	30.06.15
Lucro antes dos tributos	941.427	1.083.081	2.500.115	2.029.095
Despesa referente ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a alíquota de 34%	(320.085)	(368.248)	(850.039)	(689.892)
Diferenças permanentes e temporárias				
Equivalência patrimonial, líquida dos efeitos dos juros sobre o capital próprio recebidos e da mais valia dos ativos líquidos adquiridos atribuídos à Companhia (nota 11)	163	150	247	229
Dividendos prescritos	-	(6.552)	-	(6.552)
Despesas indedutíveis, brindes e incentivos	(29.370)	(23.061)	(61.555)	(74.761)
Benefício fiscal relacionado aos juros sobre o capital próprio destinados	129.540	175.100	312.120	175.100
Outras (adições) exclusões	(22.179)	9.346	16.838	16.316
Débito tributário	(241.931)	(213.265)	(582.389)	(579.560)
Taxa efetiva	25,7%	19,7%	23,3%	28,6%
IRPJ e CSLL corrente	(61.359)	(170.589)	(474.455)	(561.189)
IRPJ e CSLL diferido	(180.572)	(42.676)	(107.934)	(18.371)

As composições do ativo e passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre diferenças temporárias estão demonstradas na nota 7.2.

28) RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico e diluído por ação foi calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no exercício. Não foram realizadas operações que pudessem gerar a emissão de ações potenciais até a divulgação das ITRs consolidadas, não havendo, portanto, ajustes de efeitos diluidores inerentes a potenciais emissões de ações.

O quadro a seguir apresenta o cálculo do lucro por ação para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2016 e 2015:

	Controladora			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	30.06.16	30.06.15	30.06.16	30.06.15
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas detentores de ações:	699.496	869.816	1.917.726	1.449.535
Ordinárias	221.179	276.083	606.380	460.746
Preferenciais	478.317	593.733	1.311.346	988.789
Número de Ações:	1.688.694	1.455.482	1.688.694	1.290.294
Média ponderada das ações ordinárias em circulação durante o período	569.354	492.539	569.354	437.245
Média ponderada das ações preferenciais em circulação durante o período	1.119.340	962.943	1.119.340	853.049
Resultado básico e diluído por ação:				
Ações ordinárias	0,39	0,56	1,07	1,05
Ações preferenciais	0,43	0,62	1,17	1,16

29) TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos, com partes relacionadas decorrem de transações com empresas relacionadas com o grupo controlador, as quais foram realizadas em preços e demais condições comerciais acordadas em contrato entre as partes, e são como segue:

- Serviços de telefonia fixa e móvel, prestados as empresas do Grupo Telefônica;
- Serviços de TV digital, prestados pela Media Networks Latino América;
- Aluguel e manutenção de equipamento de segurança, prestados pela Telefônica Inteligência e Segurança Brasil;
- Serviços corporativos, repassados pelo custo efetivamente incorrido nesses serviços;

Notas Explicativas

- e) Serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas, prestados pela Telefónica Global Technology;
- f) Infraestrutura de transmissão internacional para diversos circuitos de dados e serviços de conexão, prestados pela Telefónica International Wholesale Brasil, Telefónica International Wholesale Services Espanha e Telefónica USA;
- g) Serviços de gestão administrativa (serviço financeiro, patrimônio, contabilidade e recursos humanos), prestados pela Telefônica Serviços Empresariais do Brasil;
- h) Serviços de operador logístico, mensageria e *motoboy*, prestados pela Telefônica Transportes e Logística. Os montantes do exercício de 2015, referem-se ao período de janeiro a outubro de 2015, mês em que esta empresa foi adquirida pela TData;
- i) Serviços de provedor de conteúdo, prestados pela Terra Networks Brasil;
- j) Serviços de comunicação de dados e soluções integradas, prestados para Telefónica International Wholesale Services Espanha e Telefónica USA;
- k) Serviços de chamada de longa distância e de *roaming* internacional, prestados por empresas pertencentes ao Grupo Telefónica;
- l) Reembolso de despesas e gastos diversos pela Companhia a serem reembolsados pelas empresas pertencentes ao Grupo Telefónica;
- m) *Brand Fee*, pela cessão de uso de direitos da marca pagos à Telefónica;
- n) Plano de ações aos colaboradores da Companhia e controladas, vinculado a aquisição de ações da Telefónica;
- o) *Cost Sharing Agreement* (CSA), reembolso de gastos referente ao negócio digital para a Telefónica Internacional e Telefónica Digital;
- p) Aluguel de prédios a empresas do Grupo Telefónica;
- q) *Financial Clearing House Roaming*, ingressos de fundos para pagamentos e recebimentos derivados da operação de *roaming* entre empresas do grupo Telefónica pela Telfisa;
- r) Soluções integrais de aprendizagem *on-line* para a Educação e Formação em modalidade *e-learning*;
- s) Operações de *factoring*, linha de financiamento para os serviços prestados pelos fornecedores do Grupo Telefónica;
- t) Investimento Social a Fundação Telefônica, utiliza tecnologias de forma inovadora para potencializar a aprendizagem e o conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento pessoal e social;
- u) Contratos de cessão de direito de uso de rede de dutos, serviços de locação de dutos para fibra ótica, contratos de ocupação de faixa de domínio com diversas concessionárias de rodovias prestados pela Companhia AIX;
- v) Plataforma Adquira Sourcing, solução *on-line* para a negociação de compra e venda de todo tipo de bens e serviços prestado pela Telefónica Compras Electrónicas;
- w) Midia Digital serviços de comercialização e exploração de Marketing Digital *in-store* e *outdoor* prestado pela Telefônica On The Spot Soluções Digitais Brasil;
- x) Operações de torres entre Telefonica Brasil e Towerco Latam Brasil;

A seguir, apresentamos um sumário dos saldos consolidados com partes relacionadas:

Notas Explicativas

		Balanco Patrimonial - Ativo							
		Em 30.06.16				Em 31.12.15			
		Ativo circulante			Ativo não circulante	Ativo circulante			Ativo não circulante
Empresas	Natureza da transação	Caixa e equivalentes de caixa	Contas a receber, líquidas	Outros ativos	Outros ativos	Caixa e equivalentes de caixa	Contas a receber, líquidas	Outros ativos	Outros ativos
		Controladoras							
SP Telecomunicações Participações	d) / l)	-	31	3.984	532	-	16	3.984	532
Telefônica Internacional	d) / l)	-	-	170.785	-	-	-	124.775	-
Telefônica	l)	-	-	71	9	-	-	3.248	6
Outras empresas do grupo									
Telefônica USA	j)	-	-	-	-	-	4.909	-	-
Telefônica Peru	k)	-	898	-	-	-	912	-	-
Telefônica Engenharia de Segurança do Brasil	a) / d) / l)	-	464	569	350	-	301	569	350
Telefônica Internacional Wholesale Services Brasil	a) / d) / k) / l)	-	11.910	4.310	76	-	10.416	172	76
Telefônica Internacional Wholesale Services Espanha	j) / k)	-	97.721	3.144	-	-	117.356	-	-
Telefônica Moviles Del Espanha	k)	-	7.059	-	-	-	15.555	-	-
Telefônica Serviços Empresariais do Brasil	a) / d) / l) / p)	-	2.934	592	1.940	-	4.357	1.681	3.236
Terra Networks Brasil	a) / d) / l)	-	6.700	8.828	46	-	4.651	7.440	46
Telefônica Global Technology	l)	-	1.589	14.398	-	-	1.934	9.353	-
Telefônica Learning Services Brasil	a)	-	100	-	-	-	58	-	-
Companhia AIX de Participações	a)	-	28	-	-	-	8	-	-
Telefônica Factoring do Brasil	a) / d)	-	523	4	20	-	4	4	13
Fundação Telefônica	a) / d) / l)	-	-	52	94	-	-	49	96
Colombia Telecomunicaciones ESP	k)	-	1.919	4.046	-	-	1.932	4.827	-
Telefônica Moviles Argentina	k)	-	3.823	-	-	-	2.057	-	-
Telefônica Moviles Del Chile	k)	-	9.064	350	-	-	8.708	417	-
Pegaso PCS	k)	-	5.155	-	-	-	5.175	-	-
Otocel	k)	-	500	-	-	-	123	-	-
Telefônica Moviles Del Uruguay	k)	-	728	-	-	-	916	-	-
Telefônica UK LTD.(O2 UK LTD)	k)	-	7.423	-	-	-	15.615	-	-
T.O2 Germany GMBH CO. OHG	k)	-	4.880	-	-	-	6.811	-	-
Telcel Telecom. Celulares C. A.	k)	-	2.539	-	-	-	2.530	-	-
Telfisa	q)	105.412	-	-	-	99.609	-	-	-
Towerco Latam Brasil (1)	x)	-	640	12.859	-	-	-	-	-
Outras	a) / d) / k) / l) / p) / w)	-	2.632	734	227	-	2.613	870	564
Total		105.412	169.260	224.726	3.294	99.609	206.941	157.389	4.919

		Balanco Patrimonial - Passivo					
		Em 30.06.16			Em 31.12.15		
		Passivo circulante		Passivo não circulante	Passivo circulante		Passivo não circulante
Empresas	Natureza da transação	Fornecedores e contas a pagar	Outras obrigações	Outras obrigações	Fornecedores e contas a pagar	Outras obrigações	Outras obrigações
		Controladoras					
SP Telecomunicações Participações	l)	-	-	57	-	-	57
Telefônica Internacional	l) / o)	51.451	-	-	63.280	-	-
Telefônica	l) m) / n)	485	76.875	-	898	86.596	-
Outras empresas do grupo							
Telefônica USA	f)	5.008	172	166	17.786	122	202
Telefônica Peru	k)	2.952	-	-	2.894	-	-
Telefônica Engenharia de Segurança do Brasil	c)	9.075	-	8	5.234	-	8
Telefônica Internacional Wholesale Services Brasil	d) / f) / l)	93.914	1.676	378	35.299	1.673	378
Telefônica Internacional Wholesale Services Espanha	f) / k)	7.634	30.472	-	16.501	19.208	-
Telefônica Moviles Del Espanha	k)	5.415	-	-	14.437	-	-
Telefônica Serviços Empresariais do Brasil	g) / l)	350	2.068	782	1.904	2.115	1.745
Terra Networks Brasil	i)	8.072	78	769	5.647	78	769
Telefônica Global Technology	e)	10.043	-	-	14.071	-	-
Telefônica Digital España	o)	37.847	-	-	30.311	-	-
Media Networks Latina America SAC	b)	15.220	-	-	45.866	-	-
Telefônica Learning Services Brasil	r)	16.271	-	-	10.607	-	-
Companhia AIX de Participações	u)	1.835	-	-	1.601	-	-
Telefônica Factoring do Brasil	s)	-	6.154	-	-	8.400	-
Fundação Telefônica	t)	-	-	289	-	22	266
Colombia Telecomunicaciones S.A. ESP	k)	2.238	-	-	1.500	-	-
Telefônica Compras Electrónicas	v)	33.088	-	-	14.738	-	-
Telefônica Moviles Argentina	k)	10.686	-	-	8.027	-	-
Telefônica Moviles Del Chile	k)	9.563	-	-	9.758	-	-
Pegaso PCS	k)	1.883	-	-	354	-	-
Otocel	k)	3.075	-	-	3.056	-	-
Telefônica Moviles Del Uruguay	k)	1.601	-	-	1.342	-	-
Telefônica UK LTD.(O2 UK LTD)	k)	3.543	-	-	4.800	-	-
T.O2 Germany GMBH CO. OHG	k)	6.207	-	-	991	-	-
Telcel Telecom. Celulares C. A.	k)	5.401	-	-	416	-	-
Towerco Latam Brasil (1)	x)	20.478	8.632	-	-	-	-
Outras	h) / k)	6.025	-	347	4.993	-	347
Total		317.424	49.252	2.739	252.133	31.618	3.715
		369.360	126.127	2.796	316.311	118.214	3.772

Notas Explicativas

Empresas	Demonstração dos Resultados		
	Períodos de seis meses findos em		
	Natureza da transação	30.06.16	30.06.15
Controladoras			
SP Telecomunicações Participações	d) / l)	27	(240)
Telefônica Internacional	d) / l) / o)	50.361	68.466
Telefônica	l) / m) / n)	(155.102)	(184.063)
		(104.714)	(115.837)
Outras empresas do grupo			
Telefônica USA	f) / j)	(3.931)	2.752
Telefônica Peru	k)	(378)	(317)
Telefônica Engenharia de Segurança do Brasil	a) / c) / d) / l)	(16.772)	(10.846)
Telefônica International Wholesale Services Brasil	a) / d) / f) / k) / l)	(129.031)	(111.556)
Telefônica International Wholesale Services Espanha	f) / j) / k)	(9.066)	8.937
Telefônica Moviles Del Espanha	k)	(2.223)	1.643
Telefônica Serviços Empresariais do Brasil	a) / d) / g) / l) / p)	1.031	(5.895)
Telefônica Transportes e Logística	a) / d) / h) / l) / p)	-	(27.336)
Terra Networks Brasil	a) / d) / i) / l)	(7.708)	1.238
Telefônica Global Technology, S.A.U.	e) / l)	(14.779)	(10.050)
Telefônica Digital Espanha	l) / o)	(15.535)	(25.334)
Media Networks Latina America SAC	b)	623	(15.934)
T. learning Services Brasil	a) / r)	(21.419)	(21.461)
Companhia AX de Participações	a) / u)	(10.288)	(9.608)
Telefônica Factoring do Brasil	a) / d) / s)	105	-
Fundação Telefônica	a) / d) / l) / t)	(5.160)	(6.616)
Colombia Telecomunicaciones S.A. ESP	k)	(2.421)	-
Telefônica Compras Electrónicas	v)	(31.323)	(2.034)
Telefônica Moviles Argentina	k)	(1.975)	(3.168)
Telefônica Moviles Del Chile	k)	87	-
Pegaso PCS	k)	(3.877)	-
Otocel	k)	(100)	-
Telefônica Moviles Del Uruguay	k)	(1.104)	(1.735)
Telefonica UK LTD.(O2 UK LTD)	k)	(1.041)	2.029
T.O2 Germany GMBH CO. OHG	k)	(5.305)	-
Telcel Telecom. Celulares C. A.	k)	(4.976)	-
Towerco Latam Brasil (1)	x)	(23.315)	-
Outras	a) / d) k) / l) / p) / w)	(4.317)	1.503
		(314.198)	(233.788)
Total		(418.912)	(349.625)

- (1) Em março de 2016, a Companhia celebrou um Contrato de Compra e Venda de Infraestrutura, de Cessão de Contratos de Locação, de Compartilhamento e Outras Avenças ("contrato") com a Towerco Latam Brasil Ltda (empresa controlada pela Telefônica). O objeto do contrato refere-se a compra e venda de 1.655 estruturas de torres, cessão dos contratos vigentes de locação de terrenos e dos contratos de compartilhamento. O valor total do contrato foi de R\$760.000, sendo este valor composto por R\$719.101 referentes às infraestruturas de torres e R\$40.899 referentes a carteira de clientes.

As condições do contrato foram elaboradas levando-se em conta a (i) transações anteriores de mesma natureza realizadas entre a Companhia e outras empresas do mercado; (ii) laudo de avaliação dos ativos objeto do contrato, realizado por ruma empresa especializada independente; e (iii) *business plan* interno demonstrando que a operação é rentável para a Companhia.

A seguir, demonstramos um resumo da transação descrita acima:

Impactos no Balanço Patrimonial		
Descrição	Grupo do Balanço Patrimonial	R\$ mil
Valor a receber da Towerco Latam Brasil Ltda	Créditos com partes relacionadas (1)	760.000
Valor da baixa dos valores residuais das torres	Ativo imobilizado (nota 12)	(99.210)
Valor das torres enquadradas como arrendamento financeiro	Arrendamento financeiro (nota 20)	2.674
Valor das torres aguardando condições contratuais para repasse	Receitas diferidas (nota 19)	140.846
Valor de IR, CS, PIS e Cofins, incidentes sobre torres a carteira de clientes	Impostos, taxas e contribuições (IR, CS, PIS e Cofins) (nota 16)	226.908
Valor de IR e CS diferidos	Tributos diferidos (IR e CS) (nota 7.2)	(48.539)
Valor do resultado líquido da transação	Resultado líquido da transação	338.901

- (1) Em 8 de abril de 2015, a Towerco Latam Brasil Ltda realizou a quitação do montante de R\$760.000 devido à Companhia referente a esta transação.

Notas Explicativas

Impactos na Demonstração dos Resultados		
Descrição	Grupo da DRE	R\$ mil
Valor da alienação das torres (exceto retenção e arrendamento financeiro)	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (nota 25)	575.580
Valor da baixa do valor residual	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (nota 25)	(99.210)
Valor da carteira de clientes	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (nota 25)	40.899
Valor de PIS e Cofins, incidentes sobre carteira de clientes	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (nota 25)	(3.783)
Efeito no resultado operacional		513.486
Valor de IR e CS, incidentes sobre torres a carteira de clientes	Imposto de renda e contribuição social (nota 27)	(174.585)
Efeito líquido no resultado da transação	Efeito líquido no resultado da transação	338.901

Remuneração dos Administradores

O montante de remuneração (consolidado) pago pela Companhia aos seus Conselheiros de Administração e Diretores Estatutários para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2016 e 2015 foi de R\$32.826 e R\$65.492, respectivamente. Destes montantes, R\$25.390 (R\$26.693 em 30 de junho de 2015) correspondem a salários, benefícios e encargos sociais e R\$7.436 (R\$38.799 em 30 de junho de 2015) a remuneração variável.

Estes montantes foram contabilizados como despesas de pessoal no grupo de Despesas Gerais e Administrativas (nota 24).

Para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2016 e 2015, nossos Conselheiros e Diretores não receberam quaisquer benefícios de pensão, aposentadoria ou similares.

30) SEGUROS

A política da Companhia e controladas, bem como do Grupo Telefónica, inclui a manutenção de cobertura de seguros para todos os ativos e responsabilidades de valores relevantes de alto risco, de acordo com o julgamento da Administração, seguindo orientações do programa corporativo da Telefónica.

Em 30 de junho de 2016, os limites máximos de indenização (estabelecidos conforme os contratos de cada sociedade consolidada pela Companhia) para os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes eram de R\$1.047.826 para riscos operacionais (com lucros cessantes) e R\$75.000 para responsabilidade civil geral (RCG).

31) PLANOS DE REMUNERAÇÃO BASEADOS EM AÇÕES

A controladora da Companhia, Telefónica, mantém diferentes planos de remuneração baseados no valor de cotação de suas ações, os quais foram oferecidos também a dirigentes e empregados de suas controladas, entre elas a Telefônica Brasil e controladas.

O valor justo das opções é estimado na data de concessão, com base em modelo binomial de precificação das opções que considera os prazos e condições da concessão dos instrumentos.

A Companhia e controladas reembolsam à Telefónica o valor justo do benefício entregue na data de concessão aos dirigentes e empregados.

Os principais planos em vigor em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 estão detalhados a seguir:

a) Plano Performance & Investment Plan ("PIP")

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefónica, celebrada em 18 de maio de 2011, aprovou um programa de longo prazo com o objetivo de premiar o compromisso, o desempenho destacado e o alto potencial de seus Diretivos em nível global com a atribuição de ações da Telefónica.

Os participantes não precisam pagar por suas ações iniciais atribuídas e poderão aumentar a quantidade de ações possíveis a receber no fim do plano se decidirem fazer um investimento conjunto em seu PIP. O co-investimento exige que o participante compre e mantenha até o final do ciclo o equivalente a 25% das ações iniciais atribuídas pela Telefónica. Sobre o co-investimento do participante a Telefónica incrementará as ações iniciais em mais 25%.

Notas Explicativas

A duração total inicialmente prevista do plano é de 3 anos. Os ciclos são independentes entre si. O número de ações é informado no início do ciclo e após o período de 3 anos da data da concessão, as ações serão transferidas para o participante se atingida a meta.

A entrega das ações está condicionada a: (i) manter uma relação de trabalho ativa no Grupo Telefónica na data de consolidação do ciclo; e (ii) ao atingimento de resultados que representem o cumprimento dos objetivos estabelecidos para o plano.

O nível de êxito está baseado na comparação da evolução da remuneração ao acionista, considerando cotação e dividendos (*Total Shareholder Return - TSR*) da ação da Telefónica, em relação à evolução dos TSRs das empresas do Grupo de Comparação pré-definido.

Em 2014 foi aprovada a extensão deste programa por mais 3 ciclos, com duração de 3 anos cada, iniciando em 1º de outubro de 2014 e se estenderá até 30 de setembro de 2017. O número de ações é informado no início do ciclo e após o período de 3 anos da data de concessão, sendo que as ações são transferidas para os participantes se atingida a meta de TSR.

O ciclo 2012-2015 foi finalizado em junho de 2015 e, com o atingimento do TSR, 68 executivos da Companhia tiveram o direito de receber 258.552 ações da Telefónica.

O ciclo 2013-2016 foi finalizado em junho de 2016 e não houve o atingimento do TSR, sendo assim, não houve entrega de ações da Telefónica aos executivos da Companhia.

Os próximos lançamentos estão programados da seguinte forma:

- Ciclo 2014-2017: finalizará em setembro de 2017, com 61 executivos (incluindo 2 executivos nomeados nos termos do Estatuto) da Companhia, tendo o direito potencial de receber 243.771 ações da Telefónica.
- Ciclo 2015-2018: finalizará em setembro de 2018, com 105 executivos (incluindo 3 executivos nomeados nos termos do Estatuto) da Companhia, tendo o direito potencial de receber 649.198 ações da Telefónica.

O número máximo de ações atribuído nos ciclos em aberto em 30 de junho de 2016 é o seguinte:

<u>Ciclos</u>	<u>Quantidade de ações iniciais + Co-Investimento (Executivos ativos)</u>	<u>Valor unitário em Euros - cotação em 30.06.16</u>	<u>Data da finalização</u>
4º ciclo 1º de outubro de 2014	243.771	8,46	30 de setembro de 2017
5º ciclo 1º de outubro de 2015	649.198	8,46	30 de setembro de 2018

b) Plano *Talent for the Future Share Plan* ("TFSP")

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefónica, celebrada em 2014, aprovou um programa de longo prazo com o objetivo de premiar o compromisso, o desempenho destacado e o alto potencial de seus Executivos em nível global com a atribuição de ações da Telefónica.

Os participantes não precisam pagar por suas ações iniciais atribuídas. A duração total inicialmente prevista do plano é de 3 anos. O início do ciclo foi em 1º de outubro de 2014 e se estenderá até 30 de setembro de 2017. O número de ações é informado no início do ciclo e após o período de 3 anos da data da concessão, as ações serão transferidas para o participante se atingida a meta.

A entrega das ações está condicionada a: (i) manter uma relação de trabalho ativa no Grupo Telefónica na data de consolidação do ciclo; e (ii) ao atingimento de resultados que representem o cumprimento dos objetivos estabelecidos para o plano. O nível de êxito está baseado na comparação da evolução da remuneração ao acionista, considerando cotação e dividendos (TSR) da ação da Telefónica, em relação à evolução dos TSRs das empresas do Grupo de Comparação pré-definido.

O número máximo de ações atribuído no primeiro ciclo em aberto em 30 de junho de 2016 é o seguinte:

Notas Explicativas

Ciclo	Quantidade de ações iniciais + Co-Investimento (Executivos ativos)	Valor unitário em Euros - cotação em 30.06.16	Data da finalização
1º ciclo 1º de outubro de 2014	62.500	8,46	30 de setembro de 2017
2º ciclo 1º de outubro de 2015	95.500	8,46	30 de setembro de 2018

c) Plano global de direitos sobre ações da Telefónica S.A.: *Global Employee Share Plan* (“GESP”)

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefónica, celebrada em 30 de maio de 2014, aprovou um plano de compra incentivada de ações da Telefónica dirigido aos empregados do Grupo Telefónica em âmbito internacional, inclusive aos empregados da Companhia e controladas. Através deste plano, é oferecida a possibilidade de adquirir ações da Telefónica com o compromisso desta última de entregar gratuitamente aos participantes um determinado número de suas ações, sempre que forem cumpridos determinados requisitos.

A duração total inicialmente prevista do plano foi de 2 anos. Os empregados inscritos no plano puderam adquirir ações da Telefónica mediante contribuições mensais de 25 até 150 euros (ou o equivalente em moeda local), com um valor máximo de 1.800 euros ao longo de um período de 12 meses (período de compra).

A entrega de ações ocorrerá após o período de aquisição de direito do plano, a partir de 31 de julho de 2017, e está condicionada a: (i) a permanência na empresa durante os dois anos de duração do programa (período de aquisição de direito), sujeito a determinadas condições especiais em relação às baixas; e (ii) o número exato de ações a serem entregues ao final do período de aquisição de direito depende do número de ações adquiridas e mantidas pelos empregados. Assim, os empregados inscritos no plano, e que continuaram no Grupo Telefónica, que tenham mantido as ações adquiridas por um período adicional de mais doze meses depois do fim do período de compra, terão direito a receber uma ação gratuita para cada ação que tenham adquirido e conservado até o fim do período de aquisição de direito.

As despesas da Companhia e controladas com os planos de remuneração baseados em ações descritos acima, quando aplicável, são registradas como gastos com pessoal, segregados nos grupos de Custos dos Serviços Prestados, Despesas com Comercialização e Despesas Gerais e Administrativas (nota 24) e correspondem a R\$7.639 e R\$6.045 para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2016 e 2015.

32) PLANOS DE PREVIDÊNCIA E OUTROS BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A tabela a seguir descreve os planos que a Companhia patrocina com os devidos tipos de benefícios.

Plano	Tipo	Entidade	Patrocinador
PBS-A	Benefício Definido (BD)	Sistel	Telefônica Brasil, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
PAMA / PCE	Benefício Definido (BD)	Sistel	Telefônica Brasil, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
Assistência médica - Lei 9.656/98	Benefício Definido (BD)	Telefônica Brasil	Telefônica Brasil
CTB	Benefício Definido (BD)	Telefônica Brasil	Telefônica Brasil
PBS	Benefício Definido (BD) / Híbrido	VisãoPrev	Telefônica Brasil
PREV	Híbrido	VisãoPrev	Telefônica Brasil
VISÃO	Contribuição Definida (CD) / Híbrido	VisãoPrev	Telefônica Brasil e Telefônica Data

Os detalhes sobre os planos informados acima, são os mesmos divulgados na nota 33 - Planos de Previdência e Outros Benefícios Pós-Emprego das Demonstrações Financeiras da Companhia divulgadas para 31 de dezembro de 2015.

Notas Explicativas

A obrigação de benefício definido é composta por diferentes componentes, de acordo com a característica de pensão de cada plano, podendo ser constituído pelo passivo atuarial de obrigações de complementação de aposentadoria, subsídio de assistência médica a aposentados e dependentes e indenizações por morte e invalidez dos participantes. Esta obrigação está exposta a riscos econômicos e demográficos, tais como: (i) reajustes nos custos médicos que possam impactar no custeio de planos de assistência médica; (ii) crescimento salarial; (iii) taxa de inflação de longo prazo; (iv) taxa nominal de desconto; e (v) expectativa de vida dos participantes e pensionistas.

O valor justo dos ativos dos planos é composto principalmente por investimentos em renda fixa (NTN's, LFT's, LTN's, Operações compromissadas, CDB's, Debêntures, Letras financeiras e Cotas FIDC) e investimentos em renda variável (ações de empresas de grande porte, com boa reputação no mercado e com alta liquidez, além de investimentos em índices de mercado). Devido à concentração dos investimentos em renda fixa e variável, os ativos dos planos estão expostos principalmente aos riscos inerentes ao mercado financeiro e ao cenário econômico, tais como: (i) risco de mercado nos setores econômicos onde os investimentos em renda variável estão concentrados; (ii) risco de eventos que impactem no cenário econômico e nos índices de mercado onde os investimentos em renda variável estão concentrados; e (iii) taxa de inflação de longo prazo que pode consumir a rentabilidade de investimentos em renda fixa de remuneração pré-fixada.

As administradoras dos planos de benefícios pós-emprego patrocinados pela Companhia (Visão Prev e Sistel) procuram efetuar casamento dos fluxos de ativos e passivos por meio da aquisição de títulos de renda fixa e outros ativos de longo prazo.

À exceção dos planos deficitários CTB e plano assistência médica – Lei 9.656/98, todos os demais planos de benefícios apresentam posição superavitária. O benefício econômico registrado no ativo da Companhia e suas controladas não reflete o total de *superávit* apurado nesses planos. O benefício econômico apresentado no ativo considera apenas a parte dos *superávits* que é realmente possível de recuperação. A forma de recuperação dos *superávits* dos planos é unicamente através de reduções em contribuições futuras e, visto que nem todos os planos recebem atualmente contribuições de grandeza suficiente para a total recuperação dos *superávits*, o benefício econômico registrado no ativo está limitado ao total possível de recuperação de acordo com as contribuições futuras projetadas.

Todas as receitas e despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos e planos de benefícios híbridos, tais como as contribuições do empregador, os custos dos serviços correntes, os custos dos juros sobre o passivo atuarial líquido são reconhecidos diretamente no resultado operacional da Companhia e Controlada.

Os ganhos e perdas atuariais referentes aos planos de benefícios definidos e planos de benefícios híbridos, além das limitações de recuperabilidade de *superávits* por restituições ou reduções em contribuições futuras, estão sendo imediatamente reconhecidos como outros resultados abrangentes, não gerando impacto no resultado operacional da Companhia e Controlada.

A seguir, demonstramos a movimentação e saldos consolidados dos planos *superavitários* e *deficitários*:

Notas Explicativas

	Consolidado		
	Planos superavitários	Planos deficitários	Total
Saldos em 31.12.14	14.653	(456.129)	(441.476)
Custo do serviço corrente	(1.340)	(40)	(1.380)
Juros líquidos sobre o valor de ativo/passivo de benefício definido	892	(25.586)	(24.694)
Contribuições e benefícios pagos pelos empregadores	1.263	3.225	4.488
Saldos em 30.06.15	15.468	(478.530)	(463.062)
Custo do serviço corrente	(1.342)	(5.680)	(7.022)
Juros líquidos sobre o valor de ativo/passivo de benefício definido	896	(17.490)	(16.594)
Contribuições e benefícios pagos pelos empregadores	844	7.697	8.541
Efeitos em resultados abrangentes	625.774	(224.281)	401.493
Transferências de reservas entre planos	(632.941)	632.941	-
Combinações de negócios (Aquisição da TGLog. pela TData)	25	-	25
Saldos em 31.12.15	8.724	(85.343)	(76.619)
Custo do serviço corrente	(1.437)	(1.350)	(2.787)
Juros líquidos sobre o valor de ativo/passivo de benefício definido	651	(4.782)	(4.131)
Contribuições e benefícios pagos pelos empregadores	1.452	11.010	12.462
Saldos em 30.06.16	9.390	(80.465)	(71.075)

As movimentações demonstradas no quadro acima foram realizadas com base nas premissas e projeções produzidas nas avaliações atuariais de 31 de dezembro de 2015 e 2014. Com exceção das contribuições e benefícios pagos pelos empregadores, que refletem os valores efetivados ao longo dos períodos.

Dos montantes de planos superavitários apresentados no quadro acima, a Companhia tem registrado os montantes consolidados de R\$9.390 e R\$8.724 em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, respectivamente, nota 10.

33) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Operações com Derivativos

Todas as contratações de instrumentos financeiros derivativos na Companhia tem o objetivo de proteção de risco cambial decorrentes de ativos e passivos em moeda estrangeira, proteção ao risco de variação da inflação de sua debênture e de arrendamento mercantil indexados ao IPCA e proteção ao risco de variação da TJLP de uma parcela da dívida com o BNDES. Desta forma, eventuais variações nos fatores de risco geram um efeito inverso na contrapartida que se propõem a proteger. Não há, portanto, instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação e os possíveis riscos cambiais estão protegidos (*hedged*).

A Companhia mantém controles internos com relação aos seus instrumentos financeiros derivativos que, na opinião da Administração, são adequados para controlar os riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado. Os resultados obtidos pela Companhia em relação a seus instrumentos financeiros derivativos demonstram que o gerenciamento dos riscos por parte da Administração vem sendo realizado de maneira apropriada.

A Companhia calcula a efetividade dos derivativos contratados para cobertura de seus passivos financeiros e fluxo de caixa em moeda estrangeira no início da operação e em bases contínuas. Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os derivativos contratados apresentaram efetividade em relação aos objetos dessa cobertura.

Desde que estes contratos de derivativos sejam qualificados como contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), o risco coberto pode também ser ajustado a valor justo, compensando o resultado dos derivativos, conforme as regras de *hedge accounting*. Essa contabilidade de *hedge* se aplica tanto a passivos financeiros quanto aos fluxos de caixa prováveis em moeda estrangeira.

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Companhia não possuía contratos de derivativos embutidos.

Os contratos de derivativos possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de quebra de contrato. A quebra de contrato prevista nos acordos efetuados com as instituições financeiras é caracterizada por descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato.

Notas Explicativas

a.1) Valores justos dos instrumentos financeiros

O método de valoração utilizado para o cálculo do valor justo dos passivos financeiros (quando aplicável) e instrumentos financeiros derivativos foi o fluxo de caixa descontado considerando expectativas de liquidação ou realização de passivos e ativos às taxas de mercado vigentes na data do balanço.

Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas da BM&FBovespa e trazendo a valor presente utilizando as taxas de DI de mercado para *swaps*, divulgadas pela BM&FBovespa.

Os valores de mercado dos derivativos cambiais foram obtidos utilizando as taxas de câmbio de mercado vigentes na data do balanço e as taxas projetadas pelo mercado obtidas de curvas de cupom da moeda. Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas ao CDI foi adotada a convenção exponencial 252 dias úteis. Quanto às opções, é considerada a variação de valor justo das mesmas em relação ao prêmio inicial pago.

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados abaixo estão registrados na CETIP, sendo classificados como *swaps*, NDFs e opções, não requerendo depósitos de margem.

Notas Explicativas

Descrição	Controladora / Consolidado				Efeito acumulado do valor justo	
	Valor de referência		Posição líquida a valor justo		Valor a receber (a pagar)	
	30.06.16	31.12.15	30.06.16	31.12.15	30.06.16	31.12.15
Ponta Ativa	3.131.247	3.154.484	3.764.632	3.674.083	258.124	498.864
Moeda estrangeira	1.780.585	1.652.802	1.786.524	2.141.243	179.617	457.351
US\$ (1) (2)	806.521	781.473	789.840	934.492	82.540	216.475
EUR (2)	70.137	89.118	64.428	92.566	32	2.735
LIBOR US\$ (1)	746.304	782.211	855.014	1.114.185	96.850	238.141
NDF US\$ (8)	77.378	-	77.242	-	195	-
Opções US\$ (8)	80.245	-	-	-	-	-
Taxa pós	1.022.869	1.064.647	1.553.617	1.030.332	52.216	19.328
CDI (1) (2) (7)	254.883	172.116	777.235	173.321	24.031	7
TJLP (4)	767.986	892.531	776.382	857.011	28.185	19.321
Índices de inflação	327.793	437.035	424.491	502.508	26.291	22.185
IPCA (3) (5)	201.509	209.051	265.449	239.099	19.452	16.248
IGPM (6)	126.284	227.984	159.042	263.409	6.839	5.937
Ponta Passiva	(3.131.247)	(3.154.485)	(3.752.915)	(3.409.326)	(246.409)	(234.107)
Taxa Pré	(157.623)	-	(95.282)	-	(19.425)	-
Opções US\$ (8)	(80.245)	-	(11.052)	-	(11.052)	-
NDF US\$ (8)	(77.378)	-	(84.230)	-	(8.373)	-
Taxa pós	(2.608.029)	(2.853.704)	(3.214.226)	(2.935.269)	(226.939)	(228.982)
CDI (1) (2) (3) (4) (5) (6) (7)	(2.608.029)	(2.853.704)	(3.214.226)	(2.935.269)	(226.939)	(228.982)
Moeda estrangeira	(365.595)	(300.781)	(443.407)	(474.057)	(45)	(5.125)
US\$ (2)	(254.883)	(161.692)	(232.903)	(167.318)	(45)	(4.472)
EUR (1) (2)	-	(10.424)	-	(10.612)	-	(143)
LIBOR US\$ (1)	(110.712)	(128.665)	(210.504)	(296.127)	-	(510)
Ponta ativa					258.124	498.864
Circulante					78.750	81.306
Não Circulante					179.374	417.558
Ponta passiva					(246.409)	(234.107)
Circulante					(184.992)	(151.686)
Não Circulante					(61.417)	(82.421)
Valores a receber, líquidos					11.715	264.757

- (1) *Swap* de moeda estrangeira (dólar e Libor) x CDI (R\$1.353.496) – operações de *swap* contratadas com vencimentos variados, de acordo com os vencimentos da dívida, com o objetivo de proteger risco de variação cambial da operação de empréstimos em dólar da Companhia (valor contábil de R\$1.336.652).
- (2) *Swap* de moeda estrangeira (Euro) (R\$64.428) e (CDI x Dólar) (R\$124.059) – operações de *swap* contratadas com vencimentos até 8 de agosto de 2016, com o objetivo de proteger contra riscos de variação cambial de valores líquidos a pagar (valor contábil de R\$60.753 em euro) e a receber (valor contábil de R\$124.584 em dólar).
- (3) *Swap* IPCA x percentual do CDI (R\$35.402) – operações de *swap* contratadas com vencimentos anuais até 2019 com o objetivo de proteger o fluxo idêntico ao das debêntures (4ª emissão – 3ª série) indexadas ao IPCA (saldo contábil de R\$36.766).
- (4) *Swap* TJLP x CDI (R\$776.382) – operações de *swap* contratadas com vencimentos até 2019 com o objetivo de proteger o risco de variação da TJLP da operação de empréstimo com o BNDES (valor contábil de R\$1.105.813).
- (5) *Swap* IPCA x CDI (R\$230.046) – operações de *swap* contratadas com vencimentos em 2033 com o objetivo de proteger o risco de variação do IPCA de arrendamento financeiro (valor contábil de R\$222.774).
- (6) *Swap* IGPM x CDI (R\$159.042) – operações de *swap* contratadas com vencimentos de 2016 até 2018 com o objetivo de proteger o risco de variação do IGPM em compromissos regulatórios vinculados a licença 4G.
- (7) *Swap* CDI x Pré (R\$520.879) – operações de *swap* contratadas com vencimentos em 2016 com o objetivo de proteger o risco de variação do CDI de parte das debêntures atreladas a este indexador.

Notas Explicativas

- (8) NDF USD x BRL; operações de termo e opções contratadas com o objetivo de proteger a exposição em dólar de CapEx e OpEx. Foi adotada a estrutura “morcego” de cobertura para o risco de variação cambial dos fluxos esperados sendo que os derivativos desta estrutura somente serão liquidados antecipadamente se os respectivos compromissos que estão sendo *hedged* também forem, mantendo a proteção do objeto de *hedge*.

A seguir demonstramos a distribuição dos vencimentos dos contratos de *swap* e opções em 30 de junho de 2016:

	Controladora / Consolidado				Valor a receber (pagar) em 30.06.16
	Vencimento em				
Contrato de <i>swap</i>	2016	2017	2018	2019 em diante	
Moeda Estrangeira x CDI	(53.962)	(85.079)	63.662	38.954	(36.425)
CDI x Moeda Estrangeira	24.014	1.243	170	59	25.486
TJLP x CDI	(6.280)	4.249	12.957	10.103	21.029
IPCA x CDI	(1.971)	(1.087)	(643)	17.341	13.640
IGPM x CDI	-	5.384	1.455	-	6.839
CDI x Pré	534	-	-	-	534
NDF USD x Pré	(8.336)	-	-	-	(8.336)
Opções	(11.052)	-	-	-	(11.052)
Total	(57.053)	(75.290)	77.601	66.457	11.715

Para fins de preparação das ITRs, a Companhia adotou a metodologia de contabilidade de *hedge* de valor justo para os seus *swaps* de moeda estrangeira x CDI, IPCA x CDI, TJLP x CDI e CDI x Pré destinados à cobertura de dívida financeira. Nessa sistemática, tanto o derivativo quanto o risco coberto são valorados pelo seu valor justo.

A ineficácia em 30 de junho de 2016 foi de R\$296 (R\$2.836 em 31 de dezembro de 2015).

Em 30 de junho de 2016 as operações com derivativos geraram resultado negativo consolidado (líquido) de R\$302.745 (R\$262.223 resultado positivo consolidado (líquido) em 30 de junho de 2015), nota 26.

a.2) Análise de Sensibilidade às variáveis de risco da Companhia

A Deliberação CVM 604/09 estabelece que as companhias abertas, em complemento ao disposto no CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação (IFRS 7) devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

Em cumprimento ao disposto acima, cada uma das operações com instrumentos financeiros derivativos foi avaliada considerando um cenário de realização provável e dois cenários que possam gerar resultados adversos para a Companhia.

No cenário provável foi considerada a premissa de se manter, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da BM&FBovespa. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros de derivativos já apresentados anteriormente. Para os cenários II e III, considerou-se, conforme instrução da CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

Como a Companhia possui somente instrumentos derivativos para proteção de seus ativos e passivos em moeda estrangeira, as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, mostrando assim que os efeitos são praticamente nulos. Para estas operações, a Companhia divulga a seguir a exposição líquida consolidada em cada um dos três cenários mencionados em 30 de junho de 2016.

Notas Explicativas

Controladora / Consolidado				
Operação	Fatores de Risco	Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco desvalorização US\$)	908.670	1.146.605	1.386.401
Dívida em US\$	Dívidas (Risco varolização US\$)	(908.670)	(1.146.605)	(1.386.401)
	Exposição Líquida	-	-	-
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco desvalorização EUR)	64.428	80.551	96.691
Contas a pagar em EUR	Dívida (Risco valorização EUR)	(70.404)	(88.005)	(105.606)
Contas a receber em EUR	Dívida (Risco desvalorização EUR)	5.818	7.272	8.726
	Exposição Líquida	(158)	(182)	(189)
Hedge (ponta passiva)	Derivativos (Risco desvalorização US\$)	(154.083)	(192.671)	(250.925)
Contas a pagar em US\$	Dívida (Risco valorização US\$)	(50.561)	(63.202)	(75.842)
Contas a receber em US\$	Dívida (Risco desvalorização US\$)	209.675	262.094	314.513
	Exposição Líquida	5.031	6.221	(12.254)
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda IPCA)	257.371	251.797	279.976
Dívida em IPCA	Dívidas (Risco aumento IPCA)	(258.185)	(252.025)	(280.229)
	Exposição Líquida	(814)	(228)	(253)
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda IGP-DI)	263.409	279.537	305.584
Dívida em IGP-DI	Dívidas (Risco aumento IGP-DI)	(263.381)	(279.790)	(305.860)
	Exposição Líquida	28	(253)	(276)
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda UMBND)	446.860	561.337	682.751
Dívida em UMBND	Dívidas (Risco aumento UMBND)	(445.042)	(562.587)	(682.825)
	Exposição Líquida	1.818	(1.250)	(74)
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda TJLP)	776.382	800.655	827.978
Dívida em TJLP	Dívidas (Risco aumento TJLP)	(776.427)	(801.724)	(828.740)
	Exposição Líquida	(45)	(1.069)	(762)
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda PRE)	520.879	651.098	781.318
Dívida em CDI	Dívidas (Risco aumento CDI)	(513.127)	(641.408)	(769.690)
	Exposição Líquida	7.752	9.690	11.628
Hedge (Ponta Ativa)	Derivativos (Risco queda USD)	78.319	97.899	117.479
CAPEX em USD	CAPEX (Risco aumento USD)	(78.319)	(97.899)	(117.479)
	Exposição Líquida	-	-	-
Hedge (ponta CDI)				
Hedge US\$ e EUR (ponta passiva e ativa)	Derivativos (Risco queda CDI)	96.750	96.658	96.568
Hedge IPCA (ponta passiva)	Derivativos (Risco aumento CDI)	(251.809)	(251.849)	(251.886)
Hedge IGPM (ponta passiva)	Derivativos (Risco aumento CDI)	(152.202)	(152.202)	(152.202)
Hedge UMBND (ponta passiva)	Derivativos (Risco aumento CDI)	(267.469)	(261.517)	(262.453)
Hedge TJLP (ponta passiva)	Derivativos (Risco aumento CDI)	(754.411)	(753.738)	(753.777)
Hedge US\$ (ponta passiva)	Derivativos (Risco aumento CDI)	(1.106.080)	(1.104.916)	(1.103.838)
Hedge CDI (Ponta Passiva) - dívida	Derivativo (Risco Aumento PRE)	(520.345)	(512.569)	(505.131)
Hedge USD (Ponta Passiva) - CAPEX	Derivativo (Risco Aumento PRE)	(78.319)	(97.899)	(117.479)
	Exposição líquida	(3.033.885)	(3.038.032)	(3.050.198)
Exposição líquida total em cada cenário		(3.020.273)	(3.025.103)	(3.052.378)
Efeito líquido na variação do valor justo atual		-	(4.830)	(32.105)

Notas Explicativas

As premissas utilizadas pela Companhia para a análise de sensibilidade em 30 de junho de 2016 foram as seguintes:

<u>Variável de Risco</u>	<u>Provável</u>	<u>Deterioração 25%</u>	<u>Deterioração 50%</u>
US\$	3,2098	4,0123	4,8147
EUR	3,5635	4,4544	5,3453
JPY	0,0312	0,0390	0,0468
IPCA	8,89%	11,11%	13,33%
IGPM	12,21%	15,26%	18,31%
IGP-DI	12,37%	15,47%	18,56%
UMBND	0,0634	0,0792	0,0950
URTJLP	1,9953	2,4941	2,9930
CDI	14,13%	17,66%	21,20%

Para cálculo da exposição líquida da análise de sensibilidade, todos os derivativos foram considerados a valor de mercado e apenas os elementos protegidos designados sob a metodologia de contabilidade de *hedge* de valor justo também foram considerados pelo seu valor justo.

Os valores justos, demonstrados no quadro acima, partem de uma posição da carteira em 30 de junho de 2016, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Companhia. A utilização de diferentes premissas pode afetar significativamente as estimativas.

b) Valor Justo

A Companhia e controladas avaliaram seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, tanto as interpretações dos dados de mercado quanto à seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Companhia ou controladas não identificaram reduções significantes e prolongadas no valor recuperável de seus instrumentos financeiros.

O valor justo para todos os ativos e passivos é categorizado dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1: preços de mercado cotados (não ajustados) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e

Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

No decorrer do período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, não houve transferências entre avaliações de valor justo de nível 3 e níveis 1 e 2.

Notas Explicativas

Os quadros a seguir apresentam a composição dos ativos e passivos financeiros em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

Controladora						
	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	Saldo contábil		Valor justo	
			30.06.16	31.12.15	30.06.16	31.12.15
Ativos Financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	Custo amortizado		5.063.123	4.206.595	5.063.123	4.206.595
Contas a receber, líquidas (nota 5)	Empréstimos e recebíveis		8.201.726	7.000.379	8.201.726	7.000.379
Operações com derivativos (nota 33)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	29.642	3.017	29.642	3.017
Operações com derivativos (nota 33)	Cobertura	Nível 2	49.108	78.289	49.108	78.289
Não Circulante						
Aplicações financeiras em garantia	Custo amortizado		97.626	90.863	97.626	90.863
Contas a receber, líquidas (nota 4)	Empréstimos e recebíveis		164.173	217.621	164.173	217.621
Operações com derivativos (nota 33)	Cobertura	Nível 2	179.374	417.558	179.374	417.558
Total de ativos financeiros			13.784.772	12.014.322	13.784.772	12.014.322
Passivos Financeiros						
Circulante						
Fornecedores (nota 15)	Custo amortizado		7.405.874	7.496.947	7.405.874	7.496.947
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 20)	Custo amortizado		594.583	154.670	691.221	166.111
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	926.743	1.656.367	995.505	1.777.104
Debêntures (nota 20)	Custo amortizado		121.311	120.632	434.661	470.828
Debêntures (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	1.032	292	1.432	1.334
Operações com derivativos (nota 33)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	45.468	5.184	45.468	5.184
Operações com derivativos (nota 33)	Cobertura	Nível 2	139.524	146.502	139.524	146.502
Não Circulante						
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 20)	Custo amortizado		1.584.064	187.176	1.388.303	180.895
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	1.575.442	2.577.090	1.486.484	2.366.597
Contraprestação contingente (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	393.948	377.721	393.948	377.721
Debêntures (nota 20)	Custo amortizado		3.394.475	3.299.010	3.064.778	2.942.969
Debêntures (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	35.734	124.780	33.285	98.862
Operações com derivativos (nota 33)	Cobertura	Nível 2	61.417	82.421	61.417	82.421
Total de passivos financeiros			16.279.615	16.228.792	16.141.900	16.113.475

Notas Explicativas

		Consolidado			
Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	Saldo contábil		Valor justo	
		30.06.16	31.12.15	30.06.16	31.12.15
Ativos Financeiros					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	Custo amortizado	5.675.712	5.336.845	5.675.712	5.336.845
Contas a receber, líquidas (nota 5)	Empréstimos e recebíveis	8.586.366	8.285.319	8.586.366	8.285.319
Operações com derivativos (nota 33)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	29.642	3.017	29.642	3.017
Operações com derivativos (nota 33)	Cobertura	49.108	78.289	49.108	78.289
Não Circulante					
Aplicações financeiras em garantia	Custo amortizado	97.636	109.864	97.636	109.864
Contas a receber, líquidas (nota 5)	Empréstimos e recebíveis	267.490	330.451	267.490	330.451
Operações com derivativos (nota 33)	Cobertura	179.374	417.558	179.374	417.558
Total de ativos financeiros		14.885.328	14.561.343	14.885.328	14.561.343
Passivos Financeiros					
Circulante					
Fornecedores (nota 15)	Custo amortizado	7.564.743	8.373.235	7.564.743	8.373.235
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 20)	Custo amortizado	594.583	565.700	691.221	651.426
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	926.743	1.656.367	995.505	1.777.104
Debêntures (nota 20)	Custo amortizado	121.311	120.632	434.661	470.828
Debêntures (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	1.032	292	1.432	1.334
Operações com derivativos (nota 33)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	45.468	5.184	45.468	5.184
Operações com derivativos (nota 33)	Cobertura	139.524	146.502	139.524	146.502
Não Circulante					
Fornecedores (nota 15)	Custo amortizado	67.742	67.742	67.742	67.742
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 20)	Custo amortizado	1.584.064	1.499.698	1.388.303	1.192.040
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	1.575.442	2.577.090	1.486.484	2.366.597
Debêntures (nota 20)	Custo amortizado	3.394.475	3.299.010	3.064.778	2.942.969
Debêntures (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	35.734	124.780	33.285	98.862
Contraprestação contingente (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	393.948	377.721	393.948	377.721
Operações com derivativos (nota 33)	Cobertura	61.417	82.421	61.417	82.421
Total de passivos financeiros		16.506.226	18.896.374	16.368.511	18.553.965

c) Gestão de Capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Para o exercício findo em 30 de junho de 2016, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

A Companhia inclui na estrutura de dívida líquida os saldos de: empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento financeiro, contraprestação contingente (nota 20) e operações com derivativos (nota 33), deduzidos caixa e equivalentes de caixa (nota 4) e aplicações financeiras em garantia ao financiamento do BNB.

Os índices de endividamento líquido consolidado sobre o patrimônio líquido da Companhia são compostos das seguintes formas:

	Consolidado	
	30.06.16	31.12.15
Caixa e equivalentes de caixa	5.675.712	5.336.845
Empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento financeiro e contraprestação contingente	(8.627.332)	(10.221.290)
Operações com derivativos, líquidas	11.715	264.757
Aplicações financeiras em garantia à dívida	41.385	38.805
Endividamento líquido	2.898.520	4.580.883
Patrimônio líquido	68.319.766	68.567.242
Índice de endividamento líquido	4,24%	6,68%

Notas Explicativas

d) Política de Gestão de Riscos

A Companhia e controladas estão expostas a diversos riscos de mercado, como consequência das suas operações comerciais, de dívidas contraídas para financiar seus negócios e instrumentos financeiros relacionados ao seu endividamento.

d.1) Risco de Taxa de Câmbio

Há o risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas decorrentes de seu passivo de empréstimo em moeda estrangeira.

Em 30 de junho de 2016, 15,5% da dívida financeira eram denominadas em moeda estrangeira (16,5% em 31 de dezembro de 2015). A Companhia contrata operações de derivativos (*hedge* cambial) junto a instituições financeiras para proteger-se da variação cambial decorrente da totalidade de seu endividamento financeiro em moeda estrangeira (R\$1.336.652 e R\$1.681.968 em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, respectivamente). Desta forma, a totalidade do endividamento nestas datas era coberta por posições ativas de operações de *hedge* cambial com *swap* para CDI.

Há também o risco cambial associado aos ativos e passivos não financeiros denominados em moeda estrangeira, que podem gerar um menor valor a receber ou um maior valor a pagar, de acordo com a variação cambial do período.

Foram contratadas operações de cobertura para minimizar o risco associado à variação cambial de seus ativos e passivos não financeiros em moeda estrangeira. Este saldo sofre alterações diárias devido à dinâmica do negócio, no entanto a Companhia visa cobrir o saldo líquido destes direitos e obrigações (US\$38.814 mil e €17.155 mil a pagar em 30 de junho de 2016 e US\$32.030 mil e €19.079 mil a pagar em 31 de dezembro de 2015) para minimizar seus riscos cambiais.

d.2) Risco de Taxa de Juros e Inflação

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros internas, que podem afetar negativamente as despesas financeiras decorrentes da parcela das debêntures referenciadas ao CDI e das posições passivas em derivativos (*hedge cambial*, IPCA e TJLP) contratados a taxas de juros flutuantes (CDI).

A dívida com o BNDES tem como indexador a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), fixada trimestralmente pelo Conselho Monetário Nacional, que, no mês de março de 2015, decidiu aumentar para 6,00% ao ano de 1º de abril até 30 de junho de 2015. A alta da TJLP foi de 0,50 ponto percentual em relação à taxa que vigorava, de 5,50% ao ano. No decorrer de 2015, a TJLP foi elevada para 6,5% para o período de julho a setembro de 7,0% para o período de outubro a dezembro. Em 2016, a TJLP passou a 7,5% no período de janeiro a março, e permanecerá neste patamar no período de abril a junho.

O risco de taxa de inflação decorre das debêntures da 1ª Emissão – Minas Comunica, indexadas ao IPCA, que pode afetar negativamente as despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável neste indexador.

Para reduzir a exposição à taxa de juros variável local (CDI), a Companhia e controladas investem o excesso de disponibilidade de R\$5.485.077 em 30 de junho de 2016 (R\$5.103.103 em 31 de dezembro de 2015), principalmente em aplicações financeiras (Certificados de Depósitos Bancários) de curto prazo baseadas na variação do CDI. Os valores contábeis desses instrumentos aproximam-se dos valores de mercado, em razão de serem resgatáveis a curto prazo.

Com o mesmo fim, em 30 de junho de 2016, a Companhia possuía operações de *swap* – CDI x Pré para cobrir parcialmente as flutuações nas taxas de juros internas, cujo principal contratado foi de R\$500.000.

d.3) Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia ou controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização / liquidação de seus direitos e obrigações.

Notas Explicativas

A Companhia e controladas estruturam os vencimentos dos contratos financeiros não derivativos, conforme demonstrado na nota 20, e de seus respectivos derivativos conforme demonstrado no cronograma de pagamentos divulgado nesta nota, de modo a não afetar a sua liquidez.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e controladas é efetuado diariamente por sua área de gestão, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

A seguir, demonstramos um sumário do perfil de vencimento dos passivos financeiros consolidados, previstos em contratos:

Em 30.06.16	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Fornecedores (nota 15)	7.564.743	-	-	67.742	7.632.485
Empréstimos, financiamentos e arrendamento financeiro (nota 20)	1.521.326	1.549.682	1.414.343	195.481	4.680.832
Contraprestação contingente (nota 20)	-	-	-	393.948	393.948
Debêntures (nota 20)	122.343	3.300.000	117.744	12.465	3.552.552
Operações com derivativos (nota 33)	184.992	59.523	1.156	738	246.409
Total	9.393.404	4.909.205	1.533.243	670.374	16.506.226

Em 31.12.15	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Fornecedores (nota 15)	8.373.235	-	-	67.742	8.440.977
Empréstimos, financiamentos e arrendamento financeiro (nota 20)	2.222.067	1.920.416	1.804.220	352.152	6.298.855
Contraprestação contingente (nota 20)	-	-	-	377.721	377.721
Debêntures (nota 20)	120.924	1.999.645	1.410.270	13.875	3.544.714
Operações com derivativos (nota 33)	151.686	64.692	4.157	13.572	234.107
Total	10.867.912	3.984.753	3.218.647	825.062	18.896.374

d.4) Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes e das vendas de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados para a rede de distribuidores.

O risco de crédito com as contas a receber é diversificado e minimizado por um controle estrito da base de clientes. A Companhia monitora constantemente o nível de contas a receber de serviços pós-pagos e limitam o risco de contas indêbitas cortando o acesso à linha telefônica se a fatura está vencida. A base de clientes móveis é predominantemente na modalidade pré-pago, a qual requer o carregamento antecipado e, portanto, não representa risco de crédito. São feitas exceções aos serviços de telefonia que devem ser mantidos por razões de segurança ou defesa nacional.

O risco de crédito na venda de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados é administrado por uma política conservadora na concessão de crédito, por meio de métodos modernos de gestão, que envolvem a aplicação de técnicas de *credit scoring*, análise de demonstrações e informações financeiras e consulta as bases de dados comerciais, além da solicitação de garantias.

A Companhia e controladas também estão sujeitas a risco de crédito oriundo de suas aplicações financeiras, de cartas fiança recebidas como garantia de algumas operações e valores a receber de operações de derivativos. A Companhia e controladas atuam controlando o limite de crédito concedido a cada contraparte e diversificando esta exposição entre instituições financeiras de primeira linha, conforme política de crédito de contrapartes financeiras vigente.

Notas Explicativas

d.5) Riscos Socioambientais

Nossas operações e propriedades estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que, entre outras coisas, regem licenças e registros ambientais, proteção à fauna e à flora, emissões atmosféricas, gestão de resíduos e remediação de áreas contaminadas, entre outros. Se não conseguirmos cumprir requisitos presentes e futuros, ou identificar e gerenciar contaminações novas ou já existentes, teremos de incorrer em custos significativos, os quais incluem custos de limpeza, indenizações, compensações, multas, suspensão das atividades e outras penalidades, investimentos para melhorar nossas instalações ou alterar nossos processos, ou interrupção das operações. A identificação de condições ambientais atualmente não identificadas, fiscalizações mais rigorosas por parte de agências reguladoras, a entrada em vigor de leis e regulamentos mais severos ou outros eventos não previstos pode vir a ocorrer e, em última análise, resultar em passivos ambientais significativos e seus respectivos custos. A ocorrência de algum dos fatores acima poderia ter um efeito adverso material sobre nosso negócio, o resultado de nossas operações e de nossa situação financeira e patrimonial. De acordo com o artigo 75 da Lei nº 9.605, de 1998, o valor máximo de multa por descumprimento da lei ambiental é de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

Do ponto de vista social, estamos expostos a passivos contingentes em decorrência do fato de nossa estrutura prever a contratação de prestadores de serviços terceirizados. Esses passivos potenciais podem envolver reclamações trabalhistas por parte dos prestadores de serviços que são tratados como funcionários diretos bem como reivindicação de responsabilidade solidária resultantes de reclamações de horas extras e acidentes ocupacionais. Se obtivermos decisão desfavorável com relação a uma parcela significativa dessas contingências e se não tivermos reconhecido provisão para esses riscos, nossa situação financeira e patrimonial e os resultados de nossas operações podem ser adversamente afetados. Além disso, se as autoridades trabalhistas considerarem que a terceirização de serviços envolve atividades-fim da empresa, o vínculo empregatício poderá ser caracterizado, o que aumentaria significativamente nossos custos e, conseqüentemente, sujeitaria a Companhia a processos administrativos, além de a Companhia ser obrigada a pagar multas aos terceiros.

34) COMPROMISSOS E GARANTIAS (ALUGUÉIS)

A Companhia e controladas alugam equipamentos, instalações e lojas, prédios administrativos e *sites* (estações rádio base e torres instaladas), por meio de vários contratos operacionais não canceláveis que vencem em datas diferentes, cujos pagamentos são mensais.

Em 30 de junho de 2016, os valores totais equivalentes ao período integral dos contratos, eram:

	Controladora	Consolidado
Até um ano	2.322.619	2.323.169
Um ano até cinco anos	8.120.361	8.121.889
Mais de cinco anos	6.878.193	6.878.193
Total	17.321.173	17.323.251

35) DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS PRO FORMA (NÃO AUDITADAS OU REVISADAS)

Em atendimento à Instrução CVM nº 565, de 15 de junho de 2015 e ao disposto na Deliberação CVM nº 709 de 2 de maio de 2013, a Companhia apresenta a seguir, as demonstrações dos resultados consolidadas pro forma não auditadas ("DREs") referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 e ao período de seis meses findos em 30 de junho de 2015, relacionadas com a aquisição da GVTPart.

Notas Explicativas

Demonstração do Resultado Consolidada Pro Forma para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

	Telefônica Brasil, consolidado para o exercício findo em 31.12.15	GVTPart. Consolidado para o período de quatro meses findos em 30.04.15	Ajustes Pro Forma	Eliminações	Telefônica Brasil Pró Forma
Receita operacional líquida	40.286.815	1.899.812	-	(52.644)	42.133.983
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(20.345.076)	(991.472)	(51.759)	52.644	(21.335.663)
Lucro bruto	19.941.739	908.340	(51.759)	-	20.798.320
Receitas (despesas) operacionais	(14.702.141)	(564.946)	(136.695)	-	(15.403.782)
Despesas com comercialização	(12.005.477)	(407.697)	(131.170)	-	(12.544.344)
Despesas gerais e administrativas	(2.142.459)	(154.155)	-	-	(2.296.614)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(554.205)	(3.094)	(5.525)	-	(562.824)
Lucro operacional	5.239.598	343.394	(188.454)	-	5.394.538
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(848.178)	(260.520)	-	-	(1.108.698)
Resultado de equivalência patrimonial	2.036	-	-	-	2.036
Lucro antes dos tributos	4.393.456	82.874	(188.454)	-	4.287.876
Imposto de renda e contribuição social	(973.207)	(30.492)	47.100	-	(956.599)
Lucro líquido do exercício	3.420.249	52.382	(141.354)	-	3.331.277
Lucro básico e diluído por ação ordinária (em R\$)					R\$ 2,10
Lucro básico e diluído por ação preferencial (em R\$)					R\$ 2,30

Demonstração do Resultado Consolidada Pro Forma para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2015

	Telefônica Brasil Consolidado para o período de seis meses findos em 30.06.15	GVTPart. Consolidado para o período de quatro meses findos em 30.04.15	Ajustes Pro Forma	Eliminações	Telefônica Brasil Pró Forma
Receita operacional líquida	18.945.203	1.899.812	-	(52.644)	20.792.371
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(9.605.288)	(991.472)	(64.515)	52.644	(10.608.631)
Lucro bruto	9.339.915	908.340	(64.515)	-	10.183.740
Receitas (despesas) operacionais	(6.922.113)	(564.946)	(137.141)	-	(7.624.200)
Despesas com comercialização	(5.682.237)	(407.697)	(131.616)	-	(6.221.550)
Despesas gerais e administrativas	(961.254)	(154.155)	-	-	(1.115.409)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(278.622)	(3.094)	(5.525)	-	(287.241)
Lucro operacional	2.417.802	343.394	(201.656)	-	2.559.540
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(389.379)	(260.520)	-	-	(649.899)
Resultado de equivalência patrimonial	672	-	-	-	672
Lucro antes dos tributos	2.029.095	82.874	(201.656)	-	1.910.313
Imposto de renda e contribuição social	(579.560)	(30.492)	47.100	-	(562.952)
Lucro líquido do período	1.449.535	52.382	(154.556)	-	1.347.361
Lucro básico e diluído por ação ordinária (em R\$)					0,98
Lucro básico e diluído por ação preferencial (em R\$)					1,08

Notas Explicativas para as DREs

a) Base para elaboração das DREs

As informações contábeis históricas referentes à Companhia e a GVTPart. utilizadas na elaboração destas DREs foram obtidas a partir das demonstrações financeiras históricas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e das informações trimestrais para o período de seis meses findos em 30 de junho de 2015.

Estas informações financeiras *proforma* devem ser lidas em conjunto com as informações trimestrais históricas das companhias envolvidas.

Notas Explicativas

As DREs refletem os efeitos da aquisição de 100% do capital social da GVTPart. e foram elaboradas e apresentadas exclusivamente para fins informativos no pressuposto da aquisição da GVTPart. ter ocorrido em 1º de janeiro de 2015.

As DREs não devem ser utilizadas como indicativo de futuras ITRs consolidadas ou interpretadas como demonstrações do resultado da Companhia.

b) Ajustes pro forma

As DREs foram elaboradas e apresentadas a partir das ITRs históricas de cada sociedade e os ajustes pro forma foram determinados com base em premissas e estimativas, as quais acreditamos serem razoáveis.

Os ajustes demonstrados na demonstração dos resultados, refletem: (i) depreciações da mais (menos) valia do ativo imobilizado; (ii) amortizações da mais (menos) valia do ativo intangível; (iii) amortizações da marca; (iv) amortizações da carteira de clientes; (v) imposto de renda (25%) e contribuição social (9%) e;)vi) eliminações entre as sociedades, conforme demonstrados a seguir:

	Grupo nas Demonstrações de Resultados	Período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2015	Período de seis meses findo em 30 de junho de 2015
Depreciação de mais (menos) valia do ativo imobilizado adquirido	(1)	(8.367)	(8.367)
Amortização de mais (menos) valia do ativo intangível adquirido	(1)	(2.148)	(2.148)
Amortização da Marca	(2)	(13.111)	(13.111)
Amortização da Carteira de Clientes	(2)	(114.905)	(114.905)
Outros	(1) / (2)	(49.924)	(63.125)
Tributos diferidos (IR / CS)	(3)	47.100	47.100
Eliminações	(4)	52.644	52.644

(1) Valores alocados como "Custos dos Serviços Prestados e das Mercadorias Vendidas";

(2) Valores alocados como "Despesas com Comercialização";

(3) Valores de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre ajustes;

(4) Valores alocados como "Receita Operacional Líquida e Custos dos Serviços Prestados e das Mercadorias Vendidas", basicamente relacionados a interconexão e uso de redes.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da

Telefônica Brasil S.A.

São Paulo - SP

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Telefônica Brasil S.A. ("Companhia"), contidas no formulário de informações trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) Demonstração Intermediária, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado – DVA, individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 25 de julho de 2016.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Luiz Carlos Passeti

Contador CRC-1SP144343/O-3